



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33608/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 09/10/2024, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11914950** e o código CRC **2603137E**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11914950



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Ofício 33608 (11914950)

SEI 53900.034929/2016-21 / pg. 1

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Curitiba, 01 de junho de 2016.

Ao
Ministério das Comunicações
Excelentíssimo Senhor Ministro Gilberto Kassab
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 Brasília – DF

Ref.: Requerimento de Renovação de Outorga – Fundação Altamiro Galindo – Cuiabá/MT - Canal 17

A **FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO**, CNPJ 03.211.077/0001-07 concessionária dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens (Educativo) em **Cuiabá, estado do Mato Grosso**, dirige-se a V.S.a para requerer **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**, para tanto encaminha os documentos necessários de acordo com a legislação vigente.

Entidade: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO
Município/UF: CUIABÁ/MT
Canal PBTv: 17E

Nestes Termos,
Pede Deferimento.



Francisco Bello Galindo Netto
Francisco Bello Galindo Netto
Representante Legal
FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

1.º TABELIÃO DE NOTAS - NELSON MARQUEZI
AV. MANOEL GOULART, 396 - CENTRO - PRES. PRUDENTE - SP - CEP 19010-270 - FONE: (18) 3221-3365
TABELIÃO: BEL. NELSON MARQUEZI

Reconheço, em documento sem valor econômico, por
semelhança a(s) firma(s) de: FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO.
Dou fe.
PRESIDENTE PRUDENTE - SP, 30 de maio de 2016 11:00:36
Em test. da verdade

Ség 5148485350484954494948485154-Un. R\$ 5,42 Total: R\$ 5,42
THAIS RIZZO JIANELI

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

1.º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. Thais Rizzo Jianeli
Escrevente Autorizada
Presidente Prudente - SP

FIRMA 1
0811AA0284998



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara-leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Assembleia Geral Extraordinária da FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI

Ata da Assembléia geral Extraordinária da **FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI** realizada em segunda convocação às 09 horas do dia 04 de maio de 2015, em sua sede provisória na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Avenida Historiador Rubens de Mendonça n° 1836, Salas 1104/1107, Bairro do Bosque, CEP 78050-000, presidindo a reunião o Senhor Presidente **AILTON MIOTTO** que me designou **RICARDO LUMINA CINTRA**, para secretariar esta Assembléia, onde confirmei a presença dos seguintes membros: MARCO AURÉLIO DA SILVA VANALLI, SILVIO APARECIDO FIDELIS, GUILHERME HENRIQUE BRANCO, ADEMIR BELO GALINDO, GINALDO LOPES DE CAIRES, LEONIDES CARVALHO MARCILIO, WALDOMIRO DELFINO, LUIZ ANTONIO TIMOTHEO, JOSÉ DE NEVES GONTIJO, ODENIL DA SILVA MELLO e RICARDO LUMINA CINTRA JUNIOR. Foi confirmada ainda a presença dos senhores: MARCOS JUNIO MENDONÇA, CARLOS ANTONIO HADDAD, MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONÇA, JULIANA SATURNO MIRANDA, FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO e LAMARTINE GODOY NETO. Confirmei que o quórum condiz com o Estatuto e o senhor Presidente **AILTON MIOTTO** deu início a reunião com a leitura das pautas do dia: 1- **Aprovação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do ano de 2014;** 2- **Apresentação e admissão de novos membros para composição dos conselhos da Fundação Estrela de Davi;** 3- **Eleição de novos membros para a composição do Conselho Curador;** 4- **Eleição de novos membros para a composição do Conselho Diretor;** 5- **Eleição de novos membros para a composição do Conselho Fiscal;** 6- **Alteração da denominação da Fundação;** 7- **Alteração do endereço da sede da Fundação.** Inicialmente o Senhor Presidente **AILTON MIOTTO** agradeceu a presença de todos, assim como também pelo apoio recebido na condução da Fundação. Dando início aos trabalhos solicitou atenção dos presentes, visto que faria a apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício do ano encerrado em 31/12/2014 e a fez





pela apresentação dos saldos das principais e do resultado apresentado, concluída a apresentação indagou se alguém tinha algo a ser esclarecido, e não havendo manifestação solicitou a aprovação das contas apresentadas, obtendo a aprovação por unanimidade. Passando a segunda pauta, informou aos presentes que propõe o ingresso de novos membros, em virtude que de fato já colaboram no cotidiano da Fundação e que há necessidade para o engrandecimento e viabilização de novos trabalhos e assim sendo propôs o ingresso dos seguintes novos membros para integrarem o quadro da Fundação, senhores: MARCOS JUNIO MENDONÇA, CARLOS ANTONIO HADDAD, MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONÇA, JULIANA SATURNO MIRANDA, FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO e LAMARTINE GODOY NETO e solicitou a aprovação dos presentes, a qual foi aprovada por unanimidade. Passando a terceira pauta e tratando em conjunto as pautas quarta e quinta, comunicou aos presentes que por não mais reunir condições de permanecer a frente da condução dos trabalhos da Fundação Estrela de Davi, por motivos pessoais e de trabalho, renuncia ao seu mandato e propõe à Assembléia o senhor SILVIO APARECIDO FIDELIS para que assuma como novo Presidente do Conselho Curador, o qual após ser consultado, aceita a proposta. O senhor AILTON MIOTTO solicitou aprovação para a Assembléia do nome apresentado, obtendo a aprovação dos presentes por unanimidade. Na sequência solicitou ao senhor SILVIO APARECIDO FIDELIS para assumir juntamente a ele a condução dos trabalhos e o mesmo pedindo a palavra manifestou sua satisfação e interesse em conduzir a direção da Fundação doravante, agradece pela confiança recebida e solicita a Assembléia a eleição para nova composição dos Conselhos da Fundação Estrela de Davi, assim composto: **Conselho Curador:**
Diretor Presidente: SILVIO APARECIDO FIDELIS, brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG 1605785-6 SSP/MT e CPF 556.225.939-72, residente e domiciliado à Avenida Primavera nº 603, Condomínio Florais Cuiabá, Lote



FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI

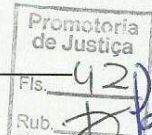


08, Quadra 15, CEP 78049-414 em Cuiabá MT, **Vice Diretor**

Presidente: ADEMIR BELO GALINDO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG 19266254 SSP/SP e CPF 506.056.908-04 residente e domiciliado a Avenida Ipiranga, n°. 245, Apartamento 201, Edifício Ana Terra, Bairro Goiabeiras, CEP 78020-030 Cuiabá MT. **Membros: MARCO AURÉLIO DA SILVA VANALLI**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade RG 8233503-5 SSP/SP e CPF 969.365.418-87, residente e domiciliado à Avenida: Senador Filinto Muller, 516, apartamento 1202, Bairro Goiabeiras CEP 78000-000 em Cuiabá MT, **WALDOMIRO DELFINO**, brasileiro, casado, corretor de imóveis, portador da cédula de identidade RG n° 9.537.802 SSP/SP, CPF 206.363.428-91, residente e domiciliado à Avenida Coronel Escolástico n° 551, Bairro Bandeirantes, CEP 78030-435 em Cuiabá MT e **MARCOS JUNIO MENDONÇA**, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG n° 2142080 SPTC/GO, CPF 474.527.901-97, residente e domiciliado à Rua Machado de Assis, Quadra 30, Lote 10B, Bairro Santa Cruz, CEP 78068-192 em Cuiabá MT. **Conselho Diretor: Presidente:**

FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n° 27413875X SSP/SP, CPF 257.563.678-70, residente e domiciliado à Rodovia Arquiteto Helder Candia, Km 03, Bairro Ribeirão do Lipa, CEP 78048-150 em Cuiabá MT. **Vice Presidente: CARLOS ANTONIO HADDAD**, brasileiro, casado, consultor jurídico, portador da cédula de identidade RG n° 401803 SSP/MT, CPF 482.753.281-87, residente e domiciliado à Rua das Perolas n° 184, Bloco B, Apartamento 10, Bairro Bosque da Saúde, CEP 78050-090 em Cuiabá MT, **Secretário: LAMARTINE GODOY NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG n° 26.882.146-X SSP/SP e CPF 252.856.828-27, residente e domiciliado à Rua dos Jasmins n° 185, Condomínio Florais, CEP 78049-430 em Cuiabá MT **1° Tesoureiro: JOSÉ DE NEVES GONTIJO**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG n° 1223685





SSP/DF, CPF 475.361.526-04, residente e domiciliado à Rua Das Orquídeas nº 105, apartamento 52, Bosque da Saúde, CEP 78050-010 em Cuiabá MT e **2º Tesoureiro: AILTON MIOTTO**, brasileiro, solteiro, professor, portador da cédula de identidade RG 1001558 SSP/MT e CPF 049.546.768-51, residente e domiciliado à Rua Buenos Aires nº 410, Apartamento 503, Jardim América, CEP 78060-634 em Cuiabá MT. **Conselho Fiscal: ODENIL DA SILVA MELLO**, brasileiro, casado, assessor administrativo, portador da cédula de identidade RG nº 448209 SSP/MT, CPF 344.831.361-00, residente e domiciliado à Rua B, quadra 04, Casa 17, Residencial Despraiado, CEP 78068-534 em Cuiabá MT, **JULIANA SATURNO MIRANDA**, brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG 15599248 SSP/MT e CPF 007.438.221-70, residente e domiciliada à Rua das Araras, nº. 73, Parque Ohara, CEP 78080-460 em Cuiabá MT e **MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONÇA**, brasileira, casada, auxiliar administrativo, portadora da cédula de identidade RG 000339566 SSP/MS e CPF 421.356.801-68, residente e domiciliada à Rua Oito, nº. 561, Recanto dos Pássaros, CEP 78075-280 em Cuiabá MT; Tendo nominado a nova composição solicitou aos presentes a aprovação da nova composição da Diretoria, que foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade o senhor Presidente ora eleito **SILVIO APARECIDO FIDELIS**, assumindo os trabalhos, passou a tratar da sexta pauta, comunicando aos presentes que é consenso entre os membros que a Fundação volte a adotar a denominação de sua constituição e para tanto propôs para a aprovação da Assembléia a alteração da denominação para FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, solicitando a aprovação, que foi aprovada por unanimidade. Passou em seguida a tratar da sétima pauta, informando aos presentes que a Fundação vem operando no endereço desta assembléia e que propõe a alteração do endereço da Fundação para a Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1836, Salas 1104/1107, Bairro do Bosque, CEP 78050-000 e Cuiabá MT, solicitando a aprovação dos presentes, que



FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI



aprovaram por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, colocou a palavra a disposição dos presentes e não havendo interesse, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembléia. E eu, secretário, lavrei esta Ata, colhendo assinatura dos presentes, para ser encaminhada para o competente registro. Cuiabá MT, 04 de maio de 2015.

Ailton Miotto
AILTON MIOTTO

Marco Aurelio da Silva Vanalli
MARCO AURELIO DA SILVA VANALLI

Guilherme Henrique Branco
GUILHERME HENRIQUE BRANCO

Ademir Belo Galindo
ADEMIR BELO GALINDO

Ricardo Lumina Cintra
RICARDO LUMINA CINTRA

Marcos Junio Mendonça
MARCOS JUNIO MENDONÇA

Maria Aparecida Fernandes Mendonça
MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONÇA

Juliana Saturno Miranda
JULIANA SATURNO MIRANDA

Ginaldo Lopes de Caires
GINALDO LOPES DE CAIRES

Leonides Carvalho Marcilio
LEONIDES CARVALHO MARCILIO

Silvio Aparecido Fidelis
SILVIO APARECIDO FIDELIS

José de Neves Gontijo
JOSÉ DE NEVES GONTIJO

Waldomiro Delfino
WALDOMIRO DELFINO

Odenil da Silva Mello
ODENIL DA SILVA MELLO

Ricardo Lumina Cintra Junior
RICARDO LUMINA CINTRA JUNIOR

Carlos Antonio Haddad
CARLOS ANTONIO HADDAD

Lamartine Godoy Neto
LAMARTINE GODOY NETO

Francisco Bello Galindo Netto
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

Luiz Antonio Timotheo
LUIZ ANTONIO TIMOTHEO

TABELIONATO E REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Av. Getúlio Vargas, 141 - Cuiabá/MT - Fone: (0xx65) 3052-8609 - Fax: (0xx65) 3052-0654
Tabelião/Registradora: Glória Alice Ferreira Bertoli
www.primeirooficio.com.br - e-mail: registro@primeirooficio.com.br

PESSOA JURÍDICA - O.S. 396807 - Liv. A - 1544 - Fls. 196/218
FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Protocolado em: 18/09/2015 sob nr. 359717
Registrado em: 18/09/2015 sob nr. 25327
Averbado ao prot. nr. 247391 e reg. nr. 4969
Reg. por: Renir Aparecida dos Santos - Emol. R\$ 167
Em testemunho da verdade
Renir Aparecida dos Santos - Tabelião Substituta

TABELIONATO E REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Av. Getúlio Vargas, 141 - Cuiabá/MT - Fone: (0xx65) 3052-8609 - Fax: (0xx65) 3052-0654
Tabelião/Registradora: Glória Alice Ferreira Bertoli
www.primeirooficio.com.br - e-mail: registro@primeirooficio.com.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATO DE NOTAS E REGISTRO
Código do Cartório: 058

Selo de Controle Digital

Código do Ato: 103,107,108,113,
AQI86301 - R\$ 167,00

Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos





TABELIONATO E REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Av. Getúlio Vargas, 141 - Cuiabá/MT - Fone: (0xx65) 3052-8609 - Fax: (0xx65) 3052-9054
Tabelião/Registrador: Glória Alice Ferreira Bertoli
www.primeiroficio.com.br - e-mail: registro@primeiroficio.com.br

PESSOA JURÍDICA - O.S. 396607

CERTIDÃO

Certifico que o registro deste documento foi aprovado pelo Ministério Público, conforme pronunciamento datado de 03 de setembro de 2015.
CUIABÁ - MT, 18 setembro, 2015

Em testemunho  da verdade
Renir Aparecida dos Santos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadsassinatura.com.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2016-21> / pg. 7

DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO**, CNPJ 03.211.077/0001-07 concessionária dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens (Educativo) em **Cuiabá, estado do Mato Grosso** vem através de seu representante legal, declarar para fins de Renovação de Outorga, que:

- (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e
- (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga



Francisco Bello Galindo Netto
Representante Legal
FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

1.º TABELIÃO DE NOTAS NELSON MARQUEZI
AV. MANOEL GOULART, 386 - CENTRO - PRES. PRUDENTE - SP - CEP 19010-270 - FONE: (18) 3221-3365
TABELIÃO: BEL NELSON MARQUEZI

Reconheço, em documento sem valor econômico, por
semelhança a(s) firma(s) de: FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO.
Dou fe.
PRESIDENTE PRUDENTE - SP, 30 de maio de 2016 11:00:27.
Em test. da verdade

seq 5148485350484934494948485055-Un. R\$ 5,42 Total: R\$ 5,42
THAIS RIZZO JIANELI

"QUAQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE"



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara-leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documentação (Unid. 44) 9214321535320330629/2016-21 / pg. 8

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

DECLARAÇÃO

A **FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, CNPJ 03.211.077/0001-07** concessionária dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens (Educativo) em **Cuiabá, estado do Mato Grosso**, vem através de seu representante legal declarar, para fins de Renovação de Outorga, que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

1.º TABELIÃO DE NOTAS

Francisco Bello Galindo Netto
Representante Legal
FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

1.º TABELIÃO DE NOTAS NELSON MARQUEZI
AV. MANOEL GOULART, 386 - CENTRO - PRES. PRUDENTE - SP, CEP 13010-370 - FONE: (18) 3221-3365
TABELIÃO: BEL. NELSON MARQUEZI

Reconheço, em documento sem valor econômico, por semelhança a(s) firma(s) de: FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO.
Dou fe.
PRESIDENTE PRUDENTE - SP, 30 de maio de 2016 11:00:19.
Em test. _____ da verdade _____

seg 5148485350484954494948484957-Un. R\$ 5,42 Total: R\$ 5,42
THAIS RIZZO JIANELI

QUALQUER EVIDÊNCIA DE RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

1.º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. Thais Rizzo Jianieli
Escritor Autorizada
Presidente Prudente - SP

111732
FIRMA 1
0811AA0284996



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara-legis.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documentação (União) 9214321535048484957/2016-21 / pg. 9

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Comprovante de regularidade com o FISTEL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOM DIA
LUIZ ALFREDO BARCIKSistemas
Interativos

Menu Principal ▼

BOLETO » » Nada Consta

menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:15:11 do dia 01/06/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/07/2016.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2016-21/pg.11>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

IMPRIMER

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03211077/0001-07

Razão Social: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

Nome Fantasia:FUNDACAO ESTRELA DE DAVI

Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1836 SALA 1104/1107 /
BOSQUE DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/05/2016 a 17/06/2016

Certificação Número: 2016051905393877424101

Informação obtida em 30/05/2016, às 11:18:06.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

**Secretaria de Estado
de Fazenda****Governo do Estado
de Mato Grosso****Sistema de Certidão Negativa de Débito**

Data: 11/05/2016 - 13:05:00

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES
FISCAIS - CPDI Nº: 16746028****CERTIDÃO REFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS GERAIS**Data de emissão: **11/05/2016**Hora de emissão: **13:04:15**Certidão fornecida para Inscrição Estadual : **013.349.046-7**Nome: **FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Secretaria de Estado de Fazenda, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria nº 24/2005-SEFAZ, até a data e hora em epígrafe, constatamos a existência de pendência fiscal, relativa a tributos estaduais controlados por esta Secretaria, em nome do(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI e/ou acordo de parcelamento, ou suspenso.

OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CNDI/SEFAZ.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet: www.sefaz.mt.gov.br

Certidão válida até: **09/06/2016**

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado.

Código de Autenticação : **TML29TU2KAB2T2LB**

Página 1 de 2

© Copyright 2001-2016 Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - Todos os direitos reservados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7a7ae41b071e> / pg. 15

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7a7ae41b071e

**Secretaria de Estado
de Fazenda**



**Governo do Estado
de Mato Grosso**

Sistema de Certidão Negativa de Débito

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS E OUTRAS IRREGULARIDADES
FISCAIS - CPDI Nº: 16746028**

Data: 11/05/2016 - 13:05:00

**CERTIDÃO REFERENTE A PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS
CONTROLADAS PELA SEFAZ/MT, PARA FINS GERAIS**

Data de Emissão: **11/05/2016**

Hora de Emissão: **13:04:15**

IRREGULARIDADES
< Contribuinte com Irregularidade Débitos do Conta Corrente Fiscal

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet no endereço:
www.sefaz.mt.gov.br

Certidão valida até: **09/06/2016**

Código de Autenticidade : **TML29TU2KAB2T2LB**

Página 2 de 2

© Copyright 2001-2016 Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso - Todos os direitos reservados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7a41b071e> / pg. 16

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7a41b071e

11-Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO	234339	PROCESSO	EXERCÍCIO
202262/2016		2016	GERAL
CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL		
380197	LANCAMENTOS DIVERSOS - 97666		



02062016032110770001070010174520226251953416234339

NOME
FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

CPF/CNPJ
03.211.077/0001-07

RG/INSCR. ESTADUAL

ENDEREÇO
Av. RUBENS DE MENDONCA,HIST (ANT AV CPA), 1836

BAIRRO
BOSQUE DA SAUDE

FINALIDADE
Comprovante

/ Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em dívida ativa da prefeitura municipal de Cuiabá. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer título, de dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

PARA CONSTAR EU, MARCIO SILVA FRANCO PASSO A SEGUINTE CERTIDÃO



Cuiabá/MT, quinta-feira, 02 de junho de 2016

Cezar Fabrino Martins de Campos
Procurador Fiscal do Município

Certidão valida até Cuiabá/MT, 31 de Agosto de 2016.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7a41b071e> / pg. 18

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7a41b071e

Instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

**CONTRATO DE RETRANSMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA E OUTRAS
AVENÇAS**

CAMPO A – CONTRATANTE

Denominação Social: Fundação Altamiro Galindo		
Nome-fantasia: Fundação Estrela de Davi CNPJ: 03.211.077/0001-07		
Sede: Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836, salas 1104/1107 – Bosque da Saúde		
CEP: 78.050-000	Cidade: Cuiabá	Estado: Mato Grosso
Diretor Presidente: Francisco Bello Galindo Netto		
Nacionalidade: Brasileiro	Estado Civil: Casado	
RG: 27.413.875-X SSPSP	CPF/MF: 257.563.678-70	

CAMPO B – CONTRATADA

Denominação Social: Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas		
Nome-fantasia: TV Cultura CNPJ: 61.914.891/0001-86		
Sede: Rua Cenno Sbrighi, 378, Água Branca		
CEP: 05036-900	Cidade: São Paulo	Estado: SP
Diretor Presidente: Marcos Ribeiro de Mendonça		
Nacionalidade: Brasileira	Estado civil: Casado	Profissão: Advogado
RG: 3.252.702 SSP/SP	CPF/MF: 044.310.908-78	

CAMPO C – PRAÇAS DE RETRANSMISSÃO

A **CONTRATANTE** está autorizada a inserir e retransmitir, com exclusividade, o **Sinal Integral** da **CONTRATADA** em sua programação na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, configurando esta a sua área de cobertura.

CAMPO D – PRAZO DO CONTRATO

Período: 05 (cinco) anos e um dia, a partir de 19 de novembro de 2015.
Início: 19/11/2015 **Término:** 19/11/2020



CAMPO E – DA NÃO COBRANÇA DE “FEE” PELA LICENÇA

A licença, objeto do presente Contrato, para retransmissão da programação televisiva da **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**, é realizada sem cobrança de “Fee” no período do instrumento.

CAMPO F – MULTA CONTRATUAL

Multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil Reais) em favor da **CONTRATADA** na hipótese do descumprimento, pela **CONTRATANTE**, do disposto neste instrumento.

CAMPO G – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS: MODELOS DE NEGÓCIO

A	Afiliação: recepção de sinal integral e transmissão, juntamente com programação própria, com possibilidade de inserção de <i>breaks</i> locais na programação da CONTRATADA , inclui benefícios de Afiliada;	X
B	Recepção e Retransmissão de Sinal Integral: recepção e retransmissão de sinal integral, sem inserção <i>breaks</i> ou de programação local (além da exigida por lei);	
C	Recepção de Sinal Integral e Transmissão Híbrida: juntamente com programação própria, com possibilidade de inserção de <i>breaks</i> locais na programação da CONTRATADA	

CONSIDERANDO QUE:

I – A CONTRATADA é concessionária dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão), mediante outorga do Poder Público, e titular dos direitos sobre o sinal do canal de televisão intitulado “**TV CULTURA**”, bem como da programação inserida neste sinal.

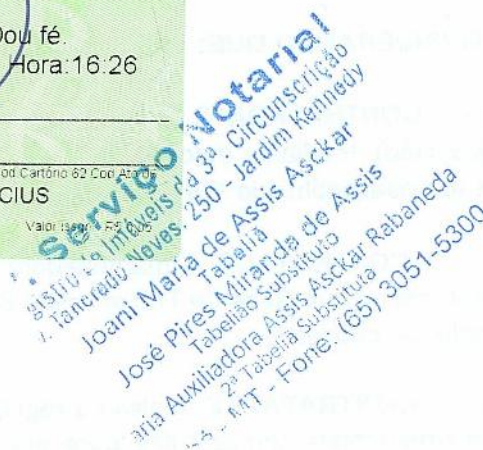
II – A CONTRATADA é mantenedora da **TV CULTURA** e tem interesse na ampliação territorial da sua Rede de Transmissão de Programas, com vistas à maior divulgação de seu conteúdo educativo;

III – A CONTRATANTE, emissora regularmente constituída e autorizada pelas autoridades governamentais competentes para atuar nos municípios enumerados no **Campo C**, tem interesse na retransmissão da programação da **TV CULTURA**;

IV – A CONTRATANTE, dentre as opções de modelo de negócio oferecidas, manifestou interesse expressamente pela **Afiliação**, que assegura a **CONTRATANTE** a retransmissão parcial de uma programação artisticamente qualificada e certificada; juntamente com programação própria, com possibilidade de inserção de *breaks* locais na programação da **CONTRATADA**;

V – A CONTRATADA, mantenedora da **TV CULTURA**, tem celebrado contrato com





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb077-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

empresa *Intelsat* para a utilização do satélite **IS-11** – digital, através do qual esta última se obriga a prestar o serviço especial de transmissão via satélite, cujos parâmetros para recepção, seguem descritos na **Cláusula Sexta** do presente Contrato;

VI - Com isso, a **CONTRATADA** está capacitada a gerar e entregar o sinal da **TV CULTURA** à **CONTRATANTE**, para que esta retransmita, integral ou parcialmente, a programação gerada pela **CONTRATADA** em São Paulo/SP;

VII - A **CONTRATADA**, através do presente instrumento, autoriza a **CONTRATANTE** a retransmissão de seu sinal integral, com todos os *breaks* incluídos na transmissão;

Decidem as Partes firmar o presente **CONTRATO DE RETRANSMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA E OUTRAS AVENÇAS**, de acordo com os considerandos acima e com as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para os efeitos do presente Contrato, as definições abaixo terão os seguintes significados:

- **Afiliação:** É o modelo de negócio através do qual a **CONTRATANTE** fica autorizada a retransmitir a programação da **TV CULTURA**, integralmente, com a possibilidade de inserção de *breaks* e programação local, possibilitando ainda que a **CONTRATANTE** se apresente como afiliada da **TV CULTURA** e tenha benefícios, como o de transferência de *know-how* técnico, comercial e de programação.
- **Recepção e Retransmissão de Sinal Integral:** É o modelo de negócio através do qual a **CONTRATANTE** fica autorizada a retransmitir a programação da **TV CULTURA**, devendo fazê-lo integralmente, sem a possibilidade de inserção de *breaks* e programação local, além da exigida por lei. Nesta modalidade, não aplicam-se os benefícios concedidos às Afiliadas e a **CONTRATANTE** não poderá se apresentar como **TV CULTURA**.
- **Recepção de Sinal Integral e Transmissão Híbrida:** É o modelo de negócio através do qual a **CONTRATANTE** fica autorizada a retransmitir a programação da **TV CULTURA**, integralmente, com a possibilidade de inserções de *breaks* e programação local. Nesta modalidade, não aplicam-se os benefícios concedidos às Afiliadas e a **CONTRATANTE** não poderá se apresentar como **TV CULTURA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento a licença, que concede a **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** e com exclusividade, do sinal integral da **TV CULTURA** gerado em São Paulo/SP, recebido por meio de recepção via satélite, para retransmissão parcial, de acordo com o modelo de negócio escolhido no **Campo G**, na área de cobertura descrita no **Campo C**, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no presente instrumento.

2.2. O conteúdo gerado pela **CONTRATADA**, e veiculado através da **TV CULTURA**, tem



Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.6oficio.com.br - email: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado. Dou 13
 Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Roder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registro - Cod Cartorio 62-01-Ato 06

Selo Digital ASA53310 R\$ 2,40 VINICIUS

Consulta: www.gim.gov.br/selos

Valor: 5500

Luciano Figueroa Juncos la Cunta
Escriyente Juramentada
6o. Servicio Notarial - C-66-MT

Doc 15
Hora: 16:26

Cod Cartorio 62 1 Ab: 06
NICIUS
Valor isq: 1.200,00

6º. Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 3ª. Circunscrição
Av. Tancredo Neves, 250 - Jardim Kennedy
Joani Maria de Assis Asckar
Tabelião
José Pires Miranda de Assis
Tabelião Substituto
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabaneda
2ª Tabelião Substituta
Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb077-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

compromisso com a sua missão-prima, qual seja, "promover a formação crítica do homem para o exercício da cidadania, através da educação, cultura, informação e entretenimento".

2.2.1. A **CONTRATANTE** assume, em razão do acima estipulado, o compromisso de honrar e garantir que os valores e a missão da **CONTRATADA** permeiem todas as suas operações, inclusive no que se refere à programação regional, de sorte que, a cada introdução de nova programação local, esta se compromete a enviar à **CONTRATADA** sinopse com piloto do programa, sempre que solicitado, a fim de proporcionar o acompanhamento do cumprimento do convencionado neste instrumento.

2.2.2. A desobediência a esta cláusula e seus itens representará infração grave ao presente instrumento, implicando motivo de rescisão contratual, apenado nos termos do presente instrumento, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COBERTURA

3.1. A licença ora concedida, para retransmissão do sinal contendo a programação da **TV CULTURA**, é restrita à área de cobertura e outorga em que a **CONTRATANTE** está autorizada a operar pelo Governo Federal, descrita no **Campo C**.

3.2. Caso a **CONTRATANTE** venha a ampliar a sua rede de atuação, abrangendo novos municípios após a data de assinatura do presente Contrato, além daquele incluso no **Campo C** deste Contrato, seja através de Afiliação, contratos de Parcerias ou Associação com outra emissora, ou pela concessão Governamental de maior alcance territorial, que implique em maior alcance da **retransmissão de grade de programação objeto deste contrato**, a **CONTRATANTE** deverá informar de imediato a **CONTRATADA** sobre tal ampliação, de forma que as partes estabelecerão nova negociação, com previsão de novas cláusulas de remuneração, o que será feito através de Termo Aditivo, que integrará o presente instrumento, regendo a nova situação.

CLÁUSULA QUARTA – DA RETRANSMISSÃO DA PROGRAMAÇÃO

4.1. A **CONTRATANTE** realizará a retransmissão parcial do sinal gerado pela **CONTRATADA**, conforme a indicação do **Campo G**, contendo a programação da **TV CULTURA**, nos termos e condições deste Contrato, de acordo com a divisão de espaços de grade constante no Anexo I a este contrato.

4.1.1. As partes reconhecem que o padrão de formato técnico do sinal recebido, além das características artísticas do conteúdo, informadas neste ato pela **CONTRATADA**, constituem propriedade desta última (patrimoniais e intelectuais).

4.1.2. A inobservância a esta cláusula ou a qualquer um de seus itens representará infração grave ao presente instrumento, implicando motivo de rescisão contratual, nos termos do presente instrumento, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais cabíveis.

4.2. É vedada à **CONTRATANTE**, sob qualquer hipótese, a realização de modificações





Confere com original e apresentado. Dou fé.
Quiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas - Registro - Cod Cartório 62 - 1º Andar

Selo Digital ASA 53309 R\$ 2,10 VINICIUS

Consulta: www.dimitrova.it/veloce

**Poder
Sel**

Licença Iquiqueño

Escritorato Notarial

Sº Servicio Notarial

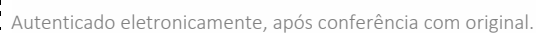
Cba-MT

Junta de Justicia

ado. Dou fé.
016 Hora: 16:26

Registro - Cod Cartório 1071-ABO
O VINICIUS
ov L / selos
Telor no R0209

39 - Serviço Notarial
Registro de Imóveis 2ª Circunscrição
Av. Tancredo Neves 250 - Jardim Kennedy
Joani Maria de Assis Asckar
Tabelião Substituto
José Pires Miranda de Assis
Tabelião Substituto
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabaneda
2ª Tabelião Substituta
Cuiabá - MT - Fone: (66) 3051-5300



alterações, ou edições que comprometam o formato dos conteúdos originais da **TV CULTURA**, que venham a ser transmitidos, ferindo suas características intelectuais e criativas.

4.3. A CONTRATADA reserva o direito de alterar os horários em sua programação, bem de suspender ou cancelar programas e/ou seus comunicadores, inexistindo dever de indenização, comprometendo-se, apenas, a informar a **CONTRATANTE**, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

4.4. A CONTRATANTE deverá encaminhar à **CONTRATADA**, com antecedência mínima de quatro (4) dias, a sua grade semanal, sendo vedada a alteração ou não cumprimento da programação enviada, sem a prévia ciência da **CONTRATADA**.

4.4.1. O descumprimento da cláusula acima permite a **CONTRATADA** notificar à **CONTRATANTE** para que efetue o imediato cumprimento à programação encaminhada.

4.4.2. Ocorrendo o não cumprimento da grade semanal divulgada, após a segunda notificação encaminhada pela **CONTRATADA**, esta se reserva ao direito de efetuar a imediata rescisão do presente contrato.

4.4.3. A **CONTRATADA** se resguarda ao direito de utilizar as mais variadas ferramentas, sejam elas *softwares*, equipamentos, entre outros, para efetivar o monitoramento da programação apresentada pela **CONTRATANTE**.

4.5. A CONTRATANTE deve, a partir da assinatura do presente instrumento, referir-se à **CONTRATADA** e à **TV CULTURA**, como proprietárias e realizadoras dos conteúdos retransmitidos em razão do presente contrato, para identificá-los e/ou qualificá-los, em todo o período de retransmissão, bem como, em qualquer material de comunicação impresso ou qualquer outro tipo de publicação que a **CONTRATANTE** venha a fazer, observadas as disposições da **Cláusula Sétima**.

4.6. A CONTRATADA não se responsabilizará pelos índices de audiência obtidos pela programação retransmitida pela **CONTRATANTE**, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO COMODATO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À RECEPÇÃO DO SINAL

5.1. A CONTRATADA fornecerá em comodato à **CONTRATANTE**, todos os decodificadores necessários à recepção e retransmissão do Serviço em todos os Sistemas, incluindo, mas não se limitando, aos decodificadores utilizados pelos Sistemas que distribuem o Serviço utilizando tecnologia digital.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** reconhece e concorda que a transmissão e disponibilização do Serviço para a **CONTRATANTE** serão feitas de forma adequada e de acordo com as especificações técnicas razoavelmente estabelecidas por escrito pela **CONTRATADA**, ou estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel") e pela legislação em vigor, responsabilizando-se por todo eventual prejuízo decorrente do descumprimento. Por sua vez, a **CONTRATANTE** reconhece e concorda que a transmissão e a exibição do Serviço irão dar-se de forma adequada e de modo a atender as



Serviço Notarial e Registro de Imóveis

Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
 Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
 Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
 CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
 www.6oficio.com.br email: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO
 Confere com original apresentado. Dou fé.
 Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registro - Código Cartão do Cartão 506
Selo Digital ASA53308 R\$ 2,40 VINICIUS
 Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

*Escritura
 9º Serviço Notarial - Cuiabá-MT*

6º Serviço Notarial
 Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição
 Av. Tancredo Neves, 250 - Jardim Kennedy
 Joani Maria de Assis Asckar
 José Pires Miranda de Assis
 Tabela Substituto
 Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabaneda
 2ª Tabela Substituta
 Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

especificações determinadas por escrito pela **CONTRATADA**, pela Anatel e pela legislação em vigor.

5.2. A CONTRATADA se responsabiliza pela integridade e pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos em comodato, comprometendo-se a efetuar a devida manutenção quando for necessário.

Paragrafo único: Na eventualidade do corpo técnico da **CONTRATADA** constatar que a eventual falha ou problema no equipamento cedido em comodato ocorreu por culpa ou dolo exclusivos da **CONTRATANTE**, esta deverá efetuar o reparo e a manutenção do maquinário às suas expensas, sem prejuízo do eventual ressarcimento à **CONTRATADA** pelos montantes dispendidos com a manutenção ou danos causados ao equipamento.

5.3. A CONTRATANTE na eventualidade da rescisão do contrato deverá efetuar a imediata devolução de todos os equipamentos cedidos em comodato pela **CONTRATADA**, no prazo de sete (7) dias, sob pena de não o cumprindo ocorrer à aplicação de multa diária calculada no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

5.4. Na eventualidade da CONTRATADA substituir o satélite, banda ou transponder em que o sinal da **TV CULTURA** trafega, caberá à mesma informar esta alteração à **CONTRATANTE** e a eventual necessidade de troca dos equipamentos cedidos em comodato com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA SEXTA – DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA À RECEPÇÃO DO SINAL

6.1. A CONTRATANTE além de receber o equipamento necessário para a recepção do sinal da **CONTRATADA** deverá prover, às suas expensas, toda a infraestrutura e equipamentos necessários à recepção e retransmissão da programação da **CONTRATADA**, de acordo parâmetros técnicos que seguem abaixo:

Parâmetros Técnicos para recepção do Intelsat IS-11: Tabela dos Pids Serviço Hex

TV CULTURA SD	
Satélite	Intelsat IS11
Posição orbital	43°W
Frequência (Branda c)	4115Mhz
Polarização	VERTICAL
Data Rate	42636166 bps
Pilots	ON
Roll off	0.2
Padrão	DVB S2
Modulação	8 PSK
FEC	3/4
Symbol Rate	19580 Msps
Serviço	4
PID Vídeo	410
PID Audio 1 (estéreo)	420

TV CULTURA HD	
Satélite	Intelsat IS11
Posição orbital	43°W
Frequência (Branda c)	4115Mhz
Polarização	VERTICAL
Data Rate	42636166 bps
Pilots	ON
Roll off	0.2
Padrão	DVB S2
Modulação	8 PSK
FEC	3/4
Symbol Rate	19580 Msps
Serviço	6
PID Vídeo	610
PID Audio 1 LR	620





Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.6oficio.com.br - email: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado Doufé.
Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Alto de Fátima - Registro - Cod. Cartório 62 Cuiabá
Selo Digital ASA 53307 R\$ 2,40 VINICIUS

Consulta: www.tjmt.gov.br/selos

6º. Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição
Av. Tancredo Neves, 250 - Jardim Kennedy
Joani Maria de Assis Asckar
José Pires Miranda de Assis
Tabelião Substituto
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabaned
2ª Tabela Substituta
Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2016-21 / pg. 31

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

PID Audio 2 (mono+coord.)	421
PID Audio 3	422
PID PCR	410

PID Audio 2 SAP	621
PID Audio 3	622
PID Audio 4	623
PID Close Caption	630
PID PCR	605

6.2. A **CONTRATANTE** deverá manter em operação um equipamento principal e outro de reserva (*backup*), IRD-MPEG II. DVB, para o recebimento do sinal gerado da **TV CULTURA**, gerado pela **CONTRATADA**.

6.3. A **CONTRATANTE** será a única responsável pela manutenção dos seus equipamentos necessários para a interligação de seus estúdios e sua estação retransmissora.

6.3.1. A aquisição dos referidos equipamentos, bem como a contratação da sua manutenção, caberá exclusivamente à **CONTRATANTE**, sem qualquer interferência ou responsabilidade da **CONTRATADA**.

6.4. A **CONTRATADA** não se responsabiliza por interrupções de sinais, falhas de comunicação e/ou retransmissão quando decorrentes de falhas nos equipamentos de recepção do sinal da **CONTRATANTE** e/ou quando causadas por qualquer fator inerente à **CONTRATANTE** e às suas instalações.

6.5. Nenhuma das partes responde, em hipótese alguma, por perdas e danos incorridos pela outra, em decorrência de falhas técnicas havidas no serviço de transmissão de conteúdos pela **CONTRATANTE** ou nos equipamentos de geração, repetição ou retransmissão da programação, ou por qualquer outro motivo que interrompa a transmissão ou retransmissão da programação ora acordada, afora o exposto na **Cláusula Quinta**, item 5.4.

6.6. A **CONTRATANTE**, observando as exigências da legislação e garantindo a qualidade do sinal, assumirá por sua conta e risco, todas as despesas relativas à implantação, manutenção, operação e das tarifas que incidam ou venham a incidir em sua estação Geradora, e de recepção terrena via satélite. Em decorrência disto, fica certo que a **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada por quaisquer despesas decorrentes desta autorização.

6.7. A qualquer momento a **CONTRATADA** poderá substituir o satélite, banda ou *transponder* em que o sinal da **TV CULTURA** trafega, cabendo à mesma informar esta alteração à **CONTRATANTE** com 60 (sessenta) dias de antecedência.

6.7.1. Feitas as alterações, caberá à **CONTRATANTE** arcar com as despesas e ajustes necessários, para a adequação da sua recepção do sinal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA COMERCIALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PARA INSERÇÃO DE BREAKS LOCAIS





Joani Maria de Assis Ascar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.6oficio.com.br - email: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado. Dou fé.
Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Alto de Notas e Registro - Cod Cartório 62 Cod Assis
Selo Digital ASA53306 R\$ 2,40 VINICIUS

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

Luciano Figueiredo Martins da Cunha
Escritório Juvenal
6º. Serviço Notarial - Cba-MT

6º. Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição
Av. Tancredo Neves, 250 - Jardim Kennedy
Joani Maria de Assis Ascar
José Pires Miranda de Assis
Tabela Substituto
Maria Auxiliadora Assis Ascar Rabanada
2ª Tabela Substituto
Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

7.1. Conforme expressamente indicado no **Campo G**, salvo no caso de escolha da opção "B" Recepção e Retransmissão de Sinal Integral, a **CONTRATANTE** terá o direito de captar recursos e aportes comerciais para veiculação, na área de cobertura compreendida nos municípios especificados no **Campo C**, quando da introdução de programação local, havendo ou não repasse para a **CONTRATADA**, de acordo com modelo de negócio de comercialização de espaços a ser adotado em havendo interesse das Partes, o qual será firmado mediante termo aditivo ao presente instrumento contratual que regulará a possibilidade de inserção de *breaks* locais na programação da **CONTRATADA**.

7.2. No caso de disponibilização do sinal da **CONTRATANTE** para Operadoras de Televisão fechada, através de Serviço de Acesso Condicionado, as Partes poderão acordar a distribuição do sinal da **CONTRATANTE** em tal modalidade, de acordo com a área de abrangência, interesse das Partes e mediante a assinatura de termo aditivo ratificando tal operação.

CLÁUSULA OITAVA – DA LICENÇA PARA RETRANSMISSÃO DO CONTEÚDO E MENÇÃO ÀS MARCAS

8.1. A **CONTRATANTE** terá, pelo prazo deste contrato, a licença plena de exibição, transmissão, retransmissão e difusão dos conteúdos da **TV CULTURA**, de forma simultânea, por meio de sua geradora e praças constantes do **Campo C**, exclusivamente via radiodifusão de sons e imagens.

8.2. A **CONTRATADA**, titular do registro da marca "**TV CULTURA**" e de todas as marcas que intitulam suas produções próprias, além de detentora de licença das marcas que intitulam coproduções e produções independentes, outorga, à **CONTRATANTE**, a licença de uso das marcas, pelo prazo de vigência, deste instrumento e exclusivamente para os fins aqui especificados.

8.2.1. A presente licença, a que se refere o item anterior 8.2, é concedida a título gratuito, sem caráter de exclusividade, obrigando-se a **CONTRATANTE** a zelar pelo bom nome, conceito e imagem das marcas acima citadas e de seus logotipos e a não usá-los imprópria ou indevidamente.

8.3. Fica expressamente vedado à **CONTRATANTE**:

- a) A qualquer tempo e mesmo após o encerramento deste contrato, requerer o registro, em seu nome ou de pessoas a ela relacionadas, e/ou utilizar as marcas bem como nomes comerciais, expressões ou denominações semelhantes às mesmas;
- b) Alteração dos elementos figurativos das marcas, tais como forma gráfica, cores e/ou contornos, entre outros;
- c) Vinculação das marcas, programação, personagens, a qualquer outra marca, título, razão, denominação social ou denominação de fantasia, em todo o período de vigência do instrumento seja via **CONTRATANTE**, seja via Rede de retransmissoras;
- d) A utilização das marcas e dos logotipos mencionados neste contrato, seja parcialmente ou integralmente, em material promocional, conjuntamente com outras marcas





Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.6oficio.com.br email: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado. Dou fé
Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Ato de Notas e Registro - Cod Cartório 63.007.400.00
Selo Digital ASA 53305 R\$ 2,40 VINÍCIUS

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos Hora: 16:26 R\$ 2,40

Luiz Antônio Martins da Cunha
Escritório Juvenil
Esp. Serviço Notarial - Cuiabá-MT

Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Joani Maria de Assis Asckar
José Pires Miranda de Assis
Tabelião Substituto
Maria Auxiliadora Assis Asckar
2ª Tabelião Substituto
Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e Documentação (Única) 921734715330520160123 2016-25 / pg. 35

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

vinculadas à **CONTRATANTE**, depende de prévia, expressa e específica autorização da **CONTRATADA**.

- e) Toda a programação atual da **TV CULTURA** é transmitida com marca d'água do seu logotipo. Em razão disso, uma vez que a **CONTRATANTE** irá **retransmitir sinal em tempo real** da **TV CULTURA**, para efeitos de retransmissão da grade de programação, a **CONTRATANTE** deverá manter a marca d'água da **TV CULTURA**, ficando ao seu exclusivo critério a inserção de marca própria ao lado da existente.

8.4. Quando na vigência e no término do presente instrumento, a **CONTRATANTE** torna-se a única responsável para que o avençado nos **itens a, b e c** da **Cláusula 8.3** seja cumprido em toda a sua atual rede de retransmissoras.

8.5. Excepcionalmente, quando o modelo de negócio, apontado no **Campo G**, do presente Contrato, for de Afiliação, será facultado à **CONTRATANTE** a identificar-se através da utilização da marca "**TV CULTURA**", nas praças descritas no **Campo C**, para aproximação de interessados na aquisição de cotas de patrocínio mensal, sempre sob supervisão da **CONTRATADA**.

8.6. Adicionalmente, quando o modelo de negócio adotado pelas partes for o de Afiliação, haverá transferência de *know-how* técnico, comercial e de programação, entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, de forma que a **CONTRATANTE** contribuirá com a produção e cessão de conteúdo jornalístico local, de conteúdo televisivo em geral, como a cobertura de grandes eventos e a execução de séries e documentários, além de viabilizar cooperações de ordem comercial com apoiadores locais.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS AUTORAIS E CONEXOS SOBRE CONTEÚDO INTELECTUAL

9.1. A titularidade dos direitos conexos aos de autor sobre a retransmissão da grade, decorrentes deste instrumento, bem como a titularidade dos direitos patrimoniais de autor incidentes sobre sua programação isolada, pertencem integralmente à **CONTRATADA** e à **TV CULTURA** e/ou seus coprodutores e licenciantes respectivamente. Dessa forma, fica absolutamente vedado o exercício de qualquer um deles pela **CONTRATANTE**, senão os expressamente aqui autorizados (transmissão, uso de marca nas situações previstas), sob pena de rescisão automática do contrato e respectivo pagamento de multa contratual, sem prejuízo das medidas judiciais e administrativas cabíveis.

9.1.1. Em decorrência do acima exposto, fica terminantemente proibida a fixação e a reprodução de suas emissões, bem como a edição, a distribuição, a comunicação ao público pela televisão em locais de frequência coletiva, sem sua prévia autorização, incluindo inserção da programação em sites de internet, ainda que da própria **CONTRATANTE**, nos termos da Lei nº 9.610/1998.

[Assinatura]





Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.oficio.com.br - email: atendimento@oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado. Dou fé.
Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Primer Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atto de Notas e Registro - Cod Cartório 62 Cuiabá MT

Selo Digital ASA53304 R\$ 2,40 VINICIUS

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

Validade: 90 dias

Luciana Aparecida Nunes da Cunha
Escritório Juvenilizado
no 1º andar - 1º andar - sala 101

6º. Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 3ª. Circunscrição
Av. Tancredo Neves, 250 - Jardim Kennedy
Joani Maria de Assis Asckar
José Pires Miranda de Assis
Tabelião Substituto
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanedi
2ª Tabelião Substituto
Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

10.1. O prazo do presente contrato, indicado no **Campo D** de seu preâmbulo, renova-se mediante a assinatura de termo aditivo firmado entre as Partes.

10.2. Qualquer que seja a razão apontada para a denúncia ou distrato deste contrato, a **CONTRATANTE** se compromete a deixar de utilizar todo e qualquer conteúdo protegido por propriedade intelectual, seja autoral ou marcária, imediatamente e independentemente de aviso ou notificação. A **CONTRATANTE** se declara ciente de que a infração a esse dispositivo representa violação à propriedade intelectual e ensejará a adoção, por parte da **CONTRATADA**, das medidas judiciais pertinentes, além da aplicação da multa estabelecida na cláusula décima primeira, item 12.1.1, abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. Este contrato será considerado rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, com a consequente proibição de retransmissão da grade e utilização da marca, nome, logotipo e demais sinais distintivos da **CONTRATADA** e da **TV CULTURA**, sem prejuízo de pagamento da multa contratual e demais penalidades previstas abaixo, nas seguintes hipóteses:

- a) Infração a qualquer uma de suas cláusulas ou desrespeito às obrigações a que a **CONTRATANTE** se comprometeu a cumprir;
- b) Quando não sanada e/ou não justificada qualquer pendência pela **CONTRATANTE** após esta ter recebido notificação da outra parte para cumprir a obrigação inadimplida no prazo de 30 (trinta) dias corridos do recebimento da comunicação;
- c) Se a **CONTRATANTE** requerer recuperação judicial ou tiver decretada sua falência ou qualquer outro meio de liquidação judicial a que estiver obrigada por lei;
- d) Por dissolução da **CONTRATANTE** ou descredenciamento perante os Órgãos competentes, a exemplo de cassação da concessão de geração, retransmissão ou situações afins;
- e) Por descumprimento, pela **CONTRATANTE**, ao estipulado no item 2.2 da **Cláusula Segunda** e no item 8.1 da **Cláusula Oitava**.
- f) Caso a **CONTRANTE** tenha sua concessão ou autorização cassada, revogada, extinta ou ainda não seja renovada em tempo hábil para a continuidade ininterrupta dos serviços.

11.2. Adicionalmente, o presente contrato pode ser rescindido, unilateral e imotivadamente, pelas Partes, sem que nada seja devido a qualquer momento, salvo a devolução





Joani Maria de Assis Ascar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.6oficio.com.br - e-mail: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado. Dou fé.
Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabelia

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registro - Cod Cartório 62-000-0000

Selo Digital ASA53303 R\$ 2,40 VINICIUS

Consulta: www.t.jmt.gov.br/selos

Valor: R\$ 2,40

6º. Serviço Notarial
Escritório Unificado
Jardim Kennedy
Cuiabá - MT

6º. Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição
Av. Tancredo Neves, 250 - Jardim Kennedy
Joani Maria de Assis Ascar
José Pires Miranda de Assis
Tabela substituída
Maria Auxiliadora Assis Ascar Rabanedo
2ª Tabela substituída
Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 39

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

equipamentos concedidos em comodato pela **CONTRATADA**, respeitando um prazo mínimo de 07 (sete) dias.

11.3. A **CONTRATADA** poderá rescindir imediatamente e de pleno direito o presente contrato, sem a necessidade de envio de prévia notificação à **CONTRATANTE**, caso a Licença para Funcionamento da Estação da Contratante, com validade até 15 de julho de 2017, não seja renovada até o seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLÁUSULA PENAL

12.1. Caso a **CONTRATANTE** infrinja qualquer das cláusulas ou condições, quando não tenha sido sanado após o recebimento da notificação da **CONTRATADA** para cumprir a obrigação inadimplida no prazo de 10 (dez) dias corridos do recebimento da comunicação, sem prejuízo das demais disposições deste contrato, ficará sujeita ao pagamento da seguinte importância:

12.1.1. Se não cessar de imediato, quando findo o presente instrumento, o uso das marcas e logotipos e/ou a retransmissão da programação enviada pela **CONTRATADA**: multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

12.1.2. Se não ocorrer a devolução imediata, quando findo o presente instrumento e/ou após o prazo de sete (7) dias do pedido de devolução, dos equipamentos cedidos em comodato pela **CONTRATADA**: multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

12.2. Fica convencionado que, além do pagamento da penalidade acima estabelecida, a **CONTRATADA** terá o direito de pleitear da **CONTRATANTE** as perdas e danos que porventura faça jus.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Obrigam-se as partes, desde já, ao cumprimento das cláusulas previstas neste instrumento, independentemente do pagamento de indenização ou multa.

13.2. A tolerância de qualquer das partes na exigência do cumprimento de obrigação a que a outra parte se comprometeu a cumprir não implicará em renúncia, perdão, novação ou alteração do dispositivo infringido.

13.3. O presente contrato restringe-se às cláusulas e condições aqui pactuadas, não constituindo qualquer tipo de vínculo societário ou associativo entre as partes, que continuam mantendo sua independência e autonomia, não havendo nenhum tipo de solidariedade nas obrigações contratadas por cada uma das partes, principalmente quanto àquelas reguladas pelas legislações civil, comercial, tributária e trabalhista.

13.4. A **CONTRATANTE** se compromete, por este contrato, a manter a política da TV CULTURA, que é TV de caráter eminentemente educativo, zelando por sua programação e conteúdo.



Serviço Notarial e Registro de Imóveis

Joani Maria de Assis Ascar - Oficial
 Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
 Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
 CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
 www.6oficio.com.br - e-mail: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado. Dou fé.
 Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Alto de Notas e Registro - Cid. Cartão 511 - Cid. 40 36
 Selo Digital ASA 53302 R\$ 2,40 VINICIUS

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selcs

Serviço Notarial e Registro de Imóveis
 Escritório e Juramentada
 Cuiabá-MT

Serviço Notarial e Registro de Imóveis
 Av. Tancredo Neves, 250 - Jardim Kennedy
 Joani Maria de Assis Ascar
 José Pires Miranda de Assis
 Tabela Substituto
 Maria Auxiliadora Assis Ascar Rabaneda
 2ª Tabela Substituto
 Cuiabá - MT - Fone: (65) 3051-5300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2016-21 / pg. 41

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

13.5 É vedado à **CONTRATANTE** ceder total ou parcialmente qualquer dos direitos decorrentes deste contrato a terceiros sem a expressa e específica autorização por escrito da **CONTRATADA**.

13.6. Fica estabelecido que, no período de 30 (trinta) dias antecedentes ao encerramento ou à eventual renovação do contrato, a **CONTRATANTE** encaminhará à **CONTRATADA** toda a programação transmitida, para análise de conteúdo transmitido.

13.7. O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título, e cancela e substitui toda e qualquer avença anteriormente havida entre as partes, salvo eventuais débitos ainda em aberto.

13.8 Eventuais acordos de troca de conteúdos, coproduções e outros convênios e parcerias não acordados, avençados e/ou descritos neste instrumento, desde que, em comum acordo, formalizados sob o caráter aditivo a este contrato.

13.9. A **CONTRATANTE** se responsabilizará, perante o Ministério das Comunicações, pela legalização e regularização de sua estação Geradora ou Retransmissora, conforme o caso, mantendo a **CONTRATADA** informada acerca do andamento do processo, naquele órgão, e fornecendo cópia dos projetos técnicos, das portarias de outorga e aprovação de local e equipamentos, das licenças de funcionamento, e de posteriores alterações.

13.10. A **CONTRATADA** se exime de qualquer responsabilidade quanto ao atendimento das exigências técnicas legais necessárias à estação Geradora ou Retransmissora da **CONTRATANTE** junto aos órgãos oficiais competentes.

13.11. As partes elegem o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como o único competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste contrato, em preferência a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 19 de novembro de 2015.

MARCOS MENDONÇA
Diretor Presidente
Fundação Padre Anchieta

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS

6º OFÍCIO

FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Francisco Bello Gallindo Neto
Diretor Presidente
Fundação Altamiro Galindo

Testemunhas:

1. [Assinatura]
Nome: Fabiano Luiz Guedes Borba
RG/CPF 40.284.591-6

2. [Assinatura]
Nome: Juliana Custódio de Souza
RG/CPF 021.284.551-74.



Co. Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

cdffcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATADA: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA – CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 0259/2015



OBJETO: Contrato de Retransmissão de Programação Televisiva e Outras Avenças

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução de julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados relativamente ao aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, 19 de novembro de 2015.

Pela **CONTRATADA:** FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA – CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS.

 Francisco Bello Gallindo Neto Diretor Presidente Fundação Altamiro Galindo	 MARCOS MENDONÇA Diretor Presidente Fundação Padre Anchieta
O(s) Representante(s) da Fund. Pe. Anchieta signatário(s) do presente, ressalva(m) que concorda(m) com a ciência dos despachos e decisões do TCE/SP pelo D.O.E, enquanto no exercício de suas funções perante a Fundação, devendo, após, receber(em) ciência e intimação pessoal	

Pela **CONTRATANTE:** FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Assinatura:
Nome(s) do(s) Responsável(eis):
Cargo(s) do(s) Responsável(eis):
E-mail Institucional:
E-mail pessoal:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2016-24> / pg. 44

cdtcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e
Serviço Notarial
Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição



Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.6oficio.com.br - email: atendimento@6oficio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com original apresentado. Dou fé.
Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016 Hora: 16:26

A Tabela

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Alto de Notas e Registro - Cod Cartório 82 - Cod Atg 22
Selo Digital ASA 53300 R\$ 2,40 VINICIUS

Consulta: www.tjmt.gov.br/seios Valor Issm: R\$ 2,40

Luciana Figueiredo Nunes da Cunha

Escrevente Juramentada

6º Serviço Notarial - Cuiabá-MT

Joani Maria de Assis Asckar - Oficial
Av. Tancredo Neves, nº 250 - Jardim Kennedy
Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051-5333
CEP: 78065-200 - Cuiabá - Mato Grosso
www.6oficio.com.br - email: atendimento@6oficio.com.br

Reconheço por semelhança a firma de: FRANCISCO BELLO
GALINDO NETTO (2478)

Cuiabá-MT 14 de janeiro de 2016
Dou fé. Em testemunho ()

Horario: 16:11
da verdade.

Luciana F. Nunes da Cunha - Escrevente Juramentada
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Alto de Notas e Registro - Cod Cartório 82 - Cod Atg 22
Selo Digital ASA 53170 R\$ 5,30 (VINICIUS)

Consulta: www.tjmt.gov.br/seios

Valor Issm: R\$ 5,30



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Consulta Geral - TV

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Cuiabá
Frequência: 488 MHz a 494 MHz
Classe: A
Canal: 17 E

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 2 - Ato de Uso RF e/ou Instalação emitido

Dados da Entidade

Entidade: FUNDACAO ESTRELA DE DAVI
Nome Fantasia:
Nº Estação: 323682391
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50011448172
CNPJ: 03.211.077/0001-07
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

- ☐ [Dados do Plano Básico](#)
- ☐ [Dados da Outorga](#)
- ☐ [Documentos Emitidos](#)
- ☐ [Característica da Estação Instalada](#)
- ☐ [Dados do Licenciamento](#)

Tela Inicial

Imprimir



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp

https://anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp?UF=MT;MUNIC=77;FREQ=488-494;CLASSE=A;CANAL=17E;FAS=2;FISTEL=50011448172;CNPJ=03.211.077/0001-07;SITUA=1;LIC=1;PG=146pg. 46

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

<div></div> <div>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</div> <div>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</div>					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/1999	
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO ESTRELA DE DAVI					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada					
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA		NÚMERO 1836	COMPLEMENTO SALA 1104/1107		
CEP 78.050-000	BAIRRO/DISTRITO BOSQUE DA SAUDE		MUNICÍPIO CUIABA		UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO antonio@kopec.com.br			TELEFONE (65) 3025-4444 / (65) 8142-3777		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/04/2017** às **10:52:18** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Volar

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

ceita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva. Comprovante.asp

https://infoleg.gub.uy/personal/usuario/cnpi/cnpi/eva/cnpi/eva-17-uniproya/evae.asp

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

NOTA TÉCNICA Nº 10499/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.034929/2016-21**

Assunto: **Renovação de Outorga - Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO (FUNÇÃO ESTRELA DE DAVI), CNPJ nº 03.211.077/0001-07, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, referente ao seguinte período: 16/07/2017 a 16/07/2032.

ANÁLISE

2. Nos termos da Nota Técnica nº 28659/2016/SEI-MCTIC (1456983), a interessada foi instada a apresentar documentação nos termos da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, tendo atendido a solicitação. No entanto, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por meio do **Parecer nº 00965/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de 26 de outubro de 2016, entendeu ser necessário a apresentação de novos documentos para a completa instrução dos processos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão

3. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, devendo, para correta instrução do feito, a interessada apresentar os seguintes documentos abaixo relacionados:

DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES/FL(s).
a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações nos moldes do anexo VI da Portaria 4.335/2015. <i>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i> <i>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i> <i>c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</i> <i>d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa.</i> <i>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</i> <i>f) declaração de todos os dirigentes de que não participam da direção de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade a ser renovada, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.</i>	Requerimento incompleto. Deve apresentar novo requerimento conforme modelo em anexo.
b) instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	Falta apresentar.
c) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Falta apresentar.
d) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Falta apresentar.

4. Cabe ressaltar que os processos de renovação de outorga deverão ser instruídos, além dos documentos acima citados, com o contrato de concessão/permissão da entidade. Assim, com vistas à assinatura do contrato e correta instrução do feito, deverá a interessada apresentar ainda:

- indicação do dirigente que irá assinar**, bem como cópia autenticada de seu documento de identidade e CPF, ou do procurador (se for o caso);
- original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, no caso de procurador.

CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de março de 2014, apresente os referidos documentos, sob pena de indeferimento do pleito, com a consequente declaração de perempção.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo**, **Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 18/05/2017, às 09:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Notini Vieira de Souza**, **Técnico de Nível Superior**, em 18/05/2017, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1877996** e o código CRC **C508DC0F**.

Minutas e Anexos

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ASSUNTO: Requerimento de Renovação de Outorga.

IDENTIFICAÇÃO

Denominação da entidade: _____

CNPJ: _____

Endereço da sede: _____

Nome e CPF do Representante Legal: _____

Endereço eletrônico (e-mail): _____

Localidade objeto da renovação de outorga: _____

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada vem, perante Vossa Excelência, por intermédio do seu **representante legal e demais dirigentes subscritores**, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para a localidade acima descrita, referente ao serviço de:

- ☐ radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.
- ☐ radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Com vistas à instrução da presente proposta, **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- (a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;
- (b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;
- (c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- (d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-1812/1/p/gd.949>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

(f) os dirigentes não participam da direção de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade a ser renovada, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

Ass.	Ass.	Ass.	Ass.
Cargo:	Cargo:	Cargo:	Cargo:

SEI n° 1877996



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcpp/77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b0071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 21117/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO (FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI)

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

CEP: 78.050-000 / Cuiabá-MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10499/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 18/05/2017, às 09:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1878408** e o código CRC **A4549658**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 21117/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 1878408

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Data de Envio:

19/05/2017 11:27:38

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

antonio@kopec.com.br

barcik@creapr.org.br

fbgf@globo.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministerio da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1878408.html

Nota_Tecnica_1877996.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões de Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53900.034929/2016-21

Interessado: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Localidade: Cuiabá/MT

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos

Período: 16/07/2017 a 16/07/2032.

DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações nos moldes do anexo VI da Portaria 4.335/2015.</p> <p>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</p> <p>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</p> <p>c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</p> <p>d) os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa.</p> <p>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>f) declaração de todos os dirigentes de que não participam da direção de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade a ser renovada, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.</p>	<p>Ok.</p> <p>Petição 1962952, fls. 1/4</p>
<p>b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão.</p>	<p>Ok.</p> <p>Petição 1786468, fls. 4/14.</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento assinado em 16/07/2017 às 15:53:52, pelo usuário 204922/2016-23 / pg. 53

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

c) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok. Petição 1786468, fls. 15/20.
d) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de todos dirigentes da entidade, exceto CNH .	Ok. Petição 1962952, fls. 5/10. Francisco Bello Galindo Neto Rafael de Oliveira Cotrim Dias Lamatine Godoy Neto José Neves Gontijo Vicente Placheski Neto Mandato: 04.05.2015 a 04.05.2019.
e) instrumento contratual (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	Ok. Petição 1962952.
f) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade.	Ok. Anexo 1792130.
g) comprovante de regularidade com o FISTEL. <i>internet</i> .	Ok. Petição 1173623, fl. 7.
h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Ok. Petição 1173623, fl. 8.
i) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Ok. Petição 1180612, fl. 3.
j) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Ok. Petição 1962952, fls. 10/11
k) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei.	Ok. Petição 1962952, fl. 12

DOCUMENTOS PARA CONTRATO

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se Aplica	OBSERVAÇÕES/FL(s).
a) cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso)?	X			Ok. Petição 1962952, fl. 5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

b) ato de nomeação do representante legal ou ata de eleição da diretoria em exercício?	X			Ok. Petição 1786468, fls. 15/20.
c) original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, no caso de procurador? Obs.: Nesse caso será necessária a apresentação da ata de eleição ou do ato de nomeação com o fim de comprovar o poder de outorga do dirigente que conferiu os poderes para assinatura do contrato, nos termos do §2º do art. 31 da Portaria 4335/2015.			X	

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? (X) Sim () Não



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Notini Vieira de Souza, Técnico de Nível Superior**, em 23/06/2017, às 14:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1981412** e o código CRC **768C8CC4**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 1981412

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 55

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Renovação da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

À

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas - CGFI.

Referência: **Processo nº 53900.034929/2016-21.**

Assunto: **Informação sobre entidade que pleiteia a Renovação de Outorga.**

1. Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração, cuja penalidade cabível seja cassação (concluído ou em trâmite), instaurado em desfavor da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, por meio do canal 17E, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

2. Após realizados os devidos procedimentos, favor retornar os autos ao COLEC_REN para o prosseguimento das análises.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 26/07/2017, às 18:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1981702** e o código CRC **49338DBD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 1981702



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documentos assinados (02/21/18) - 53900.034929/2016-21 - pg. 56 / pg. 56

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	
Nome Fantasia: FUNDACAO ESTRELA DE DAVI	
Telefone: (65) 0000-0000	E-mail:
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50011448172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 248 - Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: MC194/88,14/97;ATO 46.969/2004;ATO 49.070/2005.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Jaime de Figueiredo	Complemento:	
Bairro: Lixeira	Numero: 203	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78008555

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA ESMERALDA	Complemento:	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 328	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78000000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Esmeralda	Complemento:	
Bairro: Bosque da Saúde	Numero: 328	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78000000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cuiabá	UF: MT
Latitude: -15.58917	Longitude: -56.08139

Parâmetros Técnicos			
Canal: 17	Frequência: 491 MHz	Classe: A	ERP: 91kW
Altura: 150 m	Pareamento: 54476	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323682391	Número Indicativo: ZYA951



17 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> 2206221 / pgg537

Data Último Licenciamento: Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -15.6	Longitude: -56.1	Cota da base: 236 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006660400352	Modelo: LD65K0
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF15/8	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS - RFS		
Comprimento da Linha: 90.00 m	Atenuação dB100m: 1.50 dB	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: SLOT - 360 - 8 Fendas			Fabricante: IDEAL ANTENAS		
Ganho: 10.55 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 190 °	Polarização: Horizontal	HCI: 80 m	ERP Máximo: 37.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.53	10°: 1.51	20°: 1.57	30°: 1.66	40°: 1.72	50°: 1.75	60°: 1.75	70°: 1.72	80°: 1.65	90°: 1.54	100°: 1.41	110°: 1.26
120°: 1.09	130°: 0.92	140°: 0.73	150°: 0.53	160°: 0.35	170°: 0.19	180°: 0.06	190°: 0	200°: 0.06	210°: 0.19	220°: 0.35	230°: 0.53
240°: 0.73	250°: 0.92	260°: 1.09	270°: 1.26	280°: 1.41	290°: 1.54	300°: 1.66	310°: 1.72	320°: 1.72	330°: 1.67	340°: 1.62	350°: 1.57

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 37.06 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	0	Decreto	MC	06/09/2001	10/09/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1608	Despacho	MC	15/10/2015	22/10/2015	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	106	Decreto Legislativo	CN	05/06/2002	06/06/2002	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	1629	Ato	ORLE	09/03/2015	11/03/2015	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	1608	Despacho	MC	15/10/2015	22/10/2015	Autoriza a Instalação da Estação e a	Técnico



17 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-220166221/pgg588

	Utilização dos Equipamentos	
Horário de funcionamento		



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

DESPACHO

Processo nº: **53900.034929/2016-21**

Interessado(a): **FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno COLEC_REN 1981702, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado à Coordenação do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COLEC_REN, para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Oshiro, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 01/08/2017, às 10:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2088958** e o código CRC **F48873F8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 2088958



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 139527755/2017

Expedição: 01/11/2017, às 15:20:34

Validade: 29/04/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> 29/04/2018 16:16 pg. 61

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos - Fundações e Instituições de Ensino.

Processo nº 53900.034929/2016-21

Interessado: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO (FUNÇÃO ESTRELA DE DAVI)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Localidade: Cuiabá/MT

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 17E

Período: 16/07/2017 a 16/07/2032

Processo Tempestivo? Sim

DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações abaixo:</p> <p><i>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>d) nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</i></p> <p><i>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</i></p> <p><i>f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</i></p> <p><i>g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i></p> <p><i>h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no <u>art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u></i></p>	<p>Falta apresentar.</p> <p>Publicação do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017.</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

b) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;	Falta apresentar. Publicação do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017.
c) ato constitutivo ou estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público , constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;	Ok. Petição 1786468, fls. 4/14.
d) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok. Petição 1786468, fls. 15/20.
e) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de todos dirigentes da entidade, exceto CNH . 1. Para brasileiros natos: qualquer documento oficial de identificação com data e local de nascimento do portador. 2. Para brasileiros naturalizados: certificado de naturalização expedido há mais de dez anos. * A CNH e o CPF NÃO comprovam a nacionalidade do titular.	Ok. Petição 1962952, fls. 5/10. Francisco Bello Galindo Neto Rafael de Oliveira Cotrim Dias Lamatine Godoy Neto José Neves Gontijo Vicente Placheski Neto Mandato: 04.05.2015 a 04.05.2019.
f) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, devidamente assinado por seu representante legal, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	Ok. Petição 1962952.
g) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade;	Ok. Anexo 1792130.
h) comprovante de regularidade com o FISTEL;	Ok. Petição 1173623, fl. 7.
i) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	Ok. Petição 1173623, fl. 8.
j) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	Ok. Petição 1180612, fl. 3.
k) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Ok. Petição 1962952, fls. 10/11
l) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Ok. Petição 1962952, fl. 12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

m) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Falta apresentar. Publicação do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017.
n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho ;	Ok. Anexo 2354006.
o) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.	Ok. Despacho 2088958.

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? () Sim (X) Não



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Notini Vieira de Souza**, Técnico de Nível Superior, em 01/11/2017, às 15:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2353964** e o código CRC **1A0909C4**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 2353964



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documentos: 20036-4921-4347-53362-63629-204922/2016-24 / pg. 64

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

NOTA TÉCNICA Nº 25302/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.034929/2016-21.**
Assunto: **Renovação de Outorga - Exigência.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO (FUNÇÃO ESTRELA DE DAVI), CNPJ nº 03.211.077/0001-07, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, referente ao seguinte período: 16/07/2017 a 16/07/2032.

ANÁLISE

2. Nos termos da Nota Técnica nº 10499/2017/SEI-MCTIC, a interessada foi instada a apresentar documentação complementar em razão do **Parecer nº 00965/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** emitido pela Consultoria Jurídica deste Ministério. No entanto, com a alteração do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, por meio do Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, novos documentos e declarações deverão ser apresentados para que o processo seja devidamente instruído.
3. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, devendo, para correta instrução do feito, a interessada apresentar os seguintes documentos abaixo relacionados:

DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES/FL(s).



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações abaixo:</p> <p><i>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>d) nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</i></p> <p><i>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</i></p> <p><i>f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</i></p> <p><i>g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i></p> <p><i>h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no <u>art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u></i></p>	<p>Falta apresentar.</p> <p>Publicação do Decreto nº nº 9.138, de 22 de agosto de 2017.</p> <p>Deverá ser apresentado conforme modelo em anexo.</p>
<p>b) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;</p>	<p>Falta apresentar.</p> <p>Publicação do Decreto nº nº 9.138, de 22 de agosto de 2017.</p> <p>Deverá ser apresentado conforme modelo em anexo.</p>
<p>c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p>	<p>Falta apresentar.</p> <p>Publicação do Decreto nº nº 9.138, de 22 de agosto de 2017.</p>

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de de 2014, apresente os referidos documentos, sob pena de indeferimento do pleito, com a uente declaração de perempção.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**, **Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/11/2017, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Notini Vieira de Souza**, **Técnico de Nível Superior**, em 09/11/2017, às 14:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2354029** e o código CRC **DFB0120F**.

Minutas e Anexos

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA Fundações Privadas

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

(b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada.

(c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado.

(d) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.](#)

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>			
<i>CNPJ:</i>		<i>CEP da sede:</i>	
<i>Endereço da sede:</i>			
<i>E-mail de contato:</i>			
<i>Serviço a ser renovado:</i>	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
<i>Localidade da renovação:</i>		<i>UF:</i>	

IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO	
<i>Nome completo:</i>	
<i>Nº de registro no CREA:</i>	
<i>E-mail de contato:</i>	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de profissional habilitado contratado da



jurídica acima qualificada, venho encaminhar este **LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA** para fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-20220618121pg699>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

de renovação da outorga relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando o formulário e os documentos constantes do ANEXO deste laudo.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização concedida pelo Ministério; e
- (b) todas as informações deste laudo de vistoria são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do profissional habilitado

De acordo.

Assinatura do representante legal

ANEXO

FORMULÁRIO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA					
LOCALIZAÇÃO					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas geográficas:	Latitude			Canal/ Frequência:	
	Longitude			Classe:	
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS					
Sistema irradiante:	Fabricante:				
	Modelo:				
	Polarização: () Horizontal () Vertical () Circular () Elíptica				
	Azimute de orientação (°NV):				
	Nº de elementos:				
	Altura do centro geométrico até a base da torre (solo): _____ metros.				
Fabricante:					



a de transmissão Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

principal:	Modelo:	
Transmissor principal:	Fabricante:	
	Modelo:	
	Potência de operação (kW):	
	Homologação:	
Transmissor auxiliar (se houver)	Fabricante:	
	Modelo:	
	Potência de operação (kW):	
	Homologação:	
Possui algum equipamento de gravação de áudio?		
ESTÚDIO		
Endereço:		
Município:	UF:	
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS		
(a) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado contratado e pelo representante legal da entidade contratante.		





Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior**, **Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/11/2017, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2354068** e o código CRC **99CC9B54**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 47528/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 2354068



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Data de Envio:

20/11/2017 14:54:40

De:

MCTIC/sdedu.sei@comunicacoes.gov.br <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

etecon.contabilidade@hotmail.com

sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2354068.html

Nota_Tecnica_2354029.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos - Fundações e Instituições de Ensino.

Processo nº 53900.034929/2016-21

Interessado: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO (FUNÇÃO ESTRELA DE DAVI)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Localidade: Cuiabá/MT

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 17E

Período: 16/07/2017 a 16/07/2032

DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<p>a) requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, contendo as declarações abaixo:</p> <p><i>a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>c) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>d) nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</i></p> <p><i>e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</i></p> <p><i>f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</i></p> <p><i>g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i></p> <p><i>h) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no <u>art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u></i></p>	<p>Ok.</p> <p>Petição 2509181, fls. 4/5.</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

b) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;	Petição 2509181, fls. 6/10. Encaminhar para análise da área técnica.
c) ato constitutivo ou estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas devidamente aprovado pelo Ministério Público , constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;	Ok. Petição 1786468, fls. 4/14.
d) ata de eleição da diretoria em exercício registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok. Petição 1786468, fls. 15/20. Mandato: 04.05.2015 a 04.05.2019.
e) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de todos dirigentes da entidade, exceto CNH . 1. Para brasileiros natos: qualquer documento oficial de identificação com data e local de nascimento do portador. 2. Para brasileiros naturalizados: certificado de naturalização expedido há mais de dez anos. * A CNH e o CPF NÃO comprovam a nacionalidade do titular.	Ok. Petição 1962952, fls. 5/10. <i>Francisco Bello Galindo Neto</i> <i>Rafael de Oliveira Cotrim Dias</i> <i>Lamatine Godoy Neto</i> <i>José Neves Gontijo</i> <i>Vicente Placheski Neto</i>
f) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, devidamente assinado por seu representante legal, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	Ok. Petição 1962952.
g) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade;	Ok. Anexo 1792130.
h) comprovante de regularidade com o FISTEL;	Ok. Petição 1173623, fl. 7.
i) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	Ok. Petição 1173623, fl. 8.
j) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	Ok. Petição 1180612, fl. 3.
k) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Ok. Petição 1962952, fls. 10/11
l) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Ok. Petição 1962952, fl. 12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 76

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

m) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	Ok. Petição 2509181, fls. 11/14.
n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho ;	Ok. Anexo 2354006.
o) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.	Ok. Despacho 2088958.

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? () Sim () Não



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Notini Vieira de Souza**, Técnico de Nível Superior, em 05/01/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2554348** e o código CRC **6269EE63**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 2554348



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

NOTA TÉCNICA Nº 13107/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.034929/2016-21**

Assunto: **Laudo de Vistoria Técnica para Renovação de Outorga - Exigência.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do processo em referência, a FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, encaminhou Laudo de Vistoria Técnica para Renovação de Outorga, do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, com utilização do canal 17 E (dezesete, educativo).

ANÁLISE

2. A análise do processo foi baseada na Resolução Anatel nº 284, de 7 de dezembro de 2001 e nas demais legislações pertinentes ao referido Serviço. Durante a análise foram observadas as seguintes inconsistências:

- a. Endereço da estação transmissora;
- b. Endereço do estúdio principal.

3. Portanto, os parâmetros técnicos constantes do presente Laudo de Vistoria Técnica, encaminhado pela entidade, conforme processo em epígrafe, não se encontram em conformidade com os dados técnicos cadastrados no Sistema Mosaico, sendo necessário que a entidade justifique as discrepâncias constatadas.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, para conhecimento e providências.

À consideração superior.

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

(assinado eletronicamente)
EDILON ESAÚ DOS REIS
Chefe de Serviço



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Aprovo a Nota Técnica nº 13107/2018/SEI-MCTIC. Encaminha-se os autos.

(assinado eletronicamente)
BÔNIA OLIVEIRA MOTA

Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Chefe de Serviço**, em 07/06/2018, às 09:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bônia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 07/06/2018, às 11:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Sampaio Amaro, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 07/06/2018, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3039531** e o código CRC **8A976DD6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 3039531



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcd/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 22796/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

Representante Legal da Fundação Altamiro Galindo (Fundação Estrela de Davi) - CNPJ:

03.211.077/0001-07

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

78050-000 / Cuiabá-MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13107/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 08/06/2018, às 09:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **3044830** e o código CRC **740107F1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22796/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 3044830



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento 22796/2018/SEI-MCTIC nº 53900.034929/2016-21 pg. 18 pg. 80

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

08/06/2018 10:14:45

De:

MCTIC/sdedu.sei@comunicacoes.gov.br <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

antonio@kopec.com.br

barcik@creapr.org.br

fbgf@globo.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3044830.html

Nota_Tecnica_3039531.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:10:59 do dia 04/03/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/04/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec.consultasgerais/nadaconsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Imprimir



Inscrição: 03.211.077/0001-07
Razão Social: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO
Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1836 SALA
 1104/1107 / BOSQUE DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/02/2020 a 24/03/2020

Certificação Número: 2020022401035891240881

Informação obtida em 04/03/2020 11:12:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO
CNPJ: 03.211.077/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:25:34 do dia 18/12/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/06/2020.

Código de controle da certidão: **AFB7.2CD3.F5B9.746E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodeg-autenticidade-assinatura/camara-legislativa/03211077000107/Senha=1&Tipo=1&Origem=1&ResultadoSegVia.asp?Origem=1&Tipo=1&NI=03211077000107&Senha=>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 5823632/2020

Expedição: 04/03/2020, às 11:34:17

Validade: 30/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	
Nome Fantasia: FUNDACAO ESTRELA DE DAVI	
Telefone: (65) 0000-0000	E-mail:
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50410936529
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 16/07/2032
Observações: Ato nº 1.768, de 28/03/2008, publicado no DOU. de 01/04/2008.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Jaime de Figueiredo	Complemento:	
Bairro: Lixeira	Numero: 203	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78008555

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cuiabá	UF: MT
Latitude: -15.58528 (15° 35' 07.0" S)	Longitude: -56.08194 (56° 04' 55.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 18	Frequência: 497 MHz	Classe: A	ERP: 8kW
Altura: 150 m	Pareamento: 31171	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dB											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0



Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1001843093						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -15.58514 (15° 35' 06.5" S)				Longitude: -56.07981 (56° 04' 47.3" W)				Cota da base: 217.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 004571500352						Modelo: EC704HP (3400W)					
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA						Potência de Operação: 1.421 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 1-5/8						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM					
Comprimento da Linha: 99 m		Atenuação: 1.59 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: ISDE81836UT						Fabricante: IDEAL ANTENAS					
Ganho: 10.77 dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: 240 °		Polarização: Elíptica		HCl: 88.14 m		ERP Máximo: 10.52 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	10°: 1.73	20°: 1.94	30°: 1.73	40°: 1.21	50°: 0.92	60°: 0.73	70°: 0.82	80°: 1.21	90°: 1.73	100°: 2.05	110°: 1.94
120°: 1.51	130°: 0.92	140°: 0.35	150°: 0.18	160°: 0.26	170°: 0.45	180°: 0.82	190°: 1.21	200°: 1.31	210°: 1.31	220°: 1.01	230°: 0.82
240°: 0.73	250°: 0.82	260°: 1.11	270°: 1.31	280°: 1.31	290°: 1.11	300°: 0.73	310°: 0.35	320°: 0.09	330°: 0	340°: 0.26	350°: 0.73
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 10.52 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000296622008	688	Portaria	MC	03/06/2012	05/08/2013	Consignação de TVD			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	7208	Ato	ORLE	28/11/2013	29/11/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
535000180672019	123	Despacho	ER07	30/05/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.046730/2019-09	7155	Ato	ORLE	13/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | menu ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
18	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	MT	Cuiabá	GTVD	2	H	
17 E	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	MT	Cuiabá	TV	2	H	

Usuário: - Data: 04/03/2020 Hora: 11:41:59

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] 

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGera/TelaListagem.asp

https://intelig-autenticacao-de-assinatura.camara-leg.br/leg/480/ SER 3110000313722902016-pg./Pg. 91

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos - Fundações.**

Processo nº 53900.034929/2016-21

Interessado: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Natureza Jurídica: Fundação Privada

Localidade: Cuiabá/MT

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 17E

Período: 16/07/2017 a 16/07/2032

Processo Tempestivo? Sim

Entidade possui Licenciamento? Entidade não possui certificado de Licença.

Situado em faixa de fronteira? Não

DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<p>a) requerimento de renovação de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com todas as declarações indicadas:</p> <p><i>(a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>(b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>(c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</i></p> <p><i>(d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</i></p> <p><i>(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</i></p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e

(l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13 e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

_____ Assinatura do representante legal

PENDENTE

b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas **devidamente aprovado pelo Ministério Público**, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;

PENDENTE
****Estatuto da Entidade não apresenta a aprovação do MP****
Doc.SEI: (4480755)fl.6-17

c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

Doc.SEI: (4480755)fl.1-5
Ata de 10/10/2017
Vigência do mandato: 4 anos

d) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;

Doc.SEI: (4480757)
Vigência: Prazo indeterminado
Sociedade Educacional Braz Cubas LTDA
e
Fundação Altamiro Galindo

e) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;

Representante IES: Mariana Spada Cardoso



f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE **Balanço Patrimonial encontra-se desatualizado** <u>Doc.SEI:</u> (2509181)fls.11-14
g) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;	<u>Doc.SEI:</u> (2509181)fl.6-9 <u>Despacho SESTE:</u> (3176520)
h) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade;	<u>Doc.SEI:</u> (5232008)fl.1 Emitido em: 04/03/2020
i) comprovante de regularidade com o FISTEL;	<u>Doc.SEI:</u> (5232008)fl.2 Validade: 03/04/2020
j) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	<u>Doc.SEI:</u> (5232008)fl.3 Validade:24/03/2020
k) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	<u>Doc.SEI:</u> (5232008)fl.4 Validade: 15/06/2020
l) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	PENDENTE **Não foi possível emitir certidão via internet**
m) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	PENDENTE **Não foi possível emitir certidão via internet**
n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho ;	<u>Doc.SEI:</u> (5232008)fl.5 Validade: 30/08/2020
o) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE
p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação;	PENDENTE **Entidade não apresenta certificado de licença de funcionamento da estação**
q) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.	<u>Doc.SEI:</u> (5232015)
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	OBSERVAÇÕES/FL (s).



a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.

1. **Para brasileiros natos:** qualquer documento oficial de identificação com data e local de nascimento do portador.

2. **Para brasileiros naturalizados:** certificado de naturalização expedido há mais de dez anos.

* A CNH e o CPF **NÃO** comprovam a nacionalidade do titular.

PENDENTE

Presidente: Francisco Bello
Galindo Netto- **Doc.SEI:**
(4480756)

Vice Presidente: José Roberto
Bezerra

Secretário: Lamartine Godoy
Neto

1º Tesoureiro: José de Neves
Gontijo

2º Tesoureiro: Vicente
Placheski Neto

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? () Sim (x) Não



Documento assinado eletronicamente por **Manoela Vitória Benigna da Silva**, **Chefe de Serviço de Consignações da União e Canal da Cidadania**, em 04/03/2020, às 14:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5230433** e o código CRC **9703E768**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 5230433



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documentos: 200-433921-1337-533921-133929-2016-21 / pg. 25 / pg. 95

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 4471/2020/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.034929/2016-21**

Assunto: **Renovação de Outorga - Exigência.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, referente ao seguinte período: 16/07/2017 a 16/07/2032.

ANÁLISE

2. Em decorrência da publicação da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, faz-se necessário complementar a instrução dos autos com alguns documentos e declarações recentemente introduzidos e ainda faltantes. Segue abaixo a lista das pendências a serem sanadas:

a) requerimento solicitando a renovação, contendo todas as declarações conforme **anexo 1** abaixo, com o *"Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento."*;

b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas **devidamente aprovado pelo Ministério Público**, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão; **(OBS: Estatuto apresentado pela Entidade não consta a aprovação do MP)**

• **obs.: as alterações estatutárias de Fundações devem ser aprovadas pelo Ministério Público Estadual, antes de serem registradas em cartório. Assim, solicita-se que a entidade encaminhe o ato do MP que aprovou a última alteração estatutária da Fundação. Essa aprovação pode ter sido emitida tanto na forma de um documento oficial quanto na de um simples visto do promotor de justiça na minuta de alteração estatutária submetida ao MP. Qualquer uma das formas é suficiente para atender à exigência.**

c) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**2018 ou 2019, se possível**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

• **obs.: o balanço apresentado refere-se ao exercício de 2016. Se possível, a entidade deve apresentar o balanço de 2019. Caso contrário, o balanço de 2018 ainda será aceito até 30 junho do ano corrente. Chamamos atenção para o fato de que, recentemente, a Secretaria de Radiodifusão (Serad) explicitou os critérios de aprovação do balanço patrimonial, por meio da Portaria nº 6.843, de 10 de dezembro de 2019. Será considerada apta a entidade que estiver em boa situação financeira, aferida a partir dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) maiores do que 1 (um), conforme as fórmulas abaixo. É importante que o balanço contenha as indicações necessárias para aplicação dos índices de LC, LG e SG.**

LG	(Ativo circulante + Realizável a longo prazo) : (Passivo circulante + Exigível a longo prazo) ^{> 1}
LC	Ativo circulante : Passivo circulante ^{> 1}
SG	Ativos totais : (Passivo circulante + Exigível a longo prazo) ^{> 1}

e) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos dos **dirigentes da entidade**, feita mediante certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional, carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou passaporte, ressaltando que a CNH e o CPF não serão aceitos como comprovante de nacionalidade;

f) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da **sede** da entidade, ou outra equivalente,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

na forma da lei;

g) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da **sede** da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

h) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (a certidão simplificada é um documento emitido pelo cartório com a lista resumida de todos os atos arquivados pela entidade na serventia); e

i) **cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.**

3. Além disso, no que diz respeito ao balanço Patrimonial, solicitamos da entidade informações detalhadas quanto à especificação de cada elemento, quais sejam:

- Qual o valor do ativo circulante?
- Qual o valor do valor do ativo realizável a longo prazo?
- Qual o valor do passivo circulante?
- Qual o valor do passivo exigível a longo prazo?
- Qual o valor do passivo circulante?
- Qual o valor dos ativos totais?

4. Vale destacar que a entidade deve manter a regularidade perante as Receitas Federal, Estadual e Municipal, bem como com o FISTEL, o FGTS e a Justiça do Trabalho, pois o Ministério poderá tentar emitir certidões negativas desses órgãos até o final do processo, e se não for possível emití-las, será necessário renovar as exigências documentais no interesse da instrução dos autos.

5. Por fim, informa-se que o formulário anexo à presente Nota Técnica, bem como as demais informações referente à radiodifusão educativa, podem ser encontradas no sítio eletrônico do Ministério, através do seguinte endereço: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_educativa.html

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de março de 2014, apresente os referidos documentos, **sob pena de indeferimento do pleito**, com a consequente declaração de preempção.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**, **Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 04/03/2020, às 14:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoela Vitória Benigna da Silva**, **Chefe de Serviço de Consignações da União e Canal da Cidadania**, em 04/03/2020, às 14:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5232036** e o código CRC **F06922CD**.

Minutas e Anexos

ANEXO 1

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Para as Fundações de Direito Privado

IDENTIFICAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
		<input type="checkbox"/> Radiodifusão Sonora	
Canal ou frequência:		<input type="checkbox"/> Radiodifusão de Sons e Imagens	
Localidade de renovação:			UF: <input type="text"/>
A localidade se encontra em faixa de fronteira?*		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	* A localidade se encontra em faixa de fronteira quando está situada, total ou parcialmente, na faixa interna de cento e cinquenta quilômetros da fronteira com outros países.

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, localidade e UF acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;
- (b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;
- (c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- (d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;
- (e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de outras funções dos quais decorra foro especial;



soa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#);
- (k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e
- (l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13 e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
- Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

Assinatura do representante legal

DOCUMENTOS DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA

Para as Fundações de Direito Privado

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	<p>(a) requerimento de renovação de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com todas as declarações indicadas;</p> <p>(b) estatuto social em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, aprovado pelo Ministério Público, contendo a finalidade de executar serviço de radiodifusão;</p> <p>(c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;</p> <p>(d) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;</p> <p>(e) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;</p> <p>(f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(g) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;</p> <p>(h) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;</p> <p>(i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(j) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(k) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;</p> <p>(l) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;</p> <p>(m) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;</p> <p>(n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;</p> <p>(o) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; e</p> <p>(p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.</p>
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	<p>(a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>

OBSERVAÇÕES

- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a indicação dos dados de registro.





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

OFÍCIO Nº 9389/2020/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC

Ao Senhor

FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

Representante Legal da Fundação Altamiro Galindo (Fundação Estrela de Davi) - CNPJ: 03.211.077/0001-07

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

78050-000 / Cuiabá-MT

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4471/2020/SEI-MCTIC** ([5232036](#)) desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, **sob pena de indeferimento do pleito**, com a consequente declaração de perempção.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União, em 04/03/2020, às 14:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5232113** e o código CRC **28230346**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 5232113



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Data de Envio:

05/03/2020 09:42:17

De:

MCTIC/sdedu.sei@comunicacoes.gov.br <sered.sei@mctic.gov.br>

Para:

FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5232113.html
Nota_Tecnica_5232036.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO	
Nome Fantasia: FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI	
Telefone: (65) 0000-0000	E-mail:
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50410936529
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 16/07/2032
Observações: Ato nº 1.768, de 28/03/2008, publicado no DOU. de 01/04/2008.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Jaime de Figueiredo	Complemento:	
Bairro: Lixeira	Numero: 203	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78008555

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cuiabá	UF: MT
Latitude: -15.58528 (15° 35' 07.0" S)	Longitude: -56.08194 (56° 04' 55.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 18	Frequência: 497 MHz	Classe: A	ERP: 8kW
Altura: 150 m	Pareamento: 31171	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dB											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0



20 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://inteligencia.anatel.gov.br/validar/5550200929/2016-04 / pg. 104

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1001843093						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -15.58514 (15° 35' 06.5" S)				Longitude: -56.07981 (56° 04' 47.3" W)				Cota da base: 217.1 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 004571500352						Modelo: EC704HP (3400W)					
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA						Potência de Operação: 1.421 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 1-5/8						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM					
Comprimento da Linha: 99 m		Atenuação: 1.59 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: ISDE81836UT						Fabricante: IDEAL ANTENAS					
Ganho: 10.77 dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: 240 °		Polarização: Elíptica		HCl: 88.14 m		ERP Máximo: 10.52 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	10°: 1.73	20°: 1.94	30°: 1.73	40°: 1.21	50°: 0.92	60°: 0.73	70°: 0.82	80°: 1.21	90°: 1.73	100°: 2.05	110°: 1.94
120°: 1.51	130°: 0.92	140°: 0.35	150°: 0.18	160°: 0.26	170°: 0.45	180°: 0.82	190°: 1.21	200°: 1.31	210°: 1.31	220°: 1.01	230°: 0.82
240°: 0.73	250°: 0.82	260°: 1.11	270°: 1.31	280°: 1.31	290°: 1.11	300°: 0.73	310°: 0.35	320°: 0.09	330°: 0	340°: 0.26	350°: 0.73
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 10.52 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000296622008	688	Portaria	MC	03/06/2012	05/08/2013	Consignação de TVD			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	7208	Ato	ORLE	28/11/2013	29/11/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
535000180672019	123	Despacho	ER07	30/05/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.046730/2019-09	7155	Ato	ORLE	13/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



20 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infotele.br/autenticidade-assinatura/legislacao/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2019-09-09 / pg. 106

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Consulta Pública - ARTs

Filtro

CPF/CNPJ Contratante:

Número da ART:



Verificação de segurança: *

Pesquisar **Limpar Pesquisa**

Número	Contratante	Tipo de ART	Título Profissional	Situação	Data Cadastro	
1220200044391	Fundação Altamiro Galindo	OBRA SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none">Tecnólogo em Telecomunicações - Telefonia e Redes ExternasEngenheiro Eletricista - Eletrônica	ATIVA	01/04/2020	Detalhes

Valor da Taxa: R\$88,78

Valor pago: R\$88,78

Nome do Profissional: NEDER MARIANO PEREIRA

Numero Registro - Visto: 248

Proprietário: Fundação Altamiro Galindo

Local da Obra / Serviço

Rua Professora Tereza Lobo , 30 Alvorada Cuiabá MT

Esta pesquisa retornou: 1 registro.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://nfoleg-autenticidade-assinatura/camara-legis/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2020/02/20/p2107pg.107

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Voltar

© 2020 CREA-MT - Todos os direitos reservados.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 491, Bairro Araés, Cuiabá - MT CEP: 78005-725

Tel: (65) 3315-3000 - atendimento@crea-mt.org.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Órgão (Presidência) Conselho de Infraestrutura - Lei 5531/2002 de 24/02/2010 pg. 2108pg. 108

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Estudos de Análise Técnica

NOTA TÉCNICA Nº 7135/2020/SEL-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.034929/2016-21**

Assunto: **Laudo de Vistoria Técnica para Renovação de Outorga - Exigência.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do processo em referência, a FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, encaminhou Laudo de Vistoria Técnica para Renovação de Outorga (5364810), do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia Digital, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, com utilização do canal 18E/D (dezoito, Educativo, Digital).

ANÁLISE

2. A análise do processo foi baseada na baseada na Portaria MC nº 925 de 22 de agosto de 2014, na Resolução Anatel nº 398 de 7 de abril de 2005 e nas demais legislações pertinentes ao referido Serviço. Durante a análise foram observadas as seguintes inconsistências:

- a) Endereço e coordenadas geográficas da estação transmissora são diferentes do que foi cadastrado no Sistema Mosaico (5369650).
- b) Azimute de orientação (°NV) do sistema irradiante diferente do cadastrado no Mosaico.
- c) Altura do Centro Geométrico em relação ao solo diferente do cadastrado no Mosaico.

3. Portanto, os parâmetros técnicos constantes do presente Laudo de Vistoria Técnica, encaminhado pela entidade, conforme processo em epígrafe, não se encontram em conformidade com os dados técnicos cadastrados no Sistema Mosaico, sendo necessário que a entidade justifique as discrepâncias constatadas.

4. A entidade pode fazer a verificação e edição dos dados da estação não cadastrados no Mosaico, seguindo o procedimento:

- a) Efetuar login no sistema SCR (<http://sistemas.anatel.gov.br/se>);
- b) Selecionar a opção “Licenciamento de Radiodifusão”;
- c) Selecionar a Entidade;
- d) Selecionar o canal desejado na aba “Canais”;
- e) Acessar a função “editar Estação”; e
- f) Preencher as informações técnicas necessárias.

5. Esse procedimento gerará um processo de alterações técnicas que será analisado pela e que após esta análise a entidade deverá apresentar novo laudo de renovação de outorga ao , para andamento ao processo.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

6. Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, para conhecimento e providências.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/04/2020, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 09/04/2020, às 15:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christopher Canguçu Iwamoto Visconde, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 13/04/2020, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5369639** e o código CRC **1F301049**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 5369639



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Estudos de Análise Técnica

OFÍCIO Nº 13493/2020/SESTE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 06 de abril de 2020.

Ao Senhor

FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

Representante Legal da Fundação Altamiro Galindo (Fundação Estrela de Davi) - CNPJ: 03.211.077/0001-07

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde
78050-000 / Cuiabá-MT

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 7135/2020/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de indeferimento do pleito.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 09/04/2020, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5369860** e o código CRC **C4CB7350**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 5369860



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento nº 5369860 (SEI nº 5369860) SEI nº 5369860/2016-21 pg. 112

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

15/04/2020 15:34:52

De:

MCTIC/sdedu.sei@comunicacoes.gov.br <sered.sei@mctic.gov.br>

Para:

FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5369860.html
Nota_Tecnica_5369639.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Estudos de Análise Técnica

OFÍCIO Nº 1042/2020/MC

Ao Senhor

FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

Representante Legal da Fundação Altamiro Galindo (Fundação Estrela de Davi) - CNPJ: 03.211.077/0001-07

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde
78050-000 / Cuiabá-MT

Assunto: Pendências de Laudo de Vistoria relativa à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para reiterar os termos do **NOTA TÉCNICA Nº 7135/2020/SEI-MCTIC** desta Secretaria, que trata de pendências relativas ao laudo de vistoria da entidade.

2. A esse respeito, informo que o prazo informado no **OFÍCIO Nº 13493/2020/SESTE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC** somente começará a contar da data estabelecida pela Portaria nº 2.800, de 30 de junho de 2020 (**a partir de 31/07/2020**), uma vez que nos termos da citada Portaria os prazos processuais administrativos no âmbito da Secretaria de Radiodifusão estão suspensos desde 20 de março de 2020.

3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2020162114pg.114>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/07/2020, às 14:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5680708** e o código CRC **7F313221**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1042/2020/MC - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 5680708

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> Documento ID: 2020071400514805E153900349292016201621115pg. 115

Data de Envio:

16/07/2020 16:31:57

De:

MC/sdedu.sei@comunicacoes.gov.br <sered.sei@mctic.gov.br>

Para:

FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5680708.html
Oficio_5369860.html
Nota_Tecnica_5369639.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-leg-br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/1999
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA	NÚMERO 1836	COMPLEMENTO SALA 1104/1107
CEP 78.050-000	BAIRRO/DISTRITO BOSQUE DA SAUDE	MUNICÍPIO CUIABA
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM	TELEFONE (65) 3358-3687/ (65) 3025-4444	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **11/02/2021** às **09:48:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e2> / pg. 117

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO
CNPJ: 03.211.077/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:13:05 do dia 12/01/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/07/2021.

Código de controle da certidão: **3159.1EED.659A.DAC4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0031189008

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **11/02/2021** Hora da emissão: **08:52:24**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.349.046-7 - FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **12/03/2021**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **2TTU2AB2KKK29279**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.211.077/0001-07
Razão Social: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO
Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1836 SALA 1104/1107 / BOSQUE
DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/01/2021 a 24/02/2021

Certificação Número: 2021012602405631505755

Informação obtida em 11/02/2021 09:53:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mored-autenticacao-caixa-economica-federal-caixa.gov.br/consultacrf/caixa1e3-4059-bc38-b7ae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 5543245/2021

Expedição: 11/02/2021, às 09:54:19

Validade: 09/08/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura/camara-legis/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/0216/21g/p01121>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Id solicitação: 57dbab9a0a0bf

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	
Nome Fantasia: FUNDACAO ESTRELA DE DAVI	
Telefone: (65) 0000-0000	E-mail:
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50410936529
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: Ato nº 1.768, de 28/03/2008, publicado no DOU. de 01/04/2008.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Jaime de Figueiredo	Complemento:	
Bairro: Lixeira	Numero: 203	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78008555

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização			
Município: Cuiabá		UF: MT	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 18	Frequência: 497 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 10.52kW
HCI: 88.14 m	Pareamento: 31171	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais



021 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/57dbab9a0a0bf-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Número da Estação: 1001843093	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -15.58514 (15° 35' 6.50" S)	Longitude: -56.07981 (56° 04' 47.32" W)	Cota da base: 217.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 004571500352	Modelo: EC704HP (3400W)
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 1.421 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1-5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 99 m	Atenuação: 1.59 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ISDE81836UT	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 10.77 dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: 240 °	Polarização: Elíptica	HCI: 88.14 m	ERP Máxima: 10.52 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	5°: 1.54	10°: 1.73	15°: 1.87	20°: 1.94	25°: 1.88	30°: 1.73	35°: 1.48	40°: 1.21	45°: 1.04	50°: 0.92	55°: 0.8
60°: 0.73	65°: 0.74	70°: 0.82	75°: 0.99	80°: 1.21	85°: 1.47	90°: 1.73	95°: 1.93	100°: 2.05	105°: 2.04	110°: 1.94	115°: 1.76
120°: 1.51	125°: 1.22	130°: 0.92	135°: 0.61	140°: 0.35	145°: 0.22	150°: 0.18	155°: 0.2	160°: 0.26	165°: 0.34	170°: 0.45	175°: 0.62
180°: 0.82	185°: 1.03	190°: 1.21	195°: 1.28	200°: 1.31	205°: 1.34	210°: 1.31	215°: 1.17	220°: 1.01	225°: 0.9	230°: 0.82	235°: 0.76
240°: 0.73	245°: 0.75	250°: 0.82	255°: 0.96	260°: 1.11	265°: 1.23	270°: 1.31	275°: 1.34	280°: 1.31	285°: 1.23	290°: 1.11	295°: 0.93
300°: 0.73	305°: 0.53	310°: 0.35	315°: 0.2	320°: 0.09	325°: 0.01	330°: 0	335°: 0.1	340°: 0.26	345°: 0.48	350°: 0.73	355°: 1.02

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	5°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	10°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	15°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	20°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	25°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	30°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	35°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	40°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	45°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	50°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	55°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E
60°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	65°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	70°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	75°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	80°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	85°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	90°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	95°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	100°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	105°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	110°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	115°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E
120°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	125°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	130°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	135°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	140°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	145°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	150°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	155°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	160°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	165°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	170°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	175°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E
180°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	185°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	190°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	195°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	200°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	205°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	210°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	215°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	220°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	225°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	230°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	235°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E
240°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	245°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	250°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	255°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	260°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	265°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	270°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	275°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	280°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	285°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	290°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	295°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E
300°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	305°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	310°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	315°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	320°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	325°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	330°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	335°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	340°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	345°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	350°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E	355°: Lat 0° 00' 0.00" N Lon 0° 00' 0.00" E

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:



CHECKLIST

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos - Fundações.

Processo nº 53900.034929/2016-21

Interessado: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Natureza Jurídica: fundação privada

Localidade: Cuiabá/MT

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: ___E

Período: 16/07/2017 a 16/07/2032

Processo Tempestivo? Sim

Entidade possui Licenciamento?

Situado em faixa de fronteira? Não

DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<p>a) requerimento de renovação de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com todas as declarações indicadas:</p> <p><i>(a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>(b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>(c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</i></p> <p><i>(d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de cargo eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou funções dos quais decorra foro especial;</i></p>	

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e

(l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13 e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

____ Assinatura do representante legal

5364794
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

b) estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas **devidamente aprovado pelo Ministério Público**, constando dentre seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão;

5629712
5629713
FLS.5-30

c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

ou

c) minuta do ato de nomeação ou eleição dos atuais dirigentes;

***As entidades que prestem serviço de radiodifusão em faixa de fronteira devem obter o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, antes de registrar o ato com a alteração pretendida.**

5364798
Mandato de 31/10/2017 a 31/10/2021
(TEMPO INDICADO NO ESTATUTO)



d) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	5629713 FLS.1/2 5629713 FLS.1,2,31
e) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte. 1. Para brasileiros natos: qualquer documento oficial de identificação com data e local de nascimento do portador. 2. Para brasileiros naturalizados: certificado de naturalização expedido há mais de dez anos. * A CNH e o CPF NÃO comprovam a nacionalidade do titular.	5364803 FRANCISCO FL.1 JOSÉ ROBERTO - FL.2 DOC ILEGÍVEL LAMARTINE FL.3 JOSÉ FL.4 VICENTE FL.5
f) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	5364800 SEDE EM ESTADO DIFERENTE CONVENIO DE ESTAGIO E NÃO PARA FORNECIMENTO DE SUPORTE PEDAGÓGICO E TÉCNICO RETIFICAR
g) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;	PENDENTE
h) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	5364802 Exercício de 2019
i) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade;	Evento SEI nº 6505780 Emitida em 11/02/2021
j) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	Evento SEI nº 6505783 Válida até 11/07/2021
k) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	Evento SEI nº 6505785 Válida até 12/03/2021
l) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	PENDENTE
m) comprovante de regularidade com o FISTEL;	PENDENTE



n) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	Evento SEI nº 6505788 Válida até 24/02/2021
o) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho	Evento SEI nº 6505789 Válida até 09/08/2021
p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação;	PENDENTE
q) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.	Relatório CGFM - Evento SEI nº Mosaico - Evento SEI nº 6505836

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? () Sim (X) Não



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, **Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 11/02/2021, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6496001** e o código CRC **BD753566**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 6496001



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> pg. 128

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Processos de Renovação de Radiodifusão Educativa da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 1613/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53900.034929/2016-21.

INTERESSADA: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO. EDUCATIVA. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, referente ao seguinte período: 16/07/2017 a 16/07/2032.

ANÁLISE

2. Em resposta ao Ofício de Exigências nº 9389/2020/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC (5232113), que encaminhou e Nota Técnica nº 4471/2020/SEI-MCOM (5232036), a interessada manifestou-se apresentando documentação complementar à instrução do processo. Após análise, nos termos do *Checklist* nº 6496001, concluiu-se pela necessidade de aporte de documentação suplementar, para fazer face às seguintes pendências remanescentes:

a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos dos **dirigentes da entidade**, feita mediante certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional, carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou passaporte, ressaltando que a CNH e o CPF não serão aceitos como comprovante de nacionalidade; **obs.: apenas relativo ao sr. José Roberto Bezerra, pois o documento apresentado está ilegal.**

b) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, **com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo**, que **garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico** à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;

●**obs.: Nos termos da Portaria nº 3.238/2018, além da qualificação das partes e do objeto do instrumento (fornecer suporte técnico e pedagógico à emissora), o Convênio com a IES deve conter as obrigações entre as partes e o prazo de duração (mesmo que seja por tempo indeterminado). Observa-se também que, a pessoa que representar a IES no Ato de Assinatura do Convênio deve encaminhar cópia do seu documento de identidade. Assim, é necessário se extrair da literalidade de seu objeto e/ou dos deveres do conveniente a garantia do fornecimento, para além do suporte pedagógico, do suporte técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;**

●**obs.: documento exigido novamente pois o convênio apresentado refere-se a entidade cuja sede não se encontra no estado do Mato Grosso, e refere-se a convênio de estágio, e não para o suporte pedagógico e técnico à edição de programas.**

c) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2021-2-pgpg2929>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

firmado;

d) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da **sede** da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) comprovante de regularidade com o FISTEL;

f) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.

3. Vale destacar que a entidade deve manter a regularidade perante as Receitas Federal, Estadual e Municipal, bem como com o Fistel, o FGTS e a Justiça do Trabalho, pois o Ministério poderá tentar emitir certidões negativas desses órgãos até o final do processo, e se não for possível emití-las, será necessário renovar as exigências documentais no interesse da instrução dos autos.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento deste Ofício, apresente os referidos documentos, **sob pena de indeferimento do pleito**, com a consequente declaração de perempção.

À consideração superior.

Minutas e Anexos

ANEXO 1 REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Para as Fundações de Direito Privado

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa

Jurídica:

CNPJ:

CEP da sede:

Endereço da sede:

E-mail de contato:

() em frequência modulada

() em ondas curtas

() em ondas médias

() em ondas tropicais

Serviço a ser

o:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2020-23-pg03030>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Canal ou frequência:

Localidade de
renovação:

UF:

A localidade se
encontra em faixa de
fronteira?*

()
Sim
()
Não

* A localidade se encontra em faixa de fronteira quando está situada, total ou parcialmente, na faixa interna de cento e cinquenta quilômetros da fronteira com outros países.

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, localidade e UF acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;
- (b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;
- (c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- (d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;
- (e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida em decisão colegiada, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”,](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

“d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e

(l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13 e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

Assinatura do representante legal

DOCUMENTOS DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA

Para as Fundações de Direito Privado

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2020-2-pg03232>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

(a) requerimento de renovação de outorga, **corretamente preenchido e assinado em todas as páginas**, com todas as declarações indicadas;

(b) estatuto social em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, aprovado pelo Ministério Público, contendo a finalidade de executar serviço de radiodifusão;

(c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

(d) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;

(e) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;

(f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

DOCUMENTOS
DA
PESSOA
JURÍDICA

~~(g) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; (revogado pelo Decreto 10.405, de 2020)~~

(h) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

(i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

(j) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(k) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

(l) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;

(m) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;

(n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

(o) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; e

(p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.

DOCUMENTOS
DOS
DIRIGENTES

(a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.

OBSERVAÇÕES



Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

indicação dos dados de registro.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Chefe da Divisão de Renovação de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 11/02/2021, às 18:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 12/02/2021, às 08:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6505839** e o código CRC **AE867A2C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 6505839



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
Processos de Renovação de Radiodifusão Educativa da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 3079/2021/MCOM

Brasília, 11 de fevereiro de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

Representante Legal da Fundação Altamiro Galindo (Fundação Estrela de Davi) - CNPJ: 03.211.077/0001-07

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde
78050-000 / Cuiabá-MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a), cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1613/2021/SEI-MCOM** (6505839) desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias contado da data de recebimento deste Ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, **sob pena de indeferimento do pleito**, com a consequente declaração de preempção.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 12/02/2021, às 08:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6505900** e o código CRC **F0109183**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 3079/2021/MCOM - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 6505900



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

17/02/2021 18:25:48

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Anexos:

Oficio_6505900.html
Nota_Tecnica_6505839.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0031899610

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **14/04/2021** Hora da emissão: **10:12:22**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.349.046-7 - FUNDACAO EDUCA MAIS

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **13/05/2021**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TKTTTA92227L9279**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 138

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO

435290/2021

584319

PROCESSO

EXERCÍCIO

GERAL

CONTRIBUINTE

380197

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

LANCAMENTOS DIVERSOS - 97666



140420210321107700010700200565435290111535721584319

NOME

FUNDACAO EDUCA MAIS

CPF/CNPJ

03.211.077/0001-07

RG/INSCR. ESTADUAL

00000000000

ENDEREÇO

Av. RUBENS DE MENDONCA,HIST (ANT AV CPA), 1836 - ANDAR 14 SALA 1401

BAIRRO

JARDIM ACLIMACAO

FINALIDADE

A requerimento da parte interessada certificamos para os fins especificados que revendo os registros e arquivos desta procuradoria fiscal , que existem debitos sendo que os mesmos são objeto de procedimento administrativo em analise até a presente data. Ressalva-se, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha agravar o contribuinte acima, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Cuiabá/MT, quarta-feira, 14 de abril de 2021


Cezar Fabiano Martins de Campos
Procurador Fiscal do Município

Certidão valida até Cuiabá/MT, 14 de Maio de 2021.



Validade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Certidão emitida em: 14/04/2021 10:06:29 (703-955) 3506-511329/2016-229/2016-221 / pg. 139

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aee41b071e

Imprimir



Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1836 SALA 1104/1107 /
BOSQUE DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CHECKLIST

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos - Fundações.

Processo nº 53900.034929/2016-21

Interessado: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Natureza Jurídica: Fundação Privada

Localidade: Cuiabá/MT

Serviço: Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos - TVE

Canal: 18E

Período: 16/07/2017 a 16/07/2032

Processo Tempestivo? Sim

Entidade possui Licenciamento? Não

Situado em faixa de fronteira? Não

DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	OBSERVAÇÕES/FL(s).
<p>a) requerimento de renovação de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com todas as declarações indicadas:</p> <p><i>(a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;</i></p> <p><i>(b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;</i></p> <p><i>(c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;</i></p> <p><i>(d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;</i></p> <p><i>(e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i></p> <p><i>(f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de cargo eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou funções dos quais decorra foro especial;</i></p>	

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.gov.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

DESATUALIZADO

Requerimento onde falta que "**Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.**"

Evento SEI nº 5364794

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e

(l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13 e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

____ Assinatura do representante legal

b) estatuto social em vigor e suas alterações, ou sua **consolidação**, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, **aprovado pelo Ministério Público**, contendo a finalidade institucional de executar serviços de radiodifusão;

FALTA MP DO NOVO ESTATUTO

Evento SEI nº 5629712, 5629713, fls. 5-30

Estatuto em 16/04/2020 - Artigo 3º - A FUNDAÇÃO EDUCA MAIS tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão; a produção, geração, transmissão, retransmissão e veiculação de programas de televisão de caráter educativo, a operação de estúdios de televisão e a difusão da programação para o público em geral, buscando atuar no desenvolvimento educacional, cultural, artístico, científico, turístico e a prestação de serviços à comunidade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.gov.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento assinado em 17/02/2021 às 15:55:02, pelo usuário 2016-242 pg. 142

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

<p>c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;</p> <p>ou</p> <p>c) minuta do ato de nomeação ou eleição dos atuais dirigentes;</p> <p><i>*As entidades que prestem serviço de radiodifusão em faixa de fronteira devem obter o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, antes de registrar o ato com a alteração pretendida.</i></p>	<p style="text-align: center;">OK</p> <p style="text-align: center;">Evento SEI nº 5364798 Mandato de 31/10/2017 a 31/10/2021 Reunião Extraordinária da Fundação Altamiro Galino em 31/10/2017 e publicado em 18/04/2018 Presidente: Francisco Bello Galindo Netto; Vice Presidente: José Roberto Bezerra; Secretário: Lamartine Godoy Neto; 1º Tesoureiro: José de Neves Gontijo; 2º Tesoureiro: Vicente Placheski Neto</p>
<p>d) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p style="text-align: center;">DESATUALIZADO (MAIORES ESCLARECIMENTOS)</p> <p>No documento encaminhado no evento SEI nº 5629713, fls. 1, 2 e 31, a última alteração constante de Estatuto ocorreu em 18/04/2018, no qual ocorreu a mudança de denominação para FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO. No Estatuto datado de 16/04/2020, evento SEI nº 5629712, o nome da entidade é FUNDAÇÃO EDUCA MAIS.</p>
<p>e) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p> <p>1. Para brasileiros natos: qualquer documento oficial de identificação com data e local de nascimento do portador.</p> <p>2. Para brasileiros naturalizados: certificado de naturalização expedido há mais de dez anos.</p> <p>* A CNH e o CPF NÃO comprovam a nacionalidade do titular.</p>	<p style="text-align: center;">FALTA</p> <p>Francisco Bello Galindo Netto (carteira de identidade, evento SEI nº 5364803, fl. 1); Lamartine Godoy Neto (carteira de identidade, evento SEI nº 5364803, fl. 3); José de Neves Gontijo (carteira de identidade, evento SEI nº 5364803, fl. 4); Vicente Placheski Neto (carteira de identidade, evento SEI nº 5364803, fl. 5)</p>
<p>f) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;</p>	<p style="text-align: center;">FALTA</p>
<p>g) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;</p>	<p style="text-align: center;">FALTA</p>
<p>h) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p>	<p style="text-align: center;">INCOMPLETO</p> <p style="text-align: center;">Evento SEI nº 5364802 Exercício de 2019 LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo</p>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.gov.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

<p>Obs.: de acordo com a Portaria nº 6.843/SEI, de 10 de dezembro de 2019, art.3º, balanço patrimonial deve:</p> <p>a) ter sido apresentado até 30/06 do ano corrente, caso seja do exercício anterior (ressalvada disposição estatutária em contrário);</p> <p>b) estar assinado pelo profissional habilitado e pelo representante legal da entidade (dispensadas as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED);</p> <p>c) ter sido registrado na junta comercial ou no cartório (dispensadas as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED);</p>	<p>Prazo) = $(309.982,30 + 0) / (117.044,82 + 0)$ = 2,65</p> <p>LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante = $309.982,30 / 117.044,82 = \mathbf{2,65}$</p> <p>SG = Ativos Totais / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) = $838.769,12 / (117.044,82 + 0) = \mathbf{7,17}$</p> <p>Obs: a) OK; b) assinado apenas pelo contador Antonio Rodas Júnior, falta assinatura do representante legal da entidade; c) falta registro da junta comercial ou no cartório (dispensada as entidades optantes do SPED)</p>
i) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ da entidade;	<p>OK Evento SEI nº 6505780 Emitida em 11/02/2021</p>
j) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	<p>OK Evento SEI nº 6505783 Válida até 11/07/2021</p>
k) prova de regularidade para com a Fazenda estadual/distrital, da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	<p>OK Evento SEI nº 7034642 Válida até 13/05/2021</p>
l) prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	<p>OK Evento SEI nº 7034736 Válida até 14/05/2021</p>
m) comprovante de regularidade com o FISTEL;	<p>NÃO FOI POSSÍVEL OBTER VIA INTERNET</p>
n) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	<p>OK Evento SEI nº 7034766 Válida até 11/05/2021</p>
o) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho	<p>OK Evento SEI nº 6505789 Válida até 09/08/2021</p>
p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação;	<p>FALTA</p>
q) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.	<p>Relatório CGFM - Evento SEI nº Mosaico - Evento SEI nº 6505836</p>

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? () Sim (x) Não



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 16/04/2021, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.gov.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> pg. 244/ pg. 144

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7033677** e o código CRC **923625DC**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 7033677



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Processos de Renovação de Radiodifusão Educativa da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 4498/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53900.034929/2016-21.

INTERESSADA: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO. EDUCATIVA. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO, CNPJ nº 03/211.077/0001-07, relativo à renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá/MT, referente ao seguinte período: 16/07/2017 a 16/07/2032.

ANÁLISE

2. Em resposta ao Ofício de Exigência nº 3079/2021/MCOM (evento SEI nº 6505900), que encaminhou a Nota Técnica nº 1613/2021/SEI-MCOM (evento SEI nº 6505839), a interessada manifestou-se, por meio do documento de protocolo nº 53115.007445/2021-22, apresentando documentação complementar à instrução do processo. Após análise, nos termos do *Checklist* nº 7033677, concluiu-se pela necessidade de aporte de documentação suplementar, para fazer face às seguintes pendências remanescentes:

a) requerimento, firmado pelo representante legal da Entidade, contendo todas as declarações dispostas no modelo (**anexo**), inclusive a de que **"Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento"**;

b) **aprovação pelo Ministério Público** do estatuto social atualizado e encaminhado no evento SEI nº 5629712;

• ***obs.: as alterações estatutárias de Fundações devem ser aprovadas pelo Ministério Público Estadual, antes de serem registradas em cartório. Assim, solicita-se que a entidade encaminhe o ato do MP que aprovou a última alteração estatutária da Fundação. Essa aprovação pode ter sido emitida tanto na forma de um documento oficial quanto na de um simples visto do promotor de justiça na minuta de alteração estatutária submetida ao MP. Qualquer uma das formas é suficiente para atender à exigência.***

c) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

d) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos d o **dirigente da entidade, Sr. José Roberto Bezerra**, feita mediante certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional, carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou passaporte, ressaltando que a CNH e o CPF não serão aceitos como comprovante de nacionalidade;

e) convênio firmado com uma única instituição de educação superior, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

programas voltados exclusivamente para a educação;

●obs.: Nos termos da Portaria nº 3.238/2018, além da qualificação das partes e do objeto do instrumento (fornecer suporte técnico e pedagógico à emissora), o Convênio com a IES deve conter as obrigações entre as partes e o prazo de duração (mesmo que seja por tempo indeterminado). Observa-se também que, a pessoa que representar a IES no Ato de Assinatura do Convênio deve encaminhar cópia do seu documento de identidade. Assim, é necessário se extrair da literalidade de seu objeto e/ou dos deveres do conveniente a garantia do fornecimento, para além do suporte pedagógico, do suporte técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.

f) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;

g) em relação ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social (2019), encaminhado no evento SEI nº 5364802, falta, de acordo com o solicitado na Portaria nº 6.843/SEI, de 10 de dezembro de 2019, art. 3º: g.1) o balanço patrimonial estar assinado pelo profissional habilitado e pelo representante legal da entidade (dispensadas as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED); g.2) o balanço patrimonial ter sido registrado na junta comercial ou no cartório (dispensadas as entidades optantes do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED);

h) comprovante de regularidade com o FISTEL;

i) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.

3. Vale destacar que a entidade deve manter a regularidade perante as Receitas Federal, Estadual e Municipal, bem como com o Fistel, o FGTS e a Justiça do Trabalho, pois o Ministério poderá tentar emitir certidões negativas desses órgãos até o final do processo, e se não for possível emití-las, será necessário renovar as exigências documentais no interesse da instrução dos autos.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento deste Ofício, apresente os referidos documentos, **sob pena de indeferimento do pleito**, com a consequente declaração de preempção.

À consideração superior.

Minutas e Anexos

ANEXO 1 REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Para as Fundações de Direito Privado

IDENTIFICAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Nome da Pessoa
Jurídica:

CNPJ:

CEP da sede:

Endereço da sede:

E-mail de contato:

Serviço a ser
renovado:

- ☐ em frequência modulada
☐ em ondas curtas
☐ em ondas médias
☐ em ondas tropicais
- ☐ Radiodifusão Sonora
- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens

Canal ou frequência:

Localidade de
renovação:

UF:

A localidade se
encontra em faixa de
fronteira?*

- ☐ Sim * A localidade se encontra em faixa de fronteira quando está situada, total ou parcialmente, na faixa interna de cento e cinquenta quilômetros da fronteira com outros países.
☐ Não

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, localidade e UF acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para a renovação da outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

(a) a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do MCTIC, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento;

(b) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;

(c) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

- (d) a entidade possui boa situação financeira e possui recursos para o empreendimento pleiteado;
- (e) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a renovação da concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (f) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;](#)
- (k) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal; e
- (l) caso a outorga seja renovada, a entidade se compromete a observar, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13 e seu parágrafo único do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

Assinatura do representante legal

DOCUMENTOS DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA

Para as Fundações de Direito Privado

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

(a) requerimento de renovação de outorga, **corretamente preenchido e assinado em todas as páginas**, com todas as declarações indicadas;

(b) estatuto social em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, aprovado pelo Ministério Público, contendo a finalidade de executar serviço de radiodifusão;

(c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

(d) convênio firmado com uma única IES, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;

(e) cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;

(f) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

DOCUMENTOS
DA
PESSOA
JURÍDICA

~~(g) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; (revogado pelo Decreto 10.405, de 2020)~~

(h) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

(i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

(j) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(k) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

(l) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;

(m) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;

(n) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

(o) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; e

(p) cópia do certificado de licença para funcionamento da estação.

DOCUMENTOS
DOS
DIRIGENTES

(a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.

OBSERVAÇÕES



Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

indicação dos dados de registro.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo**, **Agente Administrativo**, em 16/04/2021, às 14:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 19/04/2021, às 11:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7034791** e o código CRC **EFFFAEC8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 7034791



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
Processos de Renovação de Radiodifusão Educativa da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 8232/2021/MCOM

Brasília, 14 de abril de 2021.

Ao Senhor

FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO

Representante Legal da Fundação Altamiro Galindo - (03.211.077/0001-07)

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

78050-000 / Cuiabá-MT

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a), cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4498/2021/SEI-MCOM** (evento SEI nº 7034791) desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para que a entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de indeferimento do pleito, com a consequente declaração de perempção.
3. Sobre o prazo, informo que, em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19), sua contagem ficará suspensa pelo período de 08 de abril de 2021 a 30 de junho 2021, após o qual será contado normalmente, nos termos da Portaria MCOM nº 2.344, de 6 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 08 de abril de 2021.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste ofício, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 19/04/2021, às 11:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7035029** e o código CRC **E385539D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 8232/2021/MCOM - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 7035029



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

20/04/2021 15:52:34

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.034929/2016-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Anexos:

Oficio_7035029.html
Nota_Tecnica_7034791.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
William de Souza Corrêa
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet

teia

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.211.077/0001-07											
FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	257.563.678-70	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
JOSE NEVES CONTIJO	475.361.526-04	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
JOSE ROBERTO BEZERRA	621.067.161-68	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
LAMARTINE GODOY NETO	252.856.828-27	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
VICENTE PLASCHESKI NETO	847.088.328-34	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: **william.mc - William de Souza Corrêa**

Data: **05/10/2021**

Hora: **10:54:05**




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

iacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://anotele-autenticacao-e-sinatura-cnpj-anatel.gov.br/03211077000107-e1e34059bc38-b7aae41b071e

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

William de Souza Corrêa

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 257.563.678-70											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	257.563.678-70	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: william.mc - William de Souza Corrêa

Data: 05/10/2021

Hora: 10:54:19




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://anotelebrasil.gov.br/sicco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
Dado: 05/10/2021 10:54:19 - 1534059-bc38-b7aae41b071e

1/1

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

William de Souza Corrêa

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 475.361.526-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE NEVES CONTIJO	475.361.526-04	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: william.mc - William de Souza Corrêa

Data: 05/10/2021

Hora: 10:54:29



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://aniteleg-autenticacao.asi.mt.gov.br/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp?CPF=47536152604&id=1534059-bc38-b7aae41b071e

157157

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

1/1



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
William de Souza Corrêa
Sistemas Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia

menu ajuda

 Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		621.067.161-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO BEZERRA	621.067.161-68	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: [william.mc](#) - William de Souza Corrêa

Data: 05/10/2021

Hora: 10:54:39



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

iaccop/Novo_Siaccop/Relatorios/ConsolidadoParticipacao/tela.asp

<https://doi.org/10.158158>

1/1

cdffcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
William de Souza Corrêa
Sistemas Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia

[menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		252.856.828-27									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LAMARTINE GODOY NETO	252.856.828-27	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: [william.mc](#) - William de Souza Corrêa

Data: 05/10/2021

Hora: 10:54:50



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


[iacop/ Novo Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp](#)

https://anileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdi/cdbb77-e1e3-4039-bc38-07aae41b071e

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Acesso à Informação

BRASIL



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA

William de Souza Corrêa

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet teia menu ajuda

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 847.088.328-34											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
VICENTE PLASCHESKI NETO	847.088.328-34	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: william.mc - William de Souza Corrêa

Data: 05/10/2021

Hora: 10:54:58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://anotelebrasil.gov.br/sicco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
DCCddidbaa1-BRac0062605247807-S-E135353930-524723120216-219-160160

1/1

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Id solicitação: 57dbab9a0a0bf

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	
Nome Fantasia: FUNDACAO ESTRELA DE DAVI	
Telefone: (65) 0000-0000	E-mail:
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50410936529
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: Ato nº 1.768, de 28/03/2008, publicado no DOU. de 01/04/2008.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Jaime de Figueiredo	Complemento:	
Bairro: Lixeira	Numero: 203	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78008555

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização			
Município: Cuiabá		UF: MT	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 18	Frequência: 497 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 10.0324kW
HCI: 88.14 m	Pareamento: 31171	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais



21 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/57dbab9a0a0bf-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Número da Estação: 1001843093	Número Indicativo: ZYQ729
Data Último Licenciamento: 23/07/2021	Número da Licença: 53500.034708/2021-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 15°35'7" S	Longitude: 56°4'47" W	Cota da base: 217.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 004571500352	Modelo: EC704HP (3400W)
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 1.183 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1-5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 62 m	Atenuação: 1.59 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ISDE81836UT	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 10.77 dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: 240 °	Polarização: Elíptica	HCI: 88.14 m	ERP Máxima: 10.03 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	5°: 1.51	10°: 1.72	15°: 1.83	20°: 1.94	25°: 1.83	30°: 1.72	35°: 1.51	40°: 1.21	45°: 1.01	50°: 0.92	55°: 0.72
60°: 0.72	65°: 0.72	70°: 0.82	75°: 1.01	80°: 1.21	85°: 1.41	90°: 1.72	95°: 1.83	100°: 2.05	105°: 2.05	110°: 1.94	115°: 1.83
120°: 1.51	125°: 1.21	130°: 0.92	135°: 0.63	140°: 0.35	145°: 0.26	150°: 0.18	155°: 0.18	160°: 0.26	165°: 0.35	170°: 0.45	175°: 0.63
180°: 0.82	185°: 1.01	190°: 1.21	195°: 1.31	200°: 1.31	205°: 1.31	210°: 1.31	215°: 1.21	220°: 1.01	225°: 0.92	230°: 0.82	235°: 0.82
240°: 0.72	245°: 0.82	250°: 0.82	255°: 1.01	260°: 1.11	265°: 1.21	270°: 1.31	275°: 1.41	280°: 1.31	285°: 1.31	290°: 1.11	295°: 0.92
300°: 0.72	305°: 0.54	310°: 0.35	315°: 0.18	320°: 0.09	325°: 0	330°: 0	335°: 0.09	340°: 0.26	345°: 0.45	350°: 0.72	355°: 1.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 15°16'10.67" S Lon 56°4'47.32" W	5°: Lat 15°16'5.54" S Lon 56°3'3.84" W	10°: Lat 15°16'46.59" S Lon 56°1'26.27" W	15°: Lat 15°17'25.97" S Lon 56°5'9.52.74" W	20°: Lat 15°15'18'39.3" S Lon 58°34.82" W	25°: Lat 15°19'53.02" S Lon 55°5'7.25.69" W	30°: Lat 15°20'54.11" S Lon 55°5'6.17.08" W	35°: Lat 15°15'21'1.31" S Lon 55°5'5.43.79" W	40°: Lat 15°21'12.41" S Lon 55°5'2.41.81" W	45°: Lat 15°21'39.56" S Lon 55°5'0.50.93" W	50°: Lat 15°22'28.42" S Lon 55°4'9.11.02" W	55°: Lat 15°23'36.28" S Lon 55°4'7.45.87" W
60°: Lat 15°24'52.78" S Lon 55°4'55.46.26" W	65°: Lat 15°26'25.56" S Lon 55°4'5.30.18" W	70°: Lat 15°15'28'3.05" S Lon 55°4'44.42.77" W	75°: Lat 15°29'50.73" S Lon 55°4'4.27.98" W	80°: Lat 15°15'31'34.3" S Lon 55°4'55.44.3.97" W	85°: Lat 15°33'19.91" S Lon 55°4'3.54.32" W	90°: Lat 15°15'35'5.49" S Lon 55°4'43.34.58" W	95°: Lat 15°36'54.37" S Lon 55°4'3.14.71" W	100°: Lat 15°38'35.95" S Lon 55°4'5.54.4.8.11" W	105°: Lat 15°40'16.75" S Lon 55°4'4.41.22" W	110°: Lat 15°41'55.21" S Lon 55°4'5.18.45" W	115°: Lat 15°43'33.78" S Lon 55°4'5.55.36" W
120°: Lat 15°45'18.71" S Lon 55°4'6.24.18" W	125°: Lat 15°15'47'2.56" S Lon 55°4'3.55" W	130°: Lat 15°48'38.27" S Lon 55°4'8.57.43" W	135°: Lat 15°50'19.76" S Lon 55°4'8.57.43" W	140°: Lat 15°51'43.28" S Lon 55°4'55.50'17.4" W	145°: Lat 15°15'53'0.28" S Lon 55°4'51.45.33" W	150°: Lat 15°54'10.04" S Lon 55°4'3.20.64" W	155°: Lat 15°54'59.04" S Lon 55°4'5.55.55.8.96" W	160°: Lat 15°55'56.41" S Lon 55°4'6.54.16" W	165°: Lat 15°56'45.11" S Lon 55°4'8.45.41" W	170°: Lat 15°57'24.56" S Lon 56°0'41.92" W	175°: Lat 15°57'49.5" S Lon 56°2'43.29" W
180°: Lat 15°57'45.23" S Lon 56°4'47.32" W	185°: Lat 15°57'30.61" S Lon 56°6'49.62" W	190°: Lat 15°57'10.54" S Lon 56°8'50.14" W	195°: Lat 15°56'31.37" S Lon 56°1'0.45.39" W	200°: Lat 15°55'38.59" S Lon 56°1'2.33.71" W	205°: Lat 15°54'46.15" S Lon 56°1'4.19.41" W	210°: Lat 15°53'45.42" S Lon 56°1'5.59.17" W	215°: Lat 15°52'33.1" S Lon 56°1'17.29.48" W	220°: Lat 15°51'25.13" S Lon 56°1'56.19.1.37" W	225°: Lat 15°50'13.06" S Lon 56°2'0.30.22" W	230°: Lat 15°48'50.45" S Lon 56°2'1.48.69" W	235°: Lat 15°47'2.56" S Lon 56°2'22.31.08" W
240°: Lat 15°45'32.9" S Lon 56°23.36.08" W	245°: Lat 15°44'3.75" S Lon 56°24.46.3" W	250°: Lat 15°42'24.28" S Lon 56°2'5.39.56" W	255°: Lat 15°40'33.83" S Lon 56°2'56.26.0.05" W	260°: Lat 15°38'44.11" S Lon 56°2'6.15.04" W	265°: Lat 15°36'56.8" S Lon 56°2'26.49.36" W	270°: Lat 15°35'5.38" S Lon 56°2'56.27.4.06" W	275°: Lat 15°33'13.17" S Lon 56°2'6.58.77" W	280°: Lat 15°31'28.48" S Lon 56°2'56.26.4.59" W	285°: Lat 15°29'28.5" S Lon 56°2'26.32.18" W	290°: Lat 15°27'32.1" S Lon 56°2'26.19.67" W	295°: Lat 15°25'49.36" S Lon 56°2'5.24.66" W
300°: Lat 15°24'7.61" S Lon 56°24.29.5" W	305°: Lat 15°22'39.05" S Lon 56°23.13.3" W	310°: Lat 15°21'27.36" S Lon 56°2'1.38.89" W	315°: Lat 15°20'2.19" S Lon 56°2'20.24.43" W	320°: Lat 15°15'18'50.6" S Lon 56°1'18.55.95" W	325°: Lat 15°17'50.84" S Lon 56°1'7.18.87" W	330°: Lat 15°16'55.79" S Lon 56°1'5.39.96" W	335°: Lat 15°16'22.35" S Lon 56°1'3.50.62" W	340°: Lat 15°15'41.01" S Lon 56°12.6.98" W	345°: Lat 15°15'40.59" S Lon 56°11.12" W	350°: Lat 15°15'36.52" S Lon 56°8'21.15" W	355°: Lat 15°15'23.02" S Lon 56°6'34.64" W

Distância por radial											
0°: 35.1	5°: 35.4	10°: 34.5	15°: 33.9	20°: 32.4	25°: 31.1	30°: 30.4	35°: 31.9	40°: 33.6	45°: 35.2	50°: 36.4	55°: 37.1
60°: 37.9	65°: 38	70°: 38.2	75°: 37.6	80°: 37.6	85°: 37.4	90°: 37.9	95°: 38.6	100°: 37.4	105°: 37.1	110°: 37	115°: 37.1
120°: 37.9	125°: 38.6	130°: 39	135°: 39.9	140°: 40.2	145°: 40.5	150°: 40.8	155°: 40.6	160°: 41.1	165°: 41.5	170°: 42	175°: 42.3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputado.gov.br/doc/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

180°: 42	185°: 41.7	190°: 41.5	195°: 41.1	200°: 40.5	205°: 40.2	210°: 39.9	215°: 39.5	220°: 39.5	225°: 39.6	230°: 39.6	235°: 38.6
240°: 38.7	245°: 39.3	250°: 39.6	255°: 39.2	260°: 38.9	265°: 39.5	270°: 39.8	275°: 39.8	280°: 38.6	285°: 40.2	290°: 40.9	295°: 40.6
300°: 40.6	305°: 40.2	310°: 39.3	315°: 39.5	320°: 39.3	325°: 39	330°: 38.9	335°: 38.3	340°: 38.3	345°: 37.3	350°: 36.7	355°: 36.7

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 10.03 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	688	Portaria	MC	03/06/2012	05/08/2013	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	7208	Ato	ORLE	28/11/2013	29/11/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
535000180672019	123	Despacho	ER07	30/05/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.046730/2019-09	7155	Ato	ORLE	13/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	



Data de Envio:

05/10/2021 11:40:15

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br
monique.silva@mcom.gov.br
natalia.froemming@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (TV educativa)

Prezados senhores

c/c Monique e Natália

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de cassação da outorga associada à Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Heitor dos S. C. Pereira

2.3 monique.silva@mcom.gov.br associado à servidora Monique de Cabral Silva

2.4 natalia.froemming@mcom.gov.br associado à servidora Natália Froemming

2.5 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor Andre Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Telefone (61) 99157-2933

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária - COROC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticacao-assinatura-camara-legis/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:00:53 do dia 05/10/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/11/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mtoleg-autenticadigital.sistema.anatel.gov.br/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

Documento: LG 33102 (01/22/1780) - SET 05/05/2021 11:01:29 / 105 165



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, OBJETIVANDO A CONSIGNAÇÃO DE CANAL DE RADIOFREQUÊNCIA DESTINADO À TRANSMISSÃO DIGITAL DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO DE SOMS E IMAGENS, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE - SBTVD-T, NA LOCALIDADE DE CUIABÁ, ESTADO DE MATO GROSSO.

A **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSABE** a **FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO**, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, por intermédio do representante, FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO, RG nº 27413875X SSP/SP, CPF nº 257.563.678-70, firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **CONCESSIONÁRIA** objetivando a consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO, decorrente da concessão outorgada pelo Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2002, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na mesma localidade. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira. Fica consignado à **CONCESSIONÁRIA** o canal 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 MHz, destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, pela **CONCESSIONÁRIA**, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO, sem a interrupção da transmissão de seus sinais analógicos até o advento do termo previsto no cronograma de transição estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos moldes do art. 10 e §§ do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

Cláusula Segunda. A **CONCESSIONÁRIA** é obrigada a:

- pagar as despesas para realizar a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia e deverá ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data;
- apresentar o projeto de instalação da estação transmissora digital ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data de publicação do extrato deste Termo Aditivo;
- requerer à Agência Nacional de Telecomunicações, enquanto vigorar o Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2012, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2012, ou ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, se porventura o referido Acordo de Cooperação Técnica extinguir-se, a expedição da Licença para Funcionamento de Estação, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequência;



d) realizar a transmissão digital de sons e imagens com a veiculação simultânea da programação em tecnologia analógica, durante o período de transição previsto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006; e

e) iniciar a transmissão digital no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da publicação do ato de aprovação do projeto, respeitados os prazos estabelecidos no cronograma do desligamento da transmissão analógica, conforme art. 10 do Decreto nº 5.820/2006.

Cláusula Terceira. São condições técnicas mínimas para a utilização do canal de radiofrequência consignado à CONCESSIONÁRIA, conforme este Termo Aditivo:

- a) proporcionar a mesma cobertura que o canal utilizado para transmissão analógica, observado o disposto no instrumento de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens;
- b) propiciar gerenciamento eficaz das transmissões analógicas e digitais;
- c) prevenir interferências.

Cláusula Quarta. O canal de radiofrequência consignado à CONCESSIONÁRIA, consoante este Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a CONCESSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência consignados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da CONCESSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula Quinta. O prazo para utilização plena do canal digital ora consignado está condicionado à data do desligamento definitivo do canal analógico, conforme art. 10 do Decreto nº 5.820/2006, outorgado à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Sexta. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b", "c" e "e" da Cláusula Segunda e na Cláusula Quinta caracterizará o desinteresse da CONCESSIONÁRIA na transmissão digital do serviço de radiodifusão outorgado, implicando na revogação da consignação do respectivo canal de radiofrequência.

Cláusula Sétima. Findo o prazo da concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, se não houver renovação ou houver declaração de perempção ou, ainda, se a concessão for cassada, a CONCESSIONÁRIA não terá direito a qualquer indenização.

Cláusula Oitava. Decorrido o prazo de transição de que trata o art. 10 e §§ do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o canal utilizado para transmissão analógica deverá ser devolvido, pela CONCESSIONÁRIA, à UNIÃO.

Cláusula Nona. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer controvérsia ante este Termo Aditivo e do anterior Contrato de Concessão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Cláusula Décima. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a CONCESSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, que vai assinado pelas partes.

Brasília-DF, 31 de agosto de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **francisco bello galindo netto (E)**, **Usuário Externo**, em 29/09/2017, às 11:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/10/2017, às 12:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2180564** e o código CRC **FB609646**.

Referência: Processo nº 53000.029662/2008-93

SEI nº 2180564



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> 168

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

**CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO ALTAMIRO
GALINDO PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, COM
FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA
LOCALIDADE DE CUIABÁ, ESTADO DE MATO
GROSSO.**


Aos 5 (cinco) dias do mês de julho do ano dois mil e dois, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Juarez Quadros do Nascimento, e a FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, CGC 03.211.077/0001-07, representada por seu Procurador, Francisco Bello Galindo Filho, RG 7.626.149 – SSP/SP, CPF 724.565.408-59, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 6 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2001, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundação Altamiro Galindo o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado da data de vigência da outorga;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização





expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- i) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;
- j) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- l) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- m) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- n) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- o) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- p) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, a concessionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;



- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- l) manter em dia os registros da programação.
- m) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.



Cláusula 8ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 9ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.


Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém 4 (quatro) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.




Ministro de Estado das Comunicações



Concessionária



Testemunha



Testemunha





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



SEÇÃO

1

Ano CXXXIX Nº 107

Brasília - DF, quinta-feira, 6 de junho de 2002 R\$ 0,82

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário.....	1
Atos do Congresso Nacional.....	1
Atos do Senado Federal.....	1
Atos do Poder Executivo.....	3
Presidência da República.....	7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	8
Ministério da Cultura.....	8
Ministério da Educação.....	10
Ministério da Fazenda.....	11
Ministério da Integração Nacional.....	32
Ministério da Justiça.....	33
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	36
Ministério da Saúde.....	37
Ministério das Comunicações.....	49
Ministério de Minas e Energia.....	49
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	50
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	52
Ministério do Esporte e Turismo.....	54
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	56
Ministério do Trabalho e Emprego.....	56
Ministério dos Transportes.....	57
Tribunal de Contas da União.....	58
Poder Legislativo.....	83
Poder Judiciário.....	85
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	85

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

**Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

1.682-8 (1)
OCED.: SANTA CATARINA
RELATOR: MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQTE.: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.: PGE-SC - GENIR DESTRI
REQDO.: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQDA.: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: Por unanimidade, o Tribunal julgou procedente a ação direta e declarou a inconstitucionalidade do art. 28 da Lei Complementar nº 77, de 12 de janeiro de 1993, e do art. 5º da Lei Complementar nº 122, de 11 de julho de 1994, ambas do Estado de Santa Catarina. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence e Celso de Mello, e, neste julgamento, o Senhor Ministro Carlos Velloso (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Marco Aurélio (Vice-Presidente). Plenário, 08.6.2000.

EMENTA: Exorbitância do poder de emenda parlamentar, pela falta de pertinência entre a inovação e o objeto restrito e específico do projeto de iniciativa privativa do Poder Judiciário (Constituição, art. 96, II, b e d).

Secretaria de Apoio aos Julgamentos
CARLOS ALBERTO CANTANHEDE
Secretário

(Of. El. nº 62/2002)

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUEIRA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de julho de 2001, que outorga concessão à Fundação Cultural Anhangueira para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de junho de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, que outorga concessão à Fundação Altamiro Galindo para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de junho de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 108/2002)

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 20, DE 2002

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a US\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.

O Senado Federal resolve:
Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a US\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal.
Parágrafo único. Os recursos advindos da operação a que se refere o caput deste artigo serão destinados a financiar, parcialmente, o "Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo - Primeira Fase."
Art. 2º As condições da operação de crédito são as seguintes:
I - mutuário: o Estado de São Paulo;
II - mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
III - garantidor: República Federativa do Brasil;
IV - valor da operação: US\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos);
V - carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

SEGURANÇA E AUTENTICIDADE



O acesso às informações oficiais no site da Imprensa Nacional tem a segurança da Certificação Digital da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira: ICP-Brasil.

Saiba mais em www.in.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/34059-bc38-b7aae41b071e-2016061173g_173

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevideu de 1980, assinaram, em 20 de dezembro de 1982, em Montevideu, o Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, o qual foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 88.419, de 20 de junho de 1983;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevideu de 1980, assinaram em 1º de fevereiro de 2001, em Montevideu, o Trigesimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai;

DECRETA:

Art. 1º Fica promulgado, para todos os efeitos, o Trigesimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, apenso por cópia ao presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Celso Lafer

Acordo de Complementação Econômica Nº 2 celebrado
entre a República Federativa do Brasil
e a República Oriental do Uruguai

Trigesimo Sétimo Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes que foram outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração,

Convêm em

Artigo 1º A República Federativa do Brasil outorga à República Oriental do Uruguai, para o período de 1º a 28 de fevereiro de 2001, uma quota de um mil e oitenta e quatro unidades de veículos automotores, classificados nas posições NALADI/SH 87.03 e 87.04, para qualquer categoria.

Artigo 2º A República Oriental do Uruguai outorga à República Federativa do Brasil, para o período de 1º a 28 de fevereiro de 2001, uma quota de trezentas e trinta e quatro unidades de veículos automotores, classificados nas posições NALADI/SH 87.03 e 87.04, para unidades de até 4.000 kg de peso bruto total.

Artigo 3º As unidades de veículos automotores constantes das quotas outorgadas pela República Federativa do Brasil e pela República Oriental do Uruguai nos Vigésimo Sétimo, Vigésimo Oitavo, Vigésimo Nono, Trigesimo, Trigesimo Primeiro, Trigesimo Segundo, Trigesimo Terceiro e Trigesimo Quinto Protocolos Adicionais, não utilizadas no período de 1º de janeiro de 2000 até 31 de janeiro de 2001, poderão ser aproveitadas no período de 1º a 28 de fevereiro de 2001, sem prejuízo das quotas estabelecidas nos Artigos 1º e 2º do presente Protocolo.

Artigo 4º Fixar como norma de origem 60/40% para os modelos em produção e 55/45% para os novos modelos.

Artigo 5º A percentagem de peças de origem regional aplicável aos modelos em produção, segundo o Artigo 4º do Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao ACE Nº 2, será de 25%.

Artigo 6º O presente Protocolo vigorará de 1º até 28 de fevereiro de 2001.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos signatários.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevideu, em 1º de fevereiro de 2001, em um original nos idiomas português e espanhol, e em dois textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Jose Artur Denot Medeiros

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai
Elbio Oscar Rosselli Frien

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I - FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000120/00);

II - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001228/00);

III - FUNDAÇÃO UBAENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.002979/00);

IV - FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELEA, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.005941/99);

V - FUNDAÇÃO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná (Processo nº 53000.007612/00);

VI - FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná (Processo nº 53000.000716/01);

VII - FUNDAÇÃO UNIÃO DE COMUNICAÇÃO, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000341/00); e

VIII - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO - FAESA, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.008475/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I - FUNDAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA EDUCACIONAL DE FRUTAL, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.000707/99);

II - FUNDAÇÃO CULTURAL NIVALDO FRANCO BUENO, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.007912/00);

III - FUNDAÇÃO EDUCATIVA SINTONIA CULTURAL, na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000145/00); e

IV - FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53000.005664/00).

Parágrafo único: As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que mencionados e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os seguintes imóveis rurais:

I - conhecido como "Fazenda São Joaquim I" - parte, com área de duzentos e seis hectares, cinquenta e quatro ares e setenta e seis centiares, situado no Município de Santa Helena de Goiás, objeto do Registro nº R-8-405, fls. 105, Livro 2-02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás (Processo INCRA/SR-04/nº 54150.001093/2001-94);

II - conhecido como "Fazenda São Joaquim II" - parte, com área de duzentos e setenta e três hectares, quarenta e sete ares e setenta e quatro centiares, situado no Município de Santa Helena de Goiás, objeto do Registro nº R-8-405, fls. 105, Livro 2-02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás (Processo INCRA/SR-04/nº 54150.001703/00-34);

III - "Fazenda Estrela do Norte", com área de mil, quatrocentos e quatorze hectares, cinquenta e nove ares e trinta e cinco centiares, situado no Município de Resplendor, objeto dos Registros nºs R-1-9.950, fls. 109, Livro 2-N e R-1-9.943, fls. 195, Livro 2-N, do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Resplendor, Estado de Minas Gerais (Processo INCRA/SR-06/nº 54170.005858/00-11);

IV - "Fazenda Valinhos", com área de dois mil e trinta e três hectares, oitenta ares e oitenta e nove centiares, situado no Município de Maracaju, objeto das Matrículas nºs 4.208, fls. 86, Livro 3-E, 4.263, fls. 102, Livro 3-E, 4.246, fls. 97, Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maracaju; 5.762, fls. 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sidrolândia; 91.777, fls. 269, Livro 3-B; 91.763, fls. 207, Livro 3-B; 260, fls. 50, Livro 3; 65.624, fls. 187, Livro 3-BB; 65.583, fls. 181, Livro 3-BB e 81.077, fls. 192, Livro 3-BJ, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo INCRA/SR-16/nº 54290.001187/00-43);

V - "Batentes e Japi de Dentro", com área de dois mil e oitenta e quatro hectares, situado no Município de Cuiabá, objeto dos Registros nºs R-3-541, fls. 136, Livro 2-R e R-1-1.959, fls. 283, Livro 2-F, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cuiabá, Estado do Pará (Processo INCRA/SR-18/nº 54320.000496/2001-17);

VI - "Fazenda Santa Isabel", com área de oitocentos e oitenta e três hectares e setenta ares, situado no Município de Ramilândia, objeto do Registro nº R-16-7.885, fls. 1, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54201.000616/98-26);

VII - conhecido como "Fazenda Marabá II", com área de dois mil, quatrocentos e cinco hectares, setenta e sete ares e quatro centiares, situado nos Municípios de Congonhinhas e Santo Antônio do Paraíso, objeto do Registro nº R-7-2.544, fls. 3v, Livro 2-J, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54200.002799/98-28);

VIII - conhecido como "Fazenda Jaciretã", com área de dois mil, setenta e nove hectares, um are e dez centiares, situado no Município de Renascença, objeto das Matrículas nºs 5.204, fls. 1, Livro 2; 19.825, fls. 1, Livro 2; 6.420, fls. 1, Livro 2; 5.208, fls. 1, Livro 2 e 6.423, fls. 1, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54202.000417/98-94);

ENC: Consulta CGFM

Natália Froemming <natalia.froemming@mcom.gov.br>

Qui, 14/10/2021 09:10

Para: Heitor dos Santos C Pereira <heitor.pereira@mcom.gov.br>



De: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 13 de outubro de 2021 20:50

Para: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>; Natália Froemming <natalia.froemming@mcom.gov.br>

Assunto: RE: Consulta CGFM

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de execução clandestina de serviço.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Enviado: terça-feira, 5 de outubro de 2021 11:40

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; Monique Cabral da Silva <monique.silva@mcom.gov.br>; Natália Froemming <natalia.froemming@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (TV educativa)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2016-21-175-175

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.211.077/0001-07											
FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	257.563.678-70	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
JOSE NEVES CONTIJO	475.361.526-04	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
JOSE ROBERTO BEZERRA	621.067.161-68	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
LAMARTINE GODOY NETO	252.856.828-27	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
VICENTE PLASCHESKI NETO	847.088.328-34	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

João Carlos da Silva

Sistemas Interativos

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 257.563.678-70											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	257.563.678-70	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

João Carlos da Silva

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » » Consultas Gerais » » Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 475.361.526-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE NEVES CONTIJO	475.361.526-04	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: anatel\joaocarlos.mc - João Carlos da Silva

Data: 24/02/2022

Hora: 17:32:57



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

João Carlos da Silva

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet

teia

menu

ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 621.067.161-68											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO BEZERRA	621.067.161-68	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: anatel\joaocarlos.mc - João Carlos da Silva

Data: 24/02/2022


Hora: 17:34:03



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
João Carlos da Silva

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 252.856.828-27											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LAMARTINE GODOY NETO	252.856.828-27	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá


Usuário: anatel\joaocarlos.mc - João Carlos da Silva Data: 24/02/2022 Hora: 17:35:27



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
João Carlos da Silva

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 847.088.328-34											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
VICENTE PLASCHESKI NETO	847.088.328-34	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: anatel\joaocarlos.mc - João Carlos da Silva

Data: 24/02/2022

Hora: 17:37:25

Id solicitação: 57dbab9a0a0bf

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	
Nome Fantasia: FUNDACAO ESTRELA DE DAVI	
Telefone: (65) 0000-0000	E-mail:
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50410936529
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: Ato nº 1.768, de 28/03/2008, publicado no DOU. de 01/04/2008.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Jaime de Figueiredo	Complemento:	
Bairro: Lixeira	Numero: 203	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78008555

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização			
Município: Cuiabá		UF: MT	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 18	Frequência: 497 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 10.0324kW
HCI: 88.14 m	Pareamento: 31171	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais



022 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2016-0121/pgd.883

Número da Estação: 1001843093	Número Indicativo: ZYQ729
Data Último Licenciamento: 23/07/2021	Número da Licença: 53500.034708/2021-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 15°35'7" S	Longitude: 56°4'47" W	Cota da base: 217.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 004571500352	Modelo: EC704HP (3400W)
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 1.183 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1-5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 62 m	Atenuação: 1.59 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ISDE81836UT	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 10.77 dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: 240 °	Polarização: Elíptica	HCI: 88.14 m	ERP Máxima: 10.03 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	5°: 1.51	10°: 1.72	15°: 1.83	20°: 1.94	25°: 1.83	30°: 1.72	35°: 1.51	40°: 1.21	45°: 1.01	50°: 0.92	55°: 0.72
60°: 0.72	65°: 0.72	70°: 0.82	75°: 1.01	80°: 1.21	85°: 1.41	90°: 1.72	95°: 1.83	100°: 2.05	105°: 2.05	110°: 1.94	115°: 1.83
120°: 1.51	125°: 1.21	130°: 0.92	135°: 0.63	140°: 0.35	145°: 0.26	150°: 0.18	155°: 0.18	160°: 0.26	165°: 0.35	170°: 0.45	175°: 0.63
180°: 0.82	185°: 1.01	190°: 1.21	195°: 1.31	200°: 1.31	205°: 1.31	210°: 1.31	215°: 1.21	220°: 1.01	225°: 0.92	230°: 0.82	235°: 0.82
240°: 0.72	245°: 0.82	250°: 0.82	255°: 1.01	260°: 1.11	265°: 1.21	270°: 1.31	275°: 1.41	280°: 1.31	285°: 1.31	290°: 1.11	295°: 0.92
300°: 0.72	305°: 0.54	310°: 0.35	315°: 0.18	320°: 0.09	325°: 0	330°: 0	335°: 0.09	340°: 0.26	345°: 0.45	350°: 0.72	355°: 1.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 15°16'10.67" S Lon 56°4'47.32" W	5°: Lat 15°16'5.54" S Lon 56°3'3.84" W	10°: Lat 15°16'46.59" S Lon 56°1'26.27" W	15°: Lat 15°17'25.97" S Lon 55°5'9.52.74" W	20°: Lat 15°15'18'39.3" S Lon 55°5'58'34.82" W	25°: Lat 15°19'53.02" S Lon 55°5'7'25.69" W	30°: Lat 15°20'54.11" S Lon 55°5'6'17.08" W	35°: Lat 15°15'21'1.31" S Lon 55°5'54'33.79" W	40°: Lat 15°21'12.41" S Lon 55°5'2'41.81" W	45°: Lat 15°21'39.56" S Lon 55°5'0'50.93" W	50°: Lat 15°22'28.42" S Lon 55°4'9'11.02" W	55°: Lat 15°23'36.28" S Lon 55°4'7'45.87" W
60°: Lat 15°24'52.78" S Lon 55°4'55'46'26" W	65°: Lat 15°26'25.56" S Lon 55°4'5'30.18" W	70°: Lat 15°15'28'3.05" S Lon 55°4'44'42.77" W	75°: Lat 15°29'50.73" S Lon 55°4'4'27.98" W	80°: Lat 15°15'31'34.3" S Lon 55°4'55'44'3.97" W	85°: Lat 15°33'19.91" S Lon 55°4'3'54.32" W	90°: Lat 15°15'35'5.49" S Lon 55°4'43'34.58" W	95°: Lat 15°36'54.37" S Lon 55°4'3'14.71" W	100°: Lat 15°38'35.95" S Lon 55°4'55'44'8.11" W	105°: Lat 15°40'16.75" S Lon 55°4'4'41.22" W	110°: Lat 15°41'55.21" S Lon 55°4'5'18.45" W	115°: Lat 15°43'33.78" S Lon 55°4'5'55.36" W
120°: Lat 15°45'18.71" S Lon 55°4'6'24.18" W	125°: Lat 15°15'47'2.56" S Lon 55°4'7'3.55" W	130°: Lat 15°48'38.27" S Lon 55°4'8'1.06" W	135°: Lat 15°50'19.76" S Lon 55°4'8'57.43" W	140°: Lat 15°51'43.28" S Lon 55°4'55'50'17.4" W	145°: Lat 15°15'53'0.28" S Lon 55°4'51'45.33" W	150°: Lat 15°54'10.04" S Lon 55°4'3'20.64" W	155°: Lat 15°54'59.04" S Lon 55°4'55'55'8.96" W	160°: Lat 15°55'56.41" S Lon 55°4'6'54.16" W	165°: Lat 15°56'45.11" S Lon 55°4'8'45.41" W	170°: Lat 15°57'24.56" S Lon 56°0'41.92" W	175°: Lat 15°15'57'49.5" S Lon 56°2'43.29" W
180°: Lat 15°57'45.23" S Lon 56°4'47.32" W	185°: Lat 15°57'30.61" S Lon 56°6'49.62" W	190°: Lat 15°57'10.54" S Lon 56°8'50.14" W	195°: Lat 15°56'31.37" S Lon 56°1'0'45.39" W	200°: Lat 15°55'38.59" S Lon 56°1'2'33.71" W	205°: Lat 15°54'46.15" S Lon 56°1'4'19.41" W	210°: Lat 15°53'45.42" S Lon 56°1'5'59.17" W	215°: Lat 15°52'33.1" S Lon 56°1'17'29.48" W	220°: Lat 15°51'25.13" S Lon 56°1'56'19'1.37" W	225°: Lat 15°50'13.06" S Lon 56°2'0'30.22" W	230°: Lat 15°48'50.45" S Lon 56°2'1'48.69" W	235°: Lat 15°15'47'2.56" S Lon 56°2'22'31.08" W
240°: Lat 15°15'45'32.9" S Lon 56°23'36.08" W	245°: Lat 15°15'44'3.75" S Lon 56°24'46.3" W	250°: Lat 15°42'24.28" S Lon 56°2'5'39.56" W	255°: Lat 15°40'33.83" S Lon 56°2'56'26'0.05" W	260°: Lat 15°38'44.11" S Lon 56°2'6'15.04" W	265°: Lat 15°15'36'56.8" S Lon 56°2'26'49.36" W	270°: Lat 15°15'35'5.38" S Lon 56°2'56'27'4.06" W	275°: Lat 15°33'13.17" S Lon 56°2'6'58.77" W	280°: Lat 15°31'28.48" S Lon 56°2'56'26'4.59" W	285°: Lat 15°15'29'28.5" S Lon 56°2'26'32.18" W	290°: Lat 15°15'27'32.1" S Lon 56°2'26'19.67" W	295°: Lat 15°25'49.36" S Lon 56°2'5'24.66" W
300°: Lat 15°15'24'7.61" S Lon 56°24'29.5" W	305°: Lat 15°22'39.05" S Lon 56°23'13.3" W	310°: Lat 15°21'27.36" S Lon 56°2'1'38.89" W	315°: Lat 15°15°20'2.19" S Lon 56°2'20'24.43" W	320°: Lat 15°15°18'50.6" S Lon 56°1'18'55.95" W	325°: Lat 15°17'50.84" S Lon 56°1'7'18.87" W	330°: Lat 15°16'55.79" S Lon 56°1'5'39.96" W	335°: Lat 15°16'22.35" S Lon 56°1'3'50.62" W	340°: Lat 15°15'41.01" S Lon 56°12'6.98" W	345°: Lat 15°15'40.59" S Lon 56°12'0.11.12" W	350°: Lat 15°15'36.52" S Lon 56°6'21.15" W	355°: Lat 15°15'23.02" S Lon 56°6'34.64" W

Distância por radial											
0°: 35.1	5°: 35.4	10°: 34.5	15°: 33.9	20°: 32.4	25°: 31.1	30°: 30.4	35°: 31.9	40°: 33.6	45°: 35.2	50°: 36.4	55°: 37.1
60°: 37.9	65°: 38	70°: 38.2	75°: 37.6	80°: 37.6	85°: 37.4	90°: 37.9	95°: 38.6	100°: 37.4	105°: 37.1	110°: 37	115°: 37.1
120°: 37.9	125°: 38.6	130°: 39	135°: 39.9	140°: 40.2	145°: 40.5	150°: 40.8	155°: 40.6	160°: 41.1	165°: 41.5	170°: 42	175°: 42.3



180°: 42	185°: 41.7	190°: 41.5	195°: 41.1	200°: 40.5	205°: 40.2	210°: 39.9	215°: 39.5	220°: 39.5	225°: 39.6	230°: 39.6	235°: 38.6
240°: 38.7	245°: 39.3	250°: 39.6	255°: 39.2	260°: 38.9	265°: 39.5	270°: 39.8	275°: 39.8	280°: 38.6	285°: 40.2	290°: 40.9	295°: 40.6
300°: 40.6	305°: 40.2	310°: 39.3	315°: 39.5	320°: 39.3	325°: 39	330°: 38.9	335°: 38.3	340°: 38.3	345°: 37.3	350°: 36.7	355°: 36.7

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 10.03 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	688	Portaria	MC	03/06/2012	05/08/2013	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	7208	Ato	ORLE	28/11/2013	29/11/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
535000180672019	123	Despacho	ER07	30/05/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.046730/2019-09	7155	Ato	ORLE	13/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	



▼ Filtrar

CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕	Local Especifico ↕	Canal ↕	Dec ↕	Frequência ↕	Classe ↕	Categoria da Estação ↕
03211077000107	FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO	50410936529	P	Educativo	GTVD	247	MT	Cuiabá		18		497	A	Principal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

DocId: 35800303-29290206-2-121

SEI 35800303-29290206-2-121 ppg. 866

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:35:29 do dia 23/02/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/03/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

http://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

uma via não documentada. Em caso de dúvida, consulte o site da Anatel. 23/02/2022 10:35:29 / pg. 187

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Imprimir



A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 6569438/2022

Expedição: 24/02/2022, às 11:57:42

Validade: 23/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://pjeleg-autenticidade-assinatura-tamara-legis/ufcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfeb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/1999
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO EDUCA MAIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO EDUCA MAIS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA	NÚMERO 1836	COMPLEMENTO ANDAR 14 SALA 1401
CEP 78.050-280	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ACLIMACAO	MUNICÍPIO CUIABA
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM		TELEFONE (65) 3025-4440/ (65) 3025-4444
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/02/2022** às **18:03:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-legislativa/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2018-12-29/2016-21 / pg. 190

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS
CNPJ: 03.211.077/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:49:17 do dia 24/02/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/08/2022.

Código de controle da certidão: **E4E5.A3D1.D2D5.1261**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infopen-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e
Lida via Internet em 24/02/2022 às 10:49:17 - Emissão: 24/02/2022 às 10:49:17 - PGFN nº 1.751/2014 - 191

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0036188994

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **24/02/2022** Hora da emissão: **09:59:55**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.349.046-7 - FUNDACAO EDUCA MAIS

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **25/03/2022**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **2TLU7AU2B7K7U2K7**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e
Página 1 de 1

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO

501551/2022

829104

PROCESSO

EXERCÍCIO

GERAL

CONTRIBUINTE

380197

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

LANCAMENTOS DIVERSOS - 97666



240220220321107700010700200565501551140659522829104

NOME

FUNDACAO EDUCA MAIS

CPF/CNPJ

03.211.077/0001-07

RG/INSCR. ESTADUAL

00000000000

ENDEREÇO

Av. RUBENS DE MENDONCA,HIST (ANT AV CPA), 1836 - ANDAR 14 SALA 1401

BAIRRO

JARDIM ACLIMACAO

FINALIDADE

A requerimento da parte interessada certificamos para os fins especificados que revendo os registros e arquivos desta procuradoria fiscal , que existem debitos sendo que os mesmos são objeto de procedimento administrativo em analise até a presente data. Ressalva-se, caso se constate futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha agravar o contribuinte acima, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Cuiabá/MT, quinta-feira, 24 de fevereiro de 2022


Lillian Paula Alves Modesto da Costa
Procuradora Fiscal do Município

Certidão valida até 26 de Março de 2022.



Validade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original. <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aee41b071e> 15/02/2022 15:21:53 990.1334929/2016-21 / pg. 193

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aee41b071e

NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO				CNPJ 03211077000107	
Nº DA ESTAÇÃO 1001843093	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 15° 35' 6.50" S	LONGITUDE 56° 04' 47.32" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA , nº 1836.		DISTRITO			
BAIRRO BOSQUE DA SAÚDE		MUNICÍPIO Cuiabá			UF MT

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		16/07/2032	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Cuiabá	UF:	MT
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	497 MHz	CANAL:	18
CLASSE:	A	COTA BASE DA TORRE:	217.1
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYQ729		
NOME FANTASIA:	FUNDACAO ESTRELA DE DAVI	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Cuiabá		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	BAIRRO:	BOSQUE DA SAÚDE
MUNICÍPIO:	Cuiabá	UF:	MT
NUMERO:	1836	COMPLEMENTO:	14° ANDAR, SALA 1408
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	MODELO:	EC704HP (3400W)
CÓDIGO:	004571500352	POTÊNCIA:	1.183 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	IDEAL ANTENAS	MODELO:	ISDE81836UT
POLARIZAÇÃO:	Elíptica	GANHO:	10.77 dBd
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	240 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	88.14 m	BEAM TILT:	graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:		MODELO:	LCF 1-5/8
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	

VALIDADE DA LICENCA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 24/02/2022 15:51:57



Emitido Em
23/07/2021

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token>

original
=Q2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIxNiBmYTY5OWE4ZjlkxNA==



leg-autenticidade-assinatura-camara-leg.br/cdfcbp77-e

4059-bc38-b7a9e41b071e-381f39906384229/20060221_bog1904

dfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 38.733.648/0104-55 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/03/2017
------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
-------------------------------------------------------	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações 58.11-5-00 - Edição de livros 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO AV MANOEL JOSE DE ARRUDA 3100	NÚMERO 3100	COMPLEMENTO SALA 02
----------------------------------------------------	-----------------------	-------------------------------

CEP 78.065-900	BAIRRO/DISTRITO JARDIM EUROPA	MUNICÍPIO CUIABA	UF MT
--------------------------	-----------------------------------------	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCALIZACAO@KROTON.COM.BR	TELEFONE (11) 3133-7380
----------------------------------------------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/03/2017
------------------------------------	-------------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/07/2021** às **16:14:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/1999
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO EDUCA MAIS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDAÇÃO EDUCA MAIS			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	NÚMERO 1836	COMPLEMENTO ANDAR 14 SALA 1401	
CEP 78.050-280	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ACLIMACAO	MUNICÍPIO CUIABA	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM		TELEFONE (65) 3025-4440/ (65) 3025-4444	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/04/2021 às 12:03:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A (O)
FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO E A
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.,
VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO
CURRICULAR OBRIGATÓRIO PARA OS ALUNOS DA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Pelo presente instrumento e na melhor forma do direito, as partes:

I – EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A., com sede Rua Santa Madalena, nº 25, 3º andar Sala 03, bairro Vila Paris, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30.380-650, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.733.648/0001-40, mantenedora da **EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.**, com sede na Av. Manoel Jose de Arruda, nº 3100, bairro Jardim Europa, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP 78.065-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.733.648/0104-55, neste ato representada por Profa. Dra. Maria Angelica Motta da Silva Esser, cargo Diretora da unidade (doravante simplesmente denominada “IES”); e

II – FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, com sede Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836, bairro Bosque da Saúde - Salas 1104/1107, na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP 78.050-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.211.077/0001-07, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados (doravante simplesmente denominada “INSTITUIÇÃO CONCEDENTE”);

(IES e INSTITUIÇÃO CONCEDENTE também doravante referidas, em conjunto, como as “Partes” e, isoladamente, a “Parte”)

CONSIDERANDO QUE a IES é uma instituição de ensino devidamente habilitada a fornecer serviços educacionais, nos termos da legislação em vigor;

CONSIDERANDO QUE a IES tem interesse em celebrar o presente convênio, para permitir a realização de estágios, na INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, por seus alunos devidamente matriculados; e

CONSIDERANDO QUE que a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE tem interesse em contratar os alunos da IES para a realização de estágio, de acordo com o disposto na Lei nº 11.788/2008 (a “Lei do Estágio”);

As partes têm entre si justo e acordado celebrar o presente convênio (o “Convênio”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem como objeto o desenvolvimento de atividades conjuntas entre a IES e a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, a fim de: (i) possibilitar ao estudante o contato com a realidade profissional, permitindo-lhe a associação entre teorias estudadas e as práticas existentes; (ii) dar a oportunidade ao estudante de execução de tarefas relacionadas à sua área de interesse; (iii) complementar a formação dos estudantes regularmente matriculados nos cursos oferecidos pela IES, por meio do desenvolvimento de habilidades relacionadas a sua atuação profissional, para a realização de estágio, independentemente da série, nos termos da Lei do Estágio, (iv) para a realização de estágio



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/03211077-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-20211662211.pdf> //pg. 1197



cdcc6077-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

com o fornecimento de suporte pedagógico e técnico a edição de programas voltados exclusivamente para a educação.

1.2. As Partes declaram que o presente Convênio será aplicável para a realização do estágio curricular obrigatório aos alunos da IES, indicados pela esta e aceitos pela INSTITUIÇÃO CONCEDENTE nos termos abaixo acordados com o fornecimento de suporte pedagógico e técnico e edição de programas voltados exclusivamente a educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRAPARTIDA

2.1 A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE declara que os estágios objeto deste CONVÊNIO serão ofertados de maneira gratuita, não havendo a necessidade de qualquer contrapartida, por parte da IES, para a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE.

2.2. O presente Convênio não será oneroso para a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, nada devendo esta à IES pela realização dos estágios na forma ora acordada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ESTÁGIO

3.1. Para garantir o fiel cumprimento deste Convênio, a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE se obriga a conceder semestralmente 04 (quatro) vagas de estágios, sendo as vagas destinadas para os alunos do curso de graduação.

3.2. As vagas citadas no parágrafo quarto serão disponibilizadas gradativamente dentro do semestre, sendo permitido somente o máximo de 4 estagiários por período (manhã, tarde e noite) dentro das instalações da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE.

3.3. A IES será a responsável pela elaboração e disponibilização do "Plano de Atividades de Estágio", de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso em que o estagiário estiver regularmente matriculado,

3.3.1. O Plano de Atividades de Estágio será incorporado ao "Termo de Compromisso de Estágio", por meio de aditamentos, à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estagiário.

3.4. A jornada de estágio deverá ser cumprida em horário estabelecido pela IES, sem prejuízo das atividades acadêmicas do estagiário, respeitando-se os limites de até 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, conforme determina a Lei do Estágio.

3.5. A realização do estágio pelo estudante não acarreta qualquer vínculo empregatício de qualquer natureza, nada devendo a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, a qualquer título, aos estagiários, nem estes tendo quaisquer direitos trabalhistas contra a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE.

3.6. A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE e a IES deverão celebrar com os estagiários um "Termo de Compromisso de Estágio", que terá uma duração máxima de 01 (um) semestre.



3.7 A IES se compromete a contratar o seguro contra acidentes pessoais dos estagiários, o qual constará expressamente nos "Termos de Compromisso de Estágio" celebrados com os alunos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Convênio, a IES se obriga perante a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE a:

(a) celebrar Termo de Compromisso de Estágio com o estagiário, ou com seu representante legal, quando este for absoluta ou relativamente incapaz, e com a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, indicando as condições de adequação do estágio à Proposta Pedagógica do Curso, etapa e modalidade da formação acadêmica do estudante e ao horário e calendário acadêmico;

(b) avaliar as instalações da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;

(c) indicar Professor Orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades dos estagiários;

(d) exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, do relatório das atividades do estágio;

(e) comunicar a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE sobre as datas de realização das avaliações escolares ou acadêmicas;

(f) atualizar e validar, semestralmente, o Plano de Atividades de Estágio integrado à Proposta Pedagógica do Curso, compatibilizando as atividades com a etapa da formação acadêmica do estagiário.

4.2. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Convênio, a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE se obriga perante a IES a:

(a) celebrar Termo de Compromisso com a IES e os estagiários, zelando por seu cumprimento;

(b) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário a realização de atividades práticas compatíveis com o Plano de Atividades de Estágio;

(c) indicar funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar no desenvolvimento das atividades de estágio, sendo permitido a este profissional acompanhar até 4 (quatro) estagiários simultaneamente;

Parágrafo Primeiro. Em casos de cursos de Serviço Social, indicar funcionário de seu quadro pessoal, com graduação em Serviço Social, para orientar e supervisionar 1 (um) aluno a cada 10 (dez) horas de trabalho semanais, de acordo com a Resolução do Curso de Serviço Social CFESS nº 533/2008.



- (d) entregar o "Termo de Realização do Estágio" com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, caso haja o desligamento do estagiário antes do término do período de vigência de seu estágio;
- (e) enviar à IES o relatório individual de atividades desenvolvidas no estágio, assinado pelo Supervisor de Estágio e com vista obrigatória ao estagiário, na periodicidade mínima de 6 (seis) meses e sempre que solicitado;
- (f) reduzir a jornada de estágio nos períodos de avaliação do estagiário, os quais serão previamente informados pela IES;
- (g) manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- (h) comunicar à IES, através dos supervisores de campo, qualquer irregularidade no desenvolvimento do estágio; e
- (i) no caso de desligamento do profissional supervisor de campo da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, deverá comunicar à IES imediatamente, a data de desligamento do profissional e a previsão de reposição do quadro.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1. O presente Convênio terá início na data de sua assinatura pelas Partes, e vigorará por 60 (sessenta) meses.

5.2. Este Convênio poderá ser denunciado e rescindido nas seguintes hipóteses:

- (a) a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer Partes, mediante notificação prévia, por escrito, de 180 (cento e oitenta) dias, sem ônus para as partes envolvidas;
- (b) caso quaisquer das Partes descumpra quaisquer das obrigações por ela assumidas neste Convênio, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e
- (c) nos casos de falência ou recuperação judicial e qualquer das Partes, caso a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE seja pessoa jurídica de direito privado.

CLÁUSULA SEXTA – PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

6.1. As Partes obrigam-se em atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados pessoais e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.

6.2. A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da INSTITUIÇÃO



CONCEDENTE, ainda que a relação contratual entre as Partes venha a ser resolvida, e independentemente dos motivos que dêem causa.

Solicitações de Titulares. A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE deverá corrigir, completar, excluir e/ou bloquear os Dados Pessoais, caso seja solicitado pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO ou pelo Titular dos Dados Pessoais.

6.3. As Partes monitorarão, por meios adequados, sua própria conformidade e a de seus funcionários e suboperadores com as respectivas obrigações de proteção de Dados Pessoais.

6.4. A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

6.5. As Partes se comprometem a cooperar, uma com a outra, fornecendo eventuais informações que possam auxiliar a outra Parte diante de uma violação de segurança ou, ainda, em situações que possam mitigar a causa ou o risco imposto por uma violação de segurança, desde que não viole direitos de terceiros.

6.6. A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE deverá informar a IES assim que tomar conhecimento (i) de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais; (ii) de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais; (iii) de qualquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais; (iv) de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador.

6.7. A INSTITUIÇÃO CONCEDENTE compromete-se a informar de forma clara ao(a) estagiário(a), as regras e diretrizes de tratamento dos Dados Pessoais no âmbito da realização das atividades de estágio, além das finalidades de tratamento dos Dados Pessoais do(a) estagiário(a).

6.8. Se qualquer legislação nacional ou internacional aplicável aos Dados Pessoais tratados vier a exigir adequação de processos e/ou instrumentos contratuais por forma ou meio determinado, as Partes desde já acordam em celebrar termo aditivo escrito neste sentido.

6.9. Fica assegurado à IES, nos termos da lei, o direito de regresso em face da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE diante de eventuais danos causados por esta em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação a Proteção dos Dados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As Partes serão responsáveis pela veracidade e exatidão das informações, perante a legislação vigente.



edcbb7e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

7.2. As estipulações contidas neste Convênio não poderão ser interpretadas como constituintes de relações ou obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais e outras, entre os empregados, prepostos e contratados das Partes.

7.3. Este Convênio contém o acordo integral estabelecido entre as Partes com relação à matéria aqui tratada. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre as partes e referentes ao objeto deste Convênio, serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidas neste Instrumento.

7.4. Quaisquer alterações ou aditamentos a este Convênio serão efetuados por escrito e assinados por ambas as partes.

7.5. Se qualquer disposição deste Convênio for declarada inválida, ilegal ou inexecutável, a validade e a exequibilidade das disposições remanescentes não serão afetadas por tal declaração.

7.6. É vedada à INSTITUIÇÃO CONCEDENTE a subcontratação, cessão, total ou parcial ou transferência a terceiros dos direitos e obrigações oriundos e/ou decorrentes deste Contrato, inclusive seus créditos, sem a prévia e expressa anuência da IES.

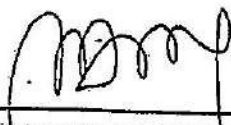
7.7. A IES poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de prévia anuência da INSTITUIÇÃO CONCEDENTE, transferir ou ceder, de forma parcial ou total, o presente Contrato, seus direitos e obrigações, desde que a cessionária seja controladora, controlada ou coligada da IES ou esteja sob controle comum com a IES.

7.8. Em hipótese alguma, a subcontratação ou cessão autorizada pela IES desobriga a INSTITUIÇÃO CONCEDENTE de suas responsabilidades e obrigações assumidas neste, mantendo o Instituto a total responsabilidade perante a IES pelos atos ou omissões realizadas por terceiros e oriundos da subcontratação.

7.9. Quaisquer litígios ou controvérsias oriundas deste Instrumento, inclusive relacionadas a sua validade, interpretação e cumprimento, deverão ser dirimidas no foro da Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem as partes de pleno acordo com o inteiro teor deste Convênio de Estágio, o assinam na presença das duas testemunhas abaixo, em 03.(três) vias de igual conteúdo e forma.


Cuiabá, 1.0 de Janeiro de 2021



EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL
Profª Dra. Maria Angelica Motta da Silva
Diretor(a)

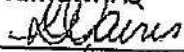
Maria Angelica Motta da Silva
EDITORA
UNIC-Universidade de Cuiabá



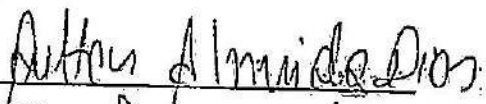

FUNDACÃO ALTAMIRO GALINDO
Francisco Bello Galindo Netto
Procurador

TESTEMUNHAS

1


Nome: Ruanne Aguiar de Lous
RG: 26.385.184-9 SSP/SP

2


Nome: Arthur Almeida Dias
RG: 0956551661 SSP-BA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/1999
-----------------------------------------------------	-----------------------------------------------------	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO EDUCA MAIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
FUNDACAO EDUCA MAIS

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO
AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA

NÚMERO
1836

COMPLEMENTO
ANDAR 14 SALA 1401

CEP
78.050-280

BAIRRO/DISTRITO
JARDIM ACLIMACAO

MUNICÍPIO
CUIABA

UF
MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO
FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM

TELEFONE
(65) 3025-4440/ (65) 3025-4444

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
08/07/2001

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/02/2022 às 18:03:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA (Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Interessada/Outorgada: Fundação Altamiro Galindo

CNPJ nº: 03.211.077/0001-07

Município: Cuiabá/MT

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 03/06/2016

Período da outorga a ser renovado: 16/07/2017 a 16/07/2032.

Tipo de outorga a ser renovada:

(X) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.

() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Natureza jurídica da interessada/outorgada:

() Pessoa Jurídica de Direito Público (Ente Federativo, Fundação Pública e Instituição de Educação Superior Pública)

() Instituição de Educação Superior de Natureza Privada

(X) Fundação de Direito Privado

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> pg. 205

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	1169104 fl.1 03/06/2016 FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO 1786468 fls.1-3 04/04/2017 FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO 1962952 fls.2-4 16/06/2017 FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO 7928038 fls.3/4 27/07/2021 FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	-
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fl.3 "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fl.4 "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fl.4 "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> pg. 206

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fl.4 "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fl.4 "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fl.4 "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fl.4 "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928038 fls.4 "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Sim () Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).



2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	9512376 - fls. 1 a 6	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	-
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------	----------------------	------------------------------------------	---

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	() Sim () Não (X) Não se aplica	1173623 fls.9-14 1786468 fls.4-20 4480755 5364798 5364799 5629713 5629715 5629712 7928040 7928041	- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5629713 fls.1-2 7928041 08/06/2021	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	() Sim () Não (X) Não se aplica	2509181 fls.11-14 5364802 7928045	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.



9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	7928046 26/08/2021 8201237 04/11/2021 9512437 - fl.1 - 24/02/2022	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	6505788 24/02/2021 7928049 fl.2 09/08/2021 9512437 - fl.2 - 24/02/2022	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Consta outra razão social (Fundação EDUCA MAIS ao invés de Fundação Altamiro Galindo), todavia, o número do CNPJ é o mesmo (03.211.077/0001-07)
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6505789 09/08/2021 7928049 fl.3 09/11/2021 9512437 - fl.3 - 24/02/2022	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	FRANCISCO BELLO GALINDO NETO 1962952 fl.5 JOSÉ ROBERTO BEZERRA 5364803 fl.2 LAMARTINE GODOY NETO 5364803 fl.3 JOSÉ DAS NEVES GONTIJO 5364803 fl.4 VICENTE PLACHESKI NETO 5364803, fl. 5	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9513248 - fl. 1 - Emitida em 23/07/2021 Válida até 16/07/2032	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	-



Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	() Sim (X) Não () Não se aplica	1971528 PENDENTE Não atende ao art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018 Vigência do Instrumento Jurídico: __/__/__	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada não está em conformidade com o disposto na legislação, não sendo possível a proposição do deferimento.

Analisado por:	Data:
Nome: João Carlos da Silva Cargo: Engenheiro	25 de fevereiro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 06/03/2022, às 14:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9512487** e o código CRC **131D6E6E**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 9512487



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> Documento assinado eletronicamente por Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária, em 06/03/2022, às 14:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. pg. 211

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 4692/2022/MCOM

Brasília, 6 de março de 2022.

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ 03.211.077/0001-07

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

78050-000 Cuiabá-MT

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em caráter exclusivamente educativo, acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI 9512487).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja a apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - convênio firmado com uma única instituição de educação superior - IES, credenciada pelo MEC, com sede ou campus no Estado em que será executado o serviço de radiodifusão exclusivamente educativo, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, nos termos do Anexo III da Portaria MC nº 329, de 2012 e do Anexo VI da Portaria MC nº 3.238, de 2018;

Obs.1: o convênio com a IES deve conter: i) a qualificação das partes, o ii) objeto do instrumento (fornecer suporte técnico e pedagógico à emissora para a edição de programas voltados exclusivamente para a educação), iii) o prazo de duração (mesmo que seja por tempo indeterminado), e deve conter a assinatura dos representantes legais das



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

entidades conveniadas;

Obs.2: documento exigido novamente pois os documentos de convênio apresentados tratam da prestação de serviço de estágio, não atendendo, portanto, ao disposto na legislação de radiodifusão;

Obs.3: Deverá ser acompanhado de cópia do documento de identidade do representante da IES com a qual o convênio foi firmado, nos termos do Anexo III da Portaria MC nº 329, de 2012 e do Anexo VI da Portaria MC nº 3.238, de 2018 - pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.

3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.

4. Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.034929/2016-21), para agilizar o trâmite.

6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.

7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 06/03/2022, às 14:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9517064** e o código CRC **4164227D**.

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal:



Checklist de avaliação - SEI 9512487.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



Contrato: 9912556366

Volume: 1/1

CARTA REG AR 04

Peso (g): 30.0

BY 243 873 955 BR



AR

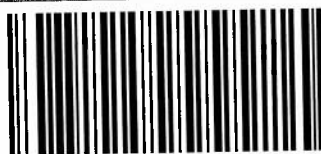
Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO
AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1
836 SALA 1104 1107 BOSQUE DA SAUDE



78050-000 CUIABA/MT

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF

SERAD DEPO GCPO COROC PROC 53900034929/2016-21 OF 4692 ANEXO SEI 9512



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/243873955BR0955216E/53900034929/2016-21/OF4692ANEXOSEI9512.pdf> Outros (origem externa) BY 243 873 955 BR 0955216E 53900034929/2016-21 OF 4692 ANEXO SEI 9512 pg. 215

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



VIA POSTAL
09/03/2022

DESTINATARIO

FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA, 1836 SALA 1104 1107
BOSQUE DA SAUDE - CUIABA - MT

78050-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICA-LEON

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
30044-000

70044-900

BY243873955BR



SERAD DEOPO GCPO COROC PROC 53900034929/2016-21 OF 46
92 ANEXO SEI 9512487

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

$$1^\circ \quad \text{---} / \text{---} / \text{---} : \text{---} h$$
$$2^\circ \quad \text{---} / \text{---} / \text{---} : \text{---} h$$

3º _____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

[1] MUDOU-SE

[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE

[3] NÃO EXISTE NUMERO

[4] DESCONHECIDO

[9] OUTROS

RECEBIMENTO E DEVOLUÇÃO
[5] RECLAMADO

[6] NÃO PROCURADO

[7] AUSENTE.

[7] AUSENTE
[8] FALLECIDO

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico

Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____ / ____ / ____

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 9493/2022/MCOM

Brasília, 26 de abril de 2022.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO
Inscrição no CNPJ 03.211.077/0001-07
Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde
78050-000 Cuiabá-MT

Assunto: Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo SEI nº 9688510, para cumprimento das exigências formuladas no Ofício nº 4692/2022/MCOM (SEI nº 9517064), informo o deferimento do prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, nos termos do art. 136-C da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

2. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>.

Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.034929/2016-21), para agilizar o trâmite.

3

Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andre Saraiva de Paula**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária**, em 26/04/2022, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9745223** e o código CRC **8F1D9065**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 9493/2022/MCOM - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 9745223

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> Documento 9745223/2022-14807-SEI-53900.034929/2016-21 pg. 218 pg. 218

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



EMERSON SILVA VIANA

Relatório Consultor Sair

E-mails de consulta

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

03.211.077/0001-07

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1/1

Razão Social

CNPJ

E-mails

FUNDAÇÃO ALTAMIRO
GALINDO03.211.077/0001-
07FUNDAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM, tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br,
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

10 ▾

1/1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf<https://gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf>

Outros (Engenheiro ALTAMIRO GALINDO) - 07 (54/3079) 0.034929/2019/0234/022016-21 / pg. 219

Data de Envio:

27/04/2022 08:41:22

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ 03.211.077/0001-07

Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

78050-000 Cuiabá-MT

Assunto: Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.034929/2016-21.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 9493/2022/SEI-MCOM, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) mudou-se.

(...) desconhecido.

(...) não procurado.

(...) ausente.

(...) recusado.

2. Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:
http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html.



Por fim, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é: Esplanada dos

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-220662211/pag.2220>

cdfeb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Atenciosamente,

Anexos:

Outros__origem_externa__9747979_CADSEI_03.211.077.0001_07.pdf

Oficio_9745223.html

Oficio_9517064.html

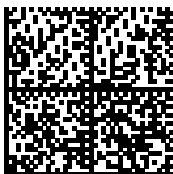
Checklist_9512487.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

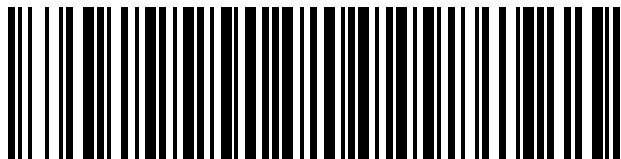
cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Contrato: 9912556366
CARTA REG AR O4

Volume: 1/1
Peso (g): 100.0

BY 444 152 558 BR



AR

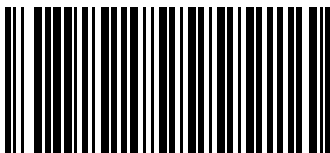
Recebedor: _____
Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO



FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO
AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA 1836 SALA 110411
07 BOSQUE DA SAÚDE

78050-000 CUIABA/MT



Obs: 53900034929/2016-21-OFÍCIO N
9493/2022-COROC-DOC

Remetente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SERAD DEPO
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO R SN ZONA
CIVICADMINIST
70044-900 BRASÍLIA/DF



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Ofício (Orgão emissor) BOMBO PZCABBRQ7450521

53900034929/2016-21-OFÍCIO N 9493/2022-COROC-DOC/2016-21-OFÍCIO N 9493/2022-COROC-DOC/ pg. 222

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Correios AR

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

VIA POSTAL
27/04/2022

DESTINATARIO

FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA, 1836 SALA 11041107
BOSQUE DA SAUDE - CUIABA - MT

78050-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

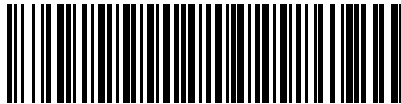
MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

BY444152558BR



53900034929/2016-21-OFICIO N 9493/2022-COROC-DOC

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h

2º ____/____/____ : ____ h

3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
[1] MUDOU-SE [5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO [7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO
[9] OUTROS _____

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.211.077/0001-07

Razão Social: FUNDACAO EDUCA MAIS

Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1836 SALA 1104/1107 /
BOSQUE DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/06/2022 a 20/07/2022

Certificação Número: 2022062101281295630109

Informação obtida em 22/06/2022 18:13:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

https://mofe-eletronica-caixa.gov.br/consultacrf/ele3-4059-bc38-b7aae41b071e-2022-06-22-18-13-20-224-224

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

PORTARIA Nº 1.353, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 279/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200711715;

Art. 2º Fica reconhecido o Instituto Superior de Educação Santa Cruz (ISED), com sede na Rua Júlia Aragão, nº 307, Centro, no Município de Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco, mantido pelo CESAC Centro de Ensino Superior Santa Cruz Ltda. - EPP (CNPJ 05.744.399/0001-39).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.354, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 177/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200906853;

Art. 2º Fica reconhecida a Faculdade de Tecnologia Pentágono, com sede na Rua Coronel Fernando Prestes, nº 326, Bairro Centro, no Município de Santo André, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Pentágono de Ensino Superior Ltda. - EPP (CNPJ 05.996.701/0001-46).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.355, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 435/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510882;

Art. 2º Fica reconhecida a Centro de Ensino Superior Riograndense Marau, com sede na Rua Padre Capuchinhos, nº 521, Centro, no Município de Marau, no Estado do Rio Grande do Sul, mantido pela Sociedade Educacional Marau Ltda. (CNPJ 21.998.727/0001-80).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.356, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 515/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201606030;

Art. 2º Fica reconhecida a FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, localizada na Rua Alexandre Fleming, 454, Madureira, Caxias do Sul/RS, mantida pela ASSOCIACAO CULTURAL E CIENTIFICA VIRVI RAMOS (CNPJ 88.665.914/0001-12).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.357, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 3/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201408228;

Art. 2º Fica reconhecido o Instituto Superior de Educação Vera Cruz, com sede na Rua Baumann, nº 73, bairro Vila Leopoldina, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantido pela Associação Universitária Interamericana (CNPJ 60.552.551/0001-90).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.358, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 152/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200806221;

Art. 2º Fica reconhecida a Faculdade Evangélica do Meio Norte, com sede na Rua Nova, nº 429, Centro, no município de Coroa, no estado do Maranhão, mantida pela Sociedade Educacional Seven & Cia S/S - EPP (CNPJ 15.243.448/0001-03).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.359, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 152/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200806221;

Art. 2º Fica reconhecida a Faculdade Evangélica do Meio Norte, com sede na Rua Nova, nº 429, Centro, no município de Coroa, no estado do Maranhão, mantida pela Sociedade Educacional Seven & Cia S/S - EPP (CNPJ 15.243.448/0001-03).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 234/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201713843.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Pan-Americana de Administração e Direito de Campo (FAPAD), a ser instalada na Rua Marechal Rondon, nº 1.380, Centro, no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, mantida pelo Instituto Panamericano de Ensino e Treinamento Telepresencial (CNPJ 07.294.664/0001-50).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.360, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 294/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201719384;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário de Valença, por transformação do Centro de Ensino Superior de Valença, com sede na Rua Sargento Vitor Hugo, nº 219, bairro Fátima, no Município de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Fundação Educacional Dom André Arcoverde (CNPJ 32.354.011/0001-66).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.361, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 278/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201611180;

Art. 2º Fica reconhecida a Faculdade de Educação e Cultura de Porto Velho - FAEC-PVH, com sede na Avenida Rio de Janeiro, nº 4.734, bairro Lagoa, no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, mantida pela Associação Educacional de Rondônia (CNPJ 05.706.023/0001-30).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.362, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 252/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201702587;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Gama e Souza, por transformação da Faculdade Gama e Souza, com sede na Avenida Fernando Mattos, nº 48, bairro Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Associação de Cultura e Educação Santa Teresa (CNPJ 68.701.929/0001-81).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.363, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 5006213-61.2019.4.04.7003, em trâmite na 2ª Vara Federal de Maringá, da Seção Judiciária do Paraná, conforme consta no Processo Administrativo nº 00732.001443/2019-71, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 520/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201103057.

Art. 2º Fica reconhecida a Faculdade Santa Maria da Glória, com sede na Rodovia PR-317, nº 298, bairro Parque Industrial, Campus Catuaí, no Município de Maringá, no Estado do Paraná, mantida pela Associação Educacional São José (CNPJ 80.898.448/0001-03).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 1.364, DE 12 DE JULHO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 156/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20073255;

Art. 2º Fica reconhecida a Faculdade de Alta Floresta (FAF), com sede na Avenida Leandro Adorno, s/n, bairro Alta Floresta, Setor Esportivo, no Município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso, mantida pela Uniflor - União das Faculdades de Alta Floresta (CNPJ 01.330.273/0001-67).

Art. 3º O reconhecimento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB



MANTENEDORA

Mantenedora:  (17966) FAPRIME FACULDADE PRIME LTDA


CNPJ: 37.868.675/0001-67

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Representante Legal: PATRICIA HARUE KAWANO (DIRIGENTE)



IES

Nome da IES - Sigla:  (21999) Faculdade Prime -  Fapprime

Situação: Ativa

Endereço: Rua Brasil

Nº: 616

Complemento: Sede da IES

CEP: 79010-230

Bairro: Monte Castelo

Município: Campo Grande

UF: MS

Telefone: 67999726868

Fax:

Organização Acadêmica: Faculdade

Sítio: <https://faculdadeprime.com.br/>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071a>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0038679304

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **24/06/2022** Hora da emissão: **14:04:25**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.349.046-7 - FUNDACAO EDUCA MAIS

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **22/08/2022**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TLK22AU2BBMA927B**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:07:08 do dia 24/06/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/07/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://mtoleg-autenticacao-anatel/anatel-jsp/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://mtoleg-autenticacao-anatel/anatel-jsp/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

24/06/2022 15:07 - 03.211.077/0001-07 - 06/2022/2016-21 / pg. 228

Voltar



igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

https://infoleg-auroradadosassinatura.dcfar.br/legis/cod/000077-e1e3-4059-bc3330a6-034929/2016-21 / pg. 229

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 19972936/2022

Expedição: 24/06/2022, às 15:07:41

Validade: 21/12/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/03-211-077-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

OFÍCIO Nº 14932/2022/MCOM

Brasília, 22 de junho de 2022.

Ao Senhor

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ nº 03.211.077/0001-07

Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

CEP: 78050-000 / Cuiabá - MT

Assunto: **Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimento cordialmente com as considerações de estilo para informar que houve análise do pedido de renovação da outorga de serviço de radiodifusão educativa acostado no autos em questão conforme Checklist (SEI10074191).

2. Para prosseguirmos com a avaliação e, principalmente, ser possível o deferimento (aprovação) do pedido, é necessário que seja apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

I - **Ata da Assembleia de eleição da diretoria que está atualmente em exercício**, isto é, que elegeu os atuais dirigentes, conforme previsto no Art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada;

Observação: Na Certidão de Breve Relato (SEI nº 9951126), consta especificadamente uma Ata de Recomposição de Diretoria do dia 12/01/2022, contudo, não consta no processo a referida Ata que elege os atuais representantes com mandato vigente, dessa maneira, a referida Ata



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

deve ser encaminhada para a correta instrução processual.

II - Comprovação de Nacionalidade brasileira, Maioridade (idade igual ou acima de 18 anos) e ter inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, conforme previsto no art. 222, § 1º, da Constituição Federal:

(X) EMANUEL ROMEU DE CAIRES GALINDO - Primeiro Vice-Presidente

(X) NICOLAS ELIAS SAAB NETO - Secretário

(X) MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONÇA - Segunda Tesoureira

Para realizar a comprovação deve ser enviado serão aceitos os quaisquer um dos seguintes documentos: Cédula de identidade (RG); certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; carteira profissional; carteira de trabalho e previdência social; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos ou passaporte.

Pode ser enviada cópia (xerox ou fotocópia) simples - não precisa ser cópia autenticada.

Observação: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

Observação: **A documentação deverá estar legível.**

3. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

4. Ressalto que, caso a resposta ocorra pela via postal, o endereço para correspondência é:
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.
CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

5. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.034929/2016-21), para agilizar o trâmite.

6. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.



7. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária substituto**, em 11/07/2022, às 13:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10082141** e o código CRC **410EBF4B**.

Documentos a ser enviados no anexo(s) do e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):

Anexo - Checklist de avaliação - SEI 10074191;

Anexo - Modelo de Requerimento de Renovação do Anexo VI da Portaria nº 3238/2018 - SEI 9497239;

Anexo - Orientações para realização e atualização do cadastro SEI do Ministério das Comunicações - SEI 8330983;

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 14932/2022/MCOM - Processo nº 53900.034929/2016-21 - Nº SEI: 10082141



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Petra Alicia Felix dos santos

Relatório Consultar ▼ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.211.077/0001-07

Razão Social

Pesquisar

10 ▼ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	FUNDACAOEDUCAMAS@GMAIL.COM, tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br, tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br
10 ▼ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticadepassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2016-21 / pg. 234

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

15/07/2022 15:29:20

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

FUNDACAOEDUCAMAIIS@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

Envio de correspondencia Oficial dos Ministerio das Comunicações

Mensagem:

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ nº 03.211.077/0001-07

Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

CEP: 78050-000 / Cuiabá - MT

Assunto: Solicitação para apresentação de documentos relacionados ao processo de renovação.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 14932/2022/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> e, também, nas orientações anexas (Anexo SEI 8330983).

Ressalto que, caso a resposta ocorra via postal, o endereço para correspondência é:

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CEP: 70044-900 / Brasília - DF.

Atenciosamente,

Anexos:

Anexo_VI_Portaria_3238_de_20_junho_2018 (1).pdf

Outros__origem_externa__10178668_CADSEI_03.211.077_0001_07.png

Oficio_10082141.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Resposta da Comissão 12178668

03.211.077/2018-2-21 pág. 236

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

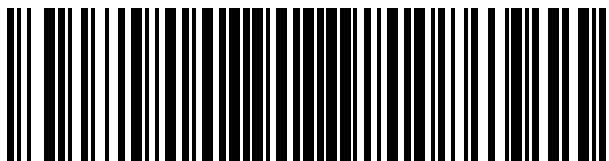


CARTA REG AR 04

Volume: 1/1

Peso (g): 100.0

YG 611 717 819 BR



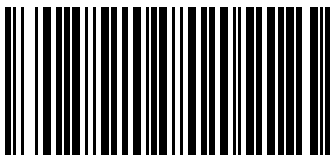
AR

Recebedor:

Assinatura: _____ Documento: _____

DESTINATÁRIO

FUNDAÇÃO MATER ECCLESIAE
AVENIDA CONSTITUIÇÃO 1336 BOA VISTA



15025-120 SAO JOSE DO RIO PRETO/SP

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEPOO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASIL/DF
PR - 530000020003/2014-30 - OF 14216/2022/COROC DOC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/pdf/cob77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfeb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Correios AR

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

VIA POSTAL
15/07/2022

DESTINATARIO

FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA, 1836 SALA 1104 E 1107
BOSQUE DA SAUDE - CUIABA - MT

78050-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN

ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF

70044-900

YG651451819BR



PR - 53900034929/2016-21 - OF 14932/2022/COROC DOC

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ ____:____ h

2º ____/____/____ ____:____ h

3º ____/____/____ ____:____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camera-degtr/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/1999
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO EDUCA MAIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO EDUCA MAIS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA	NÚMERO 1836	COMPLEMENTO ANDAR 14 SALA 1401
CEP 78.050-280	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ACLIMACAO	MUNICÍPIO CUIABA
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM		TELEFONE (65) 3025-4440/ (65) 3025-4444
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/08/2022** às **11:27:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:26:47 do dia 12/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[igec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://anatel.gov.br/consultas/gerais/nadaconsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://anatel.gov.br/consultas/gerais/nadaconsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Imprimir

Voltar



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.211.077/0001-07

Razão Social: FUNDACAO EDUCACAO MAIS

Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1836 SALA 1104/1107 /
BOSQUE DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/07/2022 a 27/08/2022

Certificação Número: 2022072901302585844052

Informação obtida em 12/08/2022 10:35:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-cr.f.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://AnexoBscaduasArquivosCaixa/4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CPEND Nº 0038679304

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **24/06/2022** Hora da emissão: **14:04:25**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, consultadas as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e as bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, relativamente ao sujeito passivo acima indicado, bem como da sua matriz e filiais, até a data e hora em epígrafe, constatamos a(s) ocorrência(s) adiante descrita(s).

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e da Dívida Ativa do Estado.

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

QUANTO AO SUJEITO PASSIVO, RELATIVAMENTE A ACORDOS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, COM PAGAMENTO EM DIA E A DÉBITOS SUSPENSOS:

13.349.046-7 - FUNDACAO EDUCA MAIS

OCORRÊNCIAS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Não constatada ressalva.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br

Certidão válida até: **22/08/2022**.

Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado

Número de Autenticação: **TLK22AU2BBMA927B**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



BOM DIA

Mônica Cabral de Sousa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.211.077/0001-07									
FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	257.563.678-70	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
JOSE NEVES CONTIJO	475.361.526-04	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
JOSE ROBERTO BEZERRA	621.067.161-68	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
LAMARTINE GODOY NETO	252.856.828-27	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
VICENTE PLASCHESKI NETO	847.088.328-34	FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Id solicitação: 57dbab9a0a0bf

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDACAO ALTAMIRO GALINDO	
Nome Fantasia: FUNDACAO ESTRELA DE DAVI	
Telefone: (65) 0000-0000	E-mail:
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50410936529
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 16/07/2032	
Observações: Ato nº 1.768, de 28/03/2008, publicado no DOU. de 01/04/2008.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Jaime de Figueiredo		Complemento:
Bairro: Lixeira		Numero: 203
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78008555

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA		Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE		Numero: 1836
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA		Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE		Numero: 1836
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cuiabá	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 18	Frequência: 497 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 10.0324kW
HCI: 88.14 m	Pareamento: 31171	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Informações Gerais	
Número da Estação: 1001843093	Número Indicativo: ZYQ729
Data Último Licenciamento: 23/07/2021	Número da Licença: 53500.034708/2021-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 15° 35' 6.50" S	Longitude: 56° 04' 47.32" W	Cota da base: 217.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 004571500352	Modelo: EC704HP (3400W)
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 1.183 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1-5/8		Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM	
Comprimento da Linha: 62 m	Atenuação: 1.59 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ISDE81836UT			Fabricante: IDEAL ANTENAS		
Ganho: 10.77 dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: 240 °	Polarização: Elíptica	HCI: 88.14 m	ERP Máxima: 10.03 kW

Padrão de Antena dBd											
0º: 1.31	5º: 1.51	10º: 1.72	15º: 1.83	20º: 1.94	25º: 1.83	30º: 1.72	35º: 1.51	40º: 1.21	45º: 1.01	50º: 0.92	55º: 0.72
60º: 0.72	65º: 0.72	70º: 0.82	75º: 1.01	80º: 1.21	85º: 1.41	90º: 1.72	95º: 1.83	100º: 2.05	105º: 2.05	110º: 1.94	115º: 1.83
120º: 1.51	125º: 1.21	130º: 0.92	135º: 0.63	140º: 0.35	145º: 0.26	150º: 0.18	155º: 0.18	160º: 0.26	165º: 0.35	170º: 0.45	175º: 0.63
180º: 0.82	185º: 1.01	190º: 1.21	195º: 1.31	200º: 1.31	205º: 1.31	210º: 1.31	215º: 1.21	220º: 1.01	225º: 0.92	230º: 0.82	235º: 0.82
240º: 0.72	245º: 0.82	250º: 0.82	255º: 1.01	260º: 1.11	265º: 1.21	270º: 1.31	275º: 1.41	280º: 1.31	285º: 1.31	290º: 1.11	295º: 0.92
300º: 0.72	305º: 0.54	310º: 0.35	315º: 0.18	320º: 0.09	325º: 0	330º: 0	335º: 0.09	340º: 0.26	345º: 0.45	350º: 0.72	355º: 1.01

Coordenadas por radial											
0º: Lat 15º16'10.67" S Lon 56º4'47.32" W	5º: Lat 15º16'16.54" S Lon 56º3'3.84" W	10º: Lat 15º16'46.59" S Lon 56º1'26.27" W	15º: Lat 15º17'25.97" S Lon 55º5'52.74" W	20º: Lat 15º18'18.39.3" S Lon 55º58'34.82" W	25º: Lat 15º19'53.02" S Lon 55º7'25.69" W	30º: Lat 15º20'54.11" S Lon 55º6'17.08" W	35º: Lat 15º21'21.131" S Lon 55º54'33.79" W	40º: Lat 15º21'12.41" S Lon 55º52'41.81" W	45º: Lat 15º21'39.56" S Lon 55º50'0.93" W	50º: Lat 15º22'28.42" S Lon 55º4'9'11.02" W	55º: Lat 15º23'36.28" S Lon 55º4'7'45.87" W
60º: Lat 15º24'52.78" S Lon 55º46'26" W	65º: Lat 15º26'25.56" S Lon 55º4'53.18" W	70º: Lat 15º28'3.05" S Lon 55º44'42.77" W	75º: Lat 15º29'50.73" S Lon 55º4'27.98" W	80º: Lat 15º15'31'34.3" S Lon 55º44'3.97" W	85º: Lat 15º33'19.91" S Lon 55º4'3'54.32" W	90º: Lat 15º15'35'5.49" S Lon 55º43'34.58" W	95º: Lat 15º36'54.37" S Lon 55º3'14.71" W	100º: Lat 15º38'35.95" S Lon 55º44'8.11" W	105º: Lat 15º40'16.75" S Lon 55º4'4'41.22" W	110º: Lat 15º41'55.21" S Lon 55º4'5'18.45" W	115º: Lat 15º43'33.78" S Lon 55º4'5'55.36" W
120º: Lat 15º45'18.71" S Lon 55º4'6'24.18" W	125º: Lat 15º15'47'2.56" S Lon 55º47'3'55" W	130º: Lat 15º48'38.27" S Lon 55º48'1.06" W	135º: Lat 15º50'19.76" S Lon 55º4'8'57.43" W	140º: Lat 15º51'43.28" S Lon 55º50'50'17.4" W	145º: Lat 15º15'53'0.28" S Lon 55º51'45.33" W	150º: Lat 15º54'10.04" S Lon 55º5'3'20.64" W	155º: Lat 15º54'59.04" S Lon 55º5'55'55'8.96" W	160º: Lat 15º55'56.41" S Lon 55º5'6'54.16" W	165º: Lat 15º56'45.11" S Lon 55º5'8'45.41" W	170º: Lat 15º57'24.56" S Lon 56º0'41.92" W	175º: Lat 15º15'57'49.5" S Lon 56º2'43.29" W
180º: Lat 15º57'45.23" S Lon 56º4'47.32" W	185º: Lat 15º57'30.61" S Lon 56º6'49.62" W	190º: Lat 15º57'10.54" S Lon 56º8'50.14" W	195º: Lat 15º56'31.37" S Lon 56º1'0'45.39" W	200º: Lat 15º55'38.59" S Lon 56º1'2'33.71" W	205º: Lat 15º54'46.15" S Lon 56º1'4'19.41" W	210º: Lat 15º53'45.42" S Lon 56º1'5'59.17" W	215º: Lat 15º52'33.1" S Lon 56º17'29.48" W	220º: Lat 15º51'25.13" S Lon 56º19'1.37" W	225º: Lat 15º50'13.06" S Lon 56º2'0'30.22" W	230º: Lat 15º48'50.45" S Lon 56º2'1'48.69" W	235º: Lat 15º15'47'2.56" S Lon 56º22'31.08" W
240º: Lat 15º15'45'32.9" S Lon 56º23'36.08" W	245º: Lat 15º15'44'3.75" S Lon 56º24'46.3" W	250º: Lat 15º42'24.28" S Lon 56º2'5'39.56" W	255º: Lat 15º40'33.83" S Lon 56º26'0.05" W	260º: Lat 15º38'44.11" S Lon 56º2'6'15.04" W	265º: Lat 15º15'36'56.8" S Lon 56º26'49.36" W	270º: Lat 15º15'35'5.38" S Lon 56º26'27'4.06" W	275º: Lat 15º33'13.17" S Lon 56º2'6'58.77" W	280º: Lat 15º31'28.48" S Lon 56º26'26'4.59" W	285º: Lat 15º15'29'28.5" S Lon 56º26'32.18" W	290º: Lat 15º15'27'32.1" S Lon 56º26'19.67" W	295º: Lat 15º25'49.36" S Lon 56º2'5'24.66" W
300º: Lat 15º15'24'7.61" S Lon 56º24'29.5" W	305º: Lat 15º22'39.05" S Lon 56º23'13.3" W	310º: Lat 15º21'27.36" S Lon 56º2'1'38.89" W	315º: Lat 15º15'20'2.19" S Lon 56º20'24.43" W	320º: Lat 15º15'18'50.6" S Lon 56º18'55.95" W	325º: Lat 15º17'50.84" S Lon 56º1'7'18.87" W	330º: Lat 15º16'55.79" S Lon 56º1'5'39.96" W	335º: Lat 15º16'22.35" S Lon 56º1'3'50.62" W	340º: Lat 15º15'41.01" S Lon 56º12'6.98" W	345º: Lat 15º15'40.59" S Lon 56º1'0'11.12" W	350º: Lat 15º15'36.52" S Lon 56º8'21.15" W	355º: Lat 15º15'23.02" S Lon 56º6'34.64" W

Distância por radial											
0º: 35.1	5º: 35.4	10º: 34.5	15º: 33.9	20º: 32.4	25º: 31.1	30º: 30.4	35º: 31.9	40º: 33.6	45º: 35.2	50º: 36.4	55º: 37.1
60º: 37.9	65º: 38	70º: 38.2	75º: 37.6	80º: 37.6	85º: 37.4	90º: 37.9	95º: 38.6	100º: 37.4	105º: 37.1	110º: 37	115º: 37.1



cdffcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

120°: 37.9	125°: 38.6	130°: 39	135°: 39.9	140°: 40.2	145°: 40.5	150°: 40.8	155°: 40.6	160°: 41.1	165°: 41.5	170°: 42	175°: 42.3
180°: 42	185°: 41.7	190°: 41.5	195°: 41.1	200°: 40.5	205°: 40.2	210°: 39.9	215°: 39.5	220°: 39.5	225°: 39.6	230°: 39.6	235°: 38.6
240°: 38.7	245°: 39.3	250°: 39.6	255°: 39.2	260°: 38.9	265°: 39.5	270°: 39.8	275°: 39.8	280°: 38.6	285°: 40.2	290°: 40.9	295°: 40.6
300°: 40.6	305°: 40.2	310°: 39.3	315°: 39.5	320°: 39.3	325°: 39	330°: 38.9	335°: 38.3	340°: 38.3	345°: 37.3	350°: 36.7	355°: 36.7

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máxima: 10.03 kW	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	688	Portaria	MC	03/06/2012	05/08/2013	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	7208	Ato	ORLE	28/11/2013	29/11/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
535000180672019	123	Despacho	ER07	30/05/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.046730/2019-09	7155	Ato	ORLE	13/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO			CNPJ 03211077000107	
Nº DA ESTAÇÃO 1001843093	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 15° 35' 6.50" S	LONGITUDE 56° 04' 47.32" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA , nº 1836.	DISTRITO	
BAIRRO BOSQUE DA SAÚDE	MUNICÍPIO Cuiabá	UF MT

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 16/07/2032

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Cuiabá UF: MT

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 497 MHz CANAL: 18

CLASSE: A COTA BASE DA TORRE: 217,1

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYQ729

NOME FANTASIA: FUNDAÇÃO ESTRELA DE DAVI NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Cuiabá

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA BAIRRO: BOSQUE DA SAÚDE

MUNICÍPIO: Cuiabá UF: MT

NUMERO: 1836 COMPLEMENTO: 14º ANDAR, SALA 1408

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

UF:

NUMERO:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Hitachi Kokusai Linear MODELO: EC704HP (3400W)

CÓDIGO: Equipamentos Eletrônicos SA POTÊNCIA: 1.183 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 004571500352

CÓDIGO:

POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

CÓDIGO:

POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IDEAL ANTENAS MODELO: ISDE81836UT

POLARIZAÇÃO: Elíptica

GANHO: 10.77 dBd

DESCRIÇÃO: OMNIDIRECIONAL

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 240 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 88.14 m

BEAM TILT: graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

POLARIZAÇÃO:

GANHO: dBd

DESCRIÇÃO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM MODELO: LCF 1-5/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 12/08/2022 11:37:15



Emitido Em
23/07/2021

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=C2xhc3NMZWVlbnNhOjoyMDIyNjY1OWEzNDViZQ==>



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e-2148pg-248>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, OBJETIVANDO A CONSIGNAÇÃO DE CANAL DE RADIOFREQUÊNCIA DESTINADO À TRANSMISSÃO DIGITAL DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE - SBTVD-T, NA LOCALIDADE DE CUIABÁ, ESTADO DE MATO GROSSO.

A **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB** e a **FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO**, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, por intermédio do representante, FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO, RG nº 27413875X SSP/SP, CPF nº 257.563.678-70, firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **CONCESSIONÁRIA** objetivando a consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO, decorrente da concessão outorgada pelo Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2002, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na mesma localidade. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira. Fica consignado à **CONCESSIONÁRIA** o canal 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 MHz, destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, pela **CONCESSIONÁRIA**, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO, sem a interrupção da transmissão de seus sinais analógicos até o advento do termo previsto no cronograma de transição estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos moldes do art. 10 e §§ do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

Cláusula Segunda. A **CONCESSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) pagar as despesas para realizar a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia e deverá ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data;
- b) apresentar o projeto de instalação da estação transmissora digital ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data de publicação do extrato deste Termo Aditivo;
- c) requerer à Agência Nacional de Telecomunicações, enquanto vigorar o Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2012, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2012, ou ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, se porventura o referido Acordo de Cooperação Técnica extinguir-se, a expedição da Licença para Funcionamento de Estação, no prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequência;



d) realizar a transmissão digital de sons e imagens com a veiculação simultânea da programação em tecnologia analógica, durante o período de transição previsto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006; e

e) iniciar a transmissão digital no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da publicação do ato de aprovação do projeto, respeitados os prazos estabelecidos no cronograma do desligamento da transmissão analógica, conforme art. 10 do Decreto nº 5.820/2006.

Cláusula Terceira. São condições técnicas mínimas para a utilização do canal de radiofrequência consignado à CONCESSIONÁRIA, conforme este Termo Aditivo:

a) proporcionar a mesma cobertura que o canal utilizado para transmissão analógica, observado o disposto no instrumento de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens;

b) propiciar gerenciamento eficaz das transmissões analógicas e digitais;

c) prevenir interferências.

Cláusula Quarta. O canal de radiofrequência consignado à CONCESSIONÁRIA, consoante este Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a CONCESSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência consignados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da CONCESSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula Quinta. O prazo para utilização plena do canal digital ora consignado está condicionado à data do desligamento definitivo do canal analógico, conforme art. 10 do Decreto nº 5.820/2006, outorgado à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Sexta. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b", "c" e "e" da Cláusula Segunda e na Cláusula Quinta caracterizará o desinteresse da CONCESSIONÁRIA na transmissão digital do serviço de radiodifusão outorgado, implicando na revogação da consignação do respectivo canal de radiofrequência.

Cláusula Sétima. Findo o prazo da concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, se não houver renovação ou houver declaração de perempção ou, ainda, se a concessão for cassada, a CONCESSIONÁRIA não terá direito a qualquer indenização.

Cláusula Oitava. Decorrido o prazo de transição de que trata o art. 10 e §§ do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o canal utilizado para transmissão analógica deverá ser devolvido, pela CONCESSIONÁRIA, à UNIÃO.

Cláusula Nona. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste Termo Aditivo e do anterior Contrato de Concessão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Cláusula Décima. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a CONCESSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, que vai assinado pelas partes.

Brasília-DF, 31 de agosto de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **francisco bello galindo netto (E)**, **Usuário Externo**, em 29/09/2017, às 11:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/10/2017, às 12:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2180564** e o código CRC **FB609646**.

Referência: Processo nº 53000.029662/2008-93

SEI nº 2180564



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

**CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO ALTAMIRO
GALINDO PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, COM
FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA
LOCALIDADE DE CUIABÁ, ESTADO DE MATO
GROSSO.**

Aos 5 (cinco) dias do mês de julho do ano dois mil e dois, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Juarez Quadros do Nascimento, e a FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, CGC 03.211.077/0001-07, representada por seu Procurador, Francisco Bello Galindo Filho, RG 7.626.149 – SSP/SP, CPF 724.565.408-59, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 6 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2001, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundação Altamiro Galindo o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado da data de vigência da outorga;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização





expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- i) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;
- j) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- l) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- m) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- n) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- o) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- p) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, a concessionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;



- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- l) manter em dia os registros da programação.
- m) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.



Cláusula 8ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 9ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.





Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém 4 (quatro) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

 <hr/> Ministro de Estado das Comunicações	 <hr/> Concessionária
 <hr/> Testemunha	 <hr/> Testemunha





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



SEÇÃO

1

Ano CXXXIX Nº 107

Brasília - DF, quinta-feira, 6 de junho de 2002 R\$ 0.82

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário.....	1
Atos do Congresso Nacional.....	1
Atos do Senado Federal.....	1
Atos do Poder Executivo.....	3
Presidência da República.....	7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	8
Ministério da Cultura.....	8
Ministério da Educação.....	10
Ministério da Fazenda.....	11
Ministério da Integração Nacional.....	32
Ministério da Justiça.....	33
Ministério da Previdência e Assistência Social.....	36
Ministério da Saúde.....	37
Ministério das Comunicações.....	49
Ministério de Minas e Energia.....	49
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	50
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	52
Ministério do Esporte e Turismo.....	54
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	56
Ministério do Trabalho e Emprego.....	56
Ministério dos Transportes.....	57
Tribunal de Contas da União.....	58
Poder Legislativo.....	83
Poder Judiciário.....	85
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	85

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

1.682-8 (1)
 OCED.: SANTA CATARINA
 RELATOR.: MIN. OCTAVIO GALLOTTI
 REQTE.: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 ADV.: PGE-SC - GENIR DESTRI
 REQDO.: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 REQDA.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: Por unanimidade, o Tribunal julgou procedente a ação direta e declarou a inconstitucionalidade do art. 28 da Lei Complementar nº 77, de 12 de janeiro de 1993, e do art. 5º da Lei Complementar nº 122, de 11 de julho de 1994, ambas do Estado de Santa Catarina. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence e Celso de Mello, e, neste julgamento, o Senhor Ministro Carlos Velloso (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Marco Aurélio (Vice-Presidente). Plenário, 08.6.2000.

EMENTA: Exorbitância do poder de emenda parlamentar, pela falta de pertinência entre a inovação e o objeto restrito e específico do projeto de iniciativa privativa do Poder Judiciário (Constituição, art. 96, II, b e d).

Secretaria de Apoio aos Julgamentos
CARLOS ALBERTO CANTANHEDE
 Secretário

(Of. El. nº 62/2002)

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUEIRA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:
 Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de julho de 2001, que outorga concessão à Fundação Cultural Anhanguera para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.
 Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de junho de 2002
 Senador RAMEZ TEBET
 Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:
 Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, que outorga concessão à Fundação Altamiro Galindo para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.
 Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de junho de 2002
 Senador RAMEZ TEBET
 Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 108/2002)

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2002

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a US\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.

O Senado Federal resolve:
 Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a US\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos), de principal.
 Parágrafo único. Os recursos advindos da operação a que se refere o caput deste artigo serão destinados a financiar, parcialmente, o "Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo - Primeira Fase."
 Art. 2º As condições da operação de crédito são as seguintes:
 I - mutuário: o Estado de São Paulo;
 II - mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
 III - garantidor: República Federativa do Brasil;
 IV - valor da operação: US\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos);
 V - carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

SEGURANÇA E AUTENTICIDADE



O acesso às informações oficiais no site da Imprensa Nacional tem a segurança da Certificação Digital da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira: ICP-Brasil.

Saiba mais em www.in.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento 1605100 (2002) 487 SEI 320630000/2002 16021 256. 256

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevideu de 1980, assinaram, em 20 de dezembro de 1982, em Montevideu, o Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, o qual foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 88.419, de 20 de junho de 1983;

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, com base no Tratado de Montevideu de 1980, assinaram em 1º de fevereiro de 2001, em Montevideu, o Trigesimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai;

DECRETA:

Art. 1º Fica promulgado, para todos os efeitos, o Trigesimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, apenso por cópia ao presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Celso Lafer

Acordo de Complementação Econômica Nº 2 celebrado
entre a República Federativa do Brasil
e a República Oriental do Uruguai

Trigesimo Sétimo Protocolo Adicional
Os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes que foram outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Americana de Integração,

Convêm em

Artigo 1º A República Federativa do Brasil outorga à República Oriental do Uruguai, para o período de 1º a 28 de fevereiro de 2001, uma quota de mil e oitenta e quatro unidades de veículos automotores, classificados nas posições NALADI/SH 87.02, 87.03 e 87.04, para qualquer categoria.

Artigo 2º A República Oriental do Uruguai outorga à República Federativa do Brasil, para o período de 1º a 28 de fevereiro de 2001, uma quota de trezentas e trinta e quatro unidades de veículos automotores, classificados nas posições NALADI/SH 87.03 e 87.04, para unidades de até 4.000 kg de peso bruto total.

Artigo 3º As unidades de veículos automotores constantes das quotas outorgadas pela República Federativa do Brasil e pela República Oriental do Uruguai nos Vigésimo Sétimo, Vigésimo Oitavo, Vigésimo Nono, Trigesimo, Trigesimo Primeiro, Trigesimo Segundo, Trigesimo Terceiro e Trigesimo Quinto Protocolos Adicionais, não utilizadas no período de 1º de janeiro de 2000 até 31 de janeiro de 2001, poderão ser aproveitadas no período de 1º a 28 de fevereiro de 2001, sem prejuízo das quotas estabelecidas nos Artigos 1º e 2º do presente Protocolo.

Artigo 4º Fixar como norma de origem 60/40% para os modelos em produção e 55/45% para os novos modelos.

Artigo 5º A percentagem de peças de origem regional aplicável aos modelos em produção, segundo o Artigo 4º do Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao ACE Nº 2, será de 25%.

Artigo 6º O presente Protocolo vigorará de 1º até 28 de fevereiro de 2001.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos signatários.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevideu, em 1º de fevereiro de 2001, em um original nos idiomas português e espanhol, e em dois textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Jose Artur Denot Medeiros

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai
Elbio Oscar Rosselli Frien

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionam, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I - FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000120/00);

II - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001228/00);

III - FUNDAÇÃO UBAENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.002979/00);

IV - FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELEA, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.005941/99);

V - FUNDAÇÃO WALPECAR - WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná (Processo nº 53000.007612/00);

VI - FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná (Processo nº 53000.000716/01);

VII - FUNDAÇÃO UNIÃO DE COMUNICAÇÃO, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000341/00); e

VIII - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO - FAESA, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.008475/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Outorga concessão às entidades que mencionam, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I - FUNDAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA EDUCACIONAL DE FRUTAL, na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.000707/00);

II - FUNDAÇÃO CULTURAL NIVALDO FRANCO BUENO, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.007912/00);

III - FUNDAÇÃO EDUCATIVA SINTONIA CULTURAL, na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000145/00); e

IV - FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso (Processo nº 53000.005664/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pimenta da Veiga

DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que mencionam e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, os seguintes imóveis rurais:

I - conhecido como "Fazenda São Joaquim I" - parte, com área de duzentos e seis hectares, cinquenta e quatro ares e setenta e seis centiares, situado no Município de Santa Helena de Goiás, objeto do Registro nº R-8-405, fls. 105, Livro 2-02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás (Processo INCRA/SR-04/nº 54150.001093/2001-94);

II - conhecido como "Fazenda São Joaquim II" - parte, com área de duzentos e setenta e três hectares, quarenta e sete ares e setenta e quatro centiares, situado no Município de Santa Helena de Goiás, objeto do Registro nº R-8-405, fls. 105, Livro 2-02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás (Processo INCRA/SR-04/nº 54150.001703/00-34);

III - "Fazenda Estrela do Norte", com área de mil, quatrocentos e quatorze hectares, cinquenta e nove ares e trinta e cinco centiares, situado no Município de Resplendor, objeto dos Registros nºs R-1-9.950, fls. 199, Livro 2-N e R-1-9.943, fls. 195v, Livro 2-N, do Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Resplendor, Estado de Minas Gerais (Processo INCRA/SR-06/nº 54170.005858/00-11);

IV - "Fazenda Valinhos", com área de dois mil e trinta e três hectares, oitenta ares e oitenta e nove centiares, situado no Município de Maracaju, objeto das Matrículas nºs 4.208, fls. 86, Livro 3-F, 4.263, fls. 102, Livro 3-E, 4.246, fls. 97, Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maracaju; 5.762, fls. 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sidrolândia; 91.777, fls. 269, Livro 3-B0; 91.763, fls. 207, Livro 3-B0; 260, fls. 50, Livro 3; 65.624, fls. 187, Livro 3-BB; 65.583, fls. 181, Livro 3-BB e 81.077, fls. 192, Livro 3-B1, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo INCRA/SR-16/nº 54290.001187/00-43);

V - "Baixetas e Japi de Dentro", com área de dois mil e oitenta e quatro hectares, situado no Município de Cuiabá, objeto dos Registros nºs R-3-541, fls. 136v, Livro 2-F e R-1-1.959, fls. 283, Livro 2-F, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Cuiabá, Estado do Pará (Processo INCRA/SR-18/nº 54320.000496/2001-17);

VI - "Fazenda Santa Isabel", com área de oitocentos e oitenta e três hectares e setenta ares, situado no Município de Ramilândia, objeto do Registro nº R-16-7.885, fls. 1, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54201.000610/98-26);

VII - conhecido como "Fazenda Marabá II", com área de dois mil, quatrocentos e cinco hectares, setenta e sete ares e quatro centiares, situado nos Municípios de Congonhinhas e Santo Antônio do Paraíso, objeto do Registro nº R-7-2.544, fls. 3v, Livro 2-J, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54200.002799/99-28);

VIII - conhecido como "Fazenda Jaciretã", com área de dois mil, setenta e nove hectares, um are e dez centiares, situado no Município de Renascença, objeto das Matrículas nºs 5.204, fls. 1, Livro 2; 19.825, fls. 1, Livro 2; 6.420, fls. 1, Livro 2; 5.208, fls. 1, Livro 2 e 6.423, fls. 1, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54202.000417/98-94);

Publicado no D.O.U.
de 30 / 08 / 20 13
Seção 01 página 98
Joel Sérgio

PORTARIA Nº 688 , DE 03 DE Junho DE 2013

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.029662/2008, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de CUIABÁ, estado de Mato Grosso, o canal 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

94
Rubrica
M. das Comunicações

PARECER Nº 725/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO nº 53000.028898/2013

INTERESSADO: Sistema de Comunicação Riwen Ltda.

ASSUNTO: Consulta renovação de outorga.

I - Consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre pedidos de renovação de outorga apresentados antecipadamente ao Ministério das Comunicações sem atendimento do prazo previsto em lei.

II - Observância obrigatória do art. 4º da Lei nº 5.785/72, que fixa o período compreendido entre três e seis meses anteriores ao término do prazo da outorga para apresentação do requerimento de renovação.

III - Restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica sobre a possibilidade de o Ministério das Comunicações conhecer de pedido de renovação de outorga apresentado antes do período fixado na legislação.

2. A consulta foi formulada na Nota Técnica nº 1175/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC emitida pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial nos seguintes termos:

"a) O Ministério pode conhecer e, uma vez cumpridas as exigências legais, deferir o pedido de renovação de outorga para o novo período, embora o requerimento tenha sido apresentado antes do prazo máximo fixado no art. 4º § 1º da Portaria 329/12, que recepcionou o Decreto nº 88.066/67, ou seja, antes de 6 meses para o vencimento da outorga, para este processo e também para todos os demais casos que se encontrem em situação similar?

b) Em caso positivo, qual seria o tempo máximo de antecipação a ser considerado razoável para conhecimento e deferimento do pedido apresentado antecipadamente?"

3. De acordo com a referida manifestação, a entidade Sistema de Comunicação Riwen Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, formulou pedido de renovação da outorga dois meses antes do prazo previsto na legislação. Contudo, apresentou, segundo o órgão, toda documentação exigida pela Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012, preenchendo, portanto, os requisitos para obter o deferimento de seu pedido.

4. Esclarecido o tema, passamos ao seu exame.

5. O prazo para as entidades delegatárias do serviço de radiodifusão solicitarem renovação de suas outorgas encontra-se fixado no art. 4º da Lei nº 5.785/72. A norma determina que o pedido de renovação deve ser apresentado ao Poder Público no período compreendido entre seis e três meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. A matéria encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83 e tratada na Portaria nº 329/2012 do Ministério das Comunicações.

6. Desse modo, não restam dúvidas de que qualquer pedido formulado fora do prazo legalmente previsto será extemporâneo e não deverá sequer ser recebido pelo Poder Público. A lei não

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - sala 920 - CEP 70.044-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: conjur@mc.gov.br

8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Parecer nº 725/2014-DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU (13212339) 032912/2014-928916-21 / pg. 2/2

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

23/08/2022 10:49:28

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta - CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (televisão educativa)

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de cassação da outorga associada à Fundação Educa Mais, outrora denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Heitor dos S. C. Pereira

2.3 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor Andre Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Ramal 6263

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária - COROC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

RE: Consulta - CGFM

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Ter, 23/08/2022 12:53

Para: coroc <coroc@mcom.gov.br>; Heitor dos Santos C Pereira <heitor.pereira@mcom.gov.br>; André Saraiva de Paula <andre.paula@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Fundação Educa Mais, outrora denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária <coroc@mctic.gov.br>

Enviado: terça-feira, 23 de agosto de 2022 10:49

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta - CGFM

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (televisão educativa)

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de cassação da outorga associada à Fundação Educa Mais, outrora denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto e sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQkAGVkdRiZTdlWY4MDMtNGQxMi1hY2QxLTM4NTEwMzJiNDI2ZAAQADmVQ57LNWhMqkvpAk0...

Documento assinado eletronicamente em 23/08/2022 às 12:53 por Heitor dos Santos C Pereira, no cargo de Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária, com o certificado digital nº 10042323/007 - SEI 53900.034929/2016-21 pág. 262

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 coroc@mcom.gov.br associada à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária

2.2 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Heitor dos S. C. Pereira

2.3 andre.paula@mcom.gov.br associado ao servidor Andre Saraiva de Paula

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Ramal 6263

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Educativa e Comunitária - COROC

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/inbox/id/AAQkAGVtODRiZTdlWY4MDMtNGQxMi1hY2QxLTM4NTEwMzJiNDI2ZAAQADmVQ57LNWhMqkvpAk0...

Documento assinado digitalmente por Heitor dos Santos C Pereira em 23/08/2022 às 17:02:23 - 2/2

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/1999	
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO EDUCA MAIS					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO EDUCA MAIS				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada					
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA		NÚMERO 1836	COMPLEMENTO ANDAR 14 SALA 1401		
CEP 78.050-280	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ACLIMACAO	MUNICÍPIO CUIABA		UF MT	
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM		TELEFONE (65) 3025-4440/ (65) 3025-4444			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Página: 1/1



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae411b071e>

cdffcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS
CNPJ: 03.211.077/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:10:36 do dia 21/09/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/03/2024.

Código de controle da certidão: **44D5.B3E4.4FD4.D873**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0047489099

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **15/01/2024** Hora da emissão: **10:10:02**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **14/03/2024**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TBMT7B9272K22272**




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO 726038/2024		PROCESSO 1506639	EXERCÍCIO GERAL
CONTRIBUINTE 380197		INSCRIÇÃO MUNICIPAL LANCAMENTOS DIVERSOS - 97666	
 1501202403211077000107001005657260382190460241506639			
NOME FUNDACAO EDUCA MAIS			
CPF/CNPJ 03.211.077/0001-07		RG/INSCR. ESTADUAL 00000000000	
ENDEREÇO Av. RUBENS DE MENDONCA,HIST (ANT AV CPA), 1836 - ANDAR 14 SALA 1401 - JARDIM ACLIMACAO - CUIABA/MT			
BAIRRO JARDIM ACLIMACAO		FINALIDADE	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em dívida ativa da prefeitura municipal de Cuiabá. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer título, de dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, segunda-feira, 15 de janeiro de 2024


Lilian Paula Alves Modesto da Costa
Procuradora Fiscal do Município

Certidão valida até 14 de Abril de 2024.



Validade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.damara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.211.077/0001-07

Razão Social: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS

Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA 1836 SALA 1104/1107 /
BOSQUE DA SAÚDE / CUIABÁ / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/01/2024 a 10/02/2024

Certificação Número: 2024011218534219759127

Informação obtida em 15/01/2024 11:12:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 3477585/2024

Expedição: 15/01/2024, às 11:08:44

Validade: 13/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior

Cadastro e-MEC

Ação Premiada
14º Concurso Inovação na
Gestão Pública Federal

Bem vindo ao Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.

A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos.

As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.

Os dados dos cursos de Especialização possuem natureza declaratória, pertencendo às instituições a responsabilidade pela veracidade das informações inseridas no Cadastro, nos termos da legislação. (Art. 29, PN nº 21/2017)

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

CNPJ



37.868.675/0002-48

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : MANTENEDORA -> CNPJ



Exportar Pdf



Exportar Excel

Código

Razão Social/Sigla

CNPJ

Categoria

Total IES(Em
Atividade)

Total IES(Extintas)

Nenhum registro encontrado!

© 2024 Ministério da Educação - Sistema e-MEC. Todos os direitos reservados.

Versão do Sistema: origin-master-273

Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior

Cadastro e-MEC

Ação Premiada
14º Concurso Inovação na
Gestão Pública Federal

Bem vindo ao Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.

A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos.

As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.

Os dados dos cursos de Especialização possuem natureza declaratória, pertencendo às instituições a responsabilidade pela veracidade das informações inseridas no Cadastro, nos termos da legislação. (Art. 29, PN nº 21/2017)

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☒ Instituição de Ensino Superior ☐ Curso de Graduação ☐ Curso de EspecializaçãoNome, Sigla ou Código da
Instituição:

fapri

UF:

Mato Grosso

Município:

Selecione...

Categoria
Administrativa:☐ Pública Municipal ☐ Pública Federal ☐ Pública Estadual
☐ Privada sem fins lucrativos ☐ Privada com fins lucrativos ☐ Especial

Organização Acadêmica:

☐ Faculdade ☐ Centro Universitário ☐ Institutos Federais ☐ Universidade ☐ Escola de Governo

Tipo de Credenciamento:

☐ Presencial ☐ EAD ☐ Presencial - Lato-sensu
☐ Escola Governo - EaD ☐ Escola Governo - Presencial

Índice:

Selecione...

☐ 1☐ 2☐ 3☐ 4☐ 5☐ SC

Situação:

Ativa

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR



Histórico de índices



Exportar

Instituição - IES

Sigla

Município/UF

Organização Acadêmica

Categoria Administrativa

IGC

CI

CI-EaD

Nenhum registro encontrado!



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento (Protocolo nº 9214321-55902053520-204023) pg. 270

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Cadastro

ao Sistema

para BASIS

Avaliação

Regularidade de Curso

requerentes

Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior

Cadastro e-MEC

Ação Premiada

14º Concurso Inovação na

Gestão Pública Federal

Bem vindo ao Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.

A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos.

As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.

Os dados dos cursos de Especialização possuem natureza declaratória, pertencendo às instituições a responsabilidade pela veracidade das informações inseridas no Cadastro, nos termos da legislação. (Art. 29, PN nº 21/2017)

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☒ Instituição de Ensino Superior

☐ Curso de Graduação

☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

prime

UF:

Mato Grosso

Município:

Selecione...

Categoria Administrativa:

☐ Pública Municipal

☐ Pública Federal

☐ Pública Estadual

☐ Privada sem fins lucrativos

☐ Privada com fins lucrativos

☐ Especial

Organização Acadêmica:

☐ Faculdade

☐ Centro Universitário

☐ Institutos Federais

☐ Universidade

☐ Escola de Governo

Tipo de Credenciamento:

☐ Presencial

☐ EAD

☐ Presencial - Lato-sensu

☐ Escola Governo - EaD

☐ Escola Governo - Presencial

Índice:

Selecione...

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5

☐ SC

Situação:

Ativa

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Histórico de Índices

Exportar Excel

Instituição - IES

▲

Sigla

♦

Município/UF

Organização Acadêmica

♦

Categoria Administrativa

♦

IGC

♦

CI

♦

CI-EaD

♦

Nenhum registro encontrado!

© 2024 Ministério da Educação - Sistema e-MEC. Todos os direitos reservados.

Versão do Sistema: origin-master-273



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/pdf/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2024-02-27/2024-02-27-2711.pdf pg. 271

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Interessada/Outorgada: Fundação Altamiro Galindo (Fundação Educa Mais)

CNPJ nº: 03.211.077/0001-07

Município: Cuiabá

Estado: MT

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 03/06/2016

Período da outorga a ser renovado: 16/07/2017 a 16/07/2032

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	Pedido Inicial SEI 1169104 fl.1 Rep. Francisco B. Galindo Netto Protocolado em: 03/06/2016 último Pedido: SEI 9951100 fls.2 e 3 Francisco B. Galindo Filho Protocolado em 02/06/2022	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	Outros pedidos realizados no decorrer do processo: SEI 1786468 SEI 1962952 Ano: 2017 SEI 4480765 Ano: 2019 SEI 5364794 Ano: 2020 SEI 7928038 Ano: 2021
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Sim () Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10305886 Emitido em: 12/08/2022	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	Solicitação de atualização do SIACCO - Processo 53115.025269/2022-91 (COATO_MCOM_JUR)

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



<p>3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	<p>Estatuto SEI 1786468 fls. 4 a 13 Data: 04/05/2015</p> <p>SEI 5364799 fls.1 a 12 Data: 31/10/2017</p> <p>SEI 9951101 Data: 16/04/2020</p> <p>ATA Alteração da denominação (Fundação de Estrela de Davi) para Fundação Altamiro Galindo SEI 1169104 fls. 2 a 6 Data: 04/05/2015</p> <p>Ata de eleição e Alteração estatutária SEI 4480755 fls. 1 a 17 Data: 31/10/2017</p> <p>Ata de eleição e Alteração da denominação para Fundação Educa Mais SEI 9951103 Data: 17/09/2019</p> <p>Ata de Alteração estatutária (Inclusão de objeto social) SEI 5629712 fls.2 e 3 Data: 16/04/2020</p> <p>Ata de Eleição para recomposição do conselho Diretor SEI 10274564 fls.1 a 10 Data: 03/09/2021</p> <p>Previsão da vigência do mandato: 03/09/2025</p>	<p>- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	<p>- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.</p>
<p>4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p><input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica</p>	<p>SEI 7928041 fl.1 a 3 Data: 08/07/2021</p> <p>SEI 10169261 fl.1 a 4 Data: 07/07/2022</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	<p>-</p>



5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	SEI 7928045 Ano: 2020 -2021 SEI 9951112 e SEI 9951113 Data: Dez/2021	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	11315717 pg.1 Emitida em 15/01/2024	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Federal 11315717 pg.2 Válida até 19/03/2024	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Certidão de Falência e concordata Estadual SEI 10169262 Válida até 29/07/2022
		Estadual 11315717 pg.3 Válida até 14/03/2024		
		Municipal 11315717 pg.4 Válida até 14/04/2024		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.camara.gov.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11315717 pg. Válida até	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11315717 pg.5 Válida até 10/02/2024	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11315717 pg.6 Válida até 13/07/2024	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951128 Francisco Bello Galindo Filho SEI 10274565 Emanuel Romeu de Caires Galindo SEI 10274566 Nicolas Elias Saab Neto SEI 7928042 José Roberto Bezerra SEI 10274567 Maria Aparecida Fernandes Mendonça	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10305812 Emitida em 23/07/2021 Validade da Rad. 16/07/2032	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	-

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação de fundação de natureza privada com instituição de ensino ou com o Município onde o serviço é executado.	() Sim (X) Não () Não se aplica	Convênio FAPRIME SEI 9951104 fls. 1 a 3 Vigência do Instrumento Jurídico até 27/03/2037	art. 16, caput e §§ 5º e 6º da Portaria nº 3.238/2018	Termo de Convênio de Colaboração Mútua: CETEPS SEI nº 1971528 fls. 2 a 9 Ano: 12/07/2017 Convênio FAPRIME SEI 9951104 fls. 1 a 3 Data: 28/03/2022 Documentos da representante da IES (Patrícia H. Kawano) SEI 9951105, 9951106 e 9951108 Registro e-Mec - pendente 11315897
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada não <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação, não está sendo possível a proposição de deferimento.

Analisado por:	Data:
Nome: Heitor dos S. C. Pereira Cargo: Analista Técnico-Administrativo	15/01/2024



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Assistente, em 15/01/2024, às 11:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10299149** e o código CRC **A577AD89**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> Documento nº 1460 (1460/21460) E1533016382221432212016-279 pg. 279

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 1313/2024/MCOM

Brasília, 15 de janeiro de 2024.

Ao Senhor

Francisco Bello Galindo Filho

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ nº 03.211.077/0001-07

Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

CEP: 78050-000 / Cuiabá - MT

Assunto: **Processo nº 53900.034929/2016-21. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informo que, após análise da documentação acostada ao processo em referência, que trata da renovação da outorga para o serviço de radiodifusão educativa, na localidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, foi constatada a necessidade de saneamento das seguintes pendências, conforme *Checklist* (10299149):

1.1. **Cópia do instrumento jurídico firmado com Instituição de Ensino Superior - IES** nos termos do art. 138, caput e §§ 4º, 5º e 6º da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.

- O convênio deverá ser firmado com Instituição de Educação Superior (IES) (i) credenciada pelo Ministério da Educação (MEC- <https://emec.mec.gov.br/>), com (ii) sede ou campus no estado ou no Distrito Federal onde o serviço será executado, que (iii) garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação, e estar acompanhado de (iv) cópia do documento de identificação do representante da IES com a qual o convênio foi firmado;
- Exigência necessária pois não foi localizado o cadastro da IES junto ao MEC (<https://emec.mec.gov.br/>) da IES informada, Fapprime - Faculdade Prime Ltda. CNPJ nº 37.868.675/0002-48.

1.2. **Cópia do documento de identificação do representante legal da Instituição de Ensino Superior**, nos termos do Anexo XV, item 'e', da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023;

1.3. **Comprovação da legitimidade do representante legal da Instituição de Ensino Superior (IES) que firmou convênio com a interessada**, nos termos do § 5º, do art. 138, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1/2023.

Informo, ainda, que já está disponível o sistema que possibilita encaminhar e receber

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

documentos de forma eletrônica. Mais informações: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>.

3. Na resposta solicito a gentileza de indicar o número do processo de renovação da entidade (SEI 53900.034929/2016-21), para agilizar o trâmite.

4. Estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação. Se esta entidade entender necessário prorrogar o prazo, deverá apresentar pedido fundamentado dentro do referido prazo. O não atendimento poderá resultar no arquivamento do pedido de renovação, além de outras implicações legais.

5. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 310 - Brasília/DF - CEP 70.044-900

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

Documento assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2023.

Documentos a serem enviados no anexo(s) do e-mail de notificação ou impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):

Anexo - Checklist de avaliação - 10299149.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Assistente, em 15/01/2024, às 11:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11315820** e o código CRC **DBD252CF**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11315820



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcd/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

15/01/2024 14:33:11

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<coroc@mcom.gov.br>

Para:

FUNDACAOEDUCAMAIIS@GMAIL.COM
GALINDO.NETTO@GMAIL.COM

Assunto:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Senhor

Francisco Bello Galindo Filho

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ nº 03.211.077/0001-07

Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

CEP: 78050-000 / Cuiabá - MT

Assunto: Processo nº 53900.034929/2016-21. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 1313/2024/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53900.034929/2016-21.

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:



Protocolo Digital do MCom ([https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

ministerio-das-comunicacoes).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

Anexos:

Checklist_10299149.html

Oficio_11315820.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Correspondência Eletrônica 1/23-10270

SEI 3336036929203-2-21 pg. 2/4

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 10/06/1999</div>
------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

NOME EMPRESARIAL
FUNDACAO EDUCA MAIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
FUNDACAO EDUCA MAIS

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO
AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA

NÚMERO
1836

COMPLEMENTO
ANDAR 14 SALA 1401

CEP
78.050-280

BAIRRO/DISTRITO
JARDIM ACLIMACAO

MUNICÍPIO
CUIABA

UF
MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO
FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM

TELEFONE
(65) 3025-4440/ (65) 3025-4444

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
08/07/2001

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/04/2024 às 10:26:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2024-04-02-10-26-56-2.pdf.pdf8285

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.211.077/0001-07 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova consulta](#)[Avaliar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2026-26-2/pg.ppt8286>



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0048758987

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **02/04/2024** Hora da emissão: **09:28:07**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **31/05/2024**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2MK9KBM2M7U722KK**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO

726038/2024

1506639

PROCESSO

EXERCÍCIO

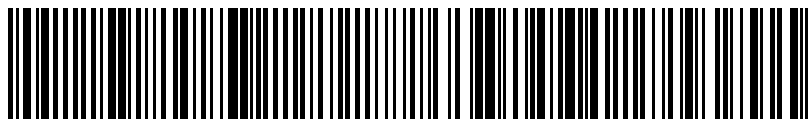
GERAL

CONTRIBUINTE

380197

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

LANCAMENTOS DIVERSOS - 97666



1501202403211077000107001005657260382190460241506639

NOME

FUNDACAO EDUCA MAIS

CPF/CNPJ

03.211.077/0001-07

RG/INSCR. ESTADUAL

00000000000

ENDEREÇO

Av. RUBENS DE MENDONCA,HIST (ANT AV CPA), 1836 - ANDAR 14 SALA 1401 - JARDIM ACLIMACAO - CUIABA/MT

BAIRRO

JARDIM ACLIMACAO

FINALIDADE

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em dívida ativa da prefeitura municipal de Cuiabá. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer título, de dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, segunda-feira, 15 de janeiro de 2024


Lillian Paula Alves Modesto da Costa
Procuradora Fiscal do Município

Certidão válida até 14 de Abril de 2024.



Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura-da-materia-legislativa/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7ae41b071e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Fundacao Educa Mais

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:28:05 do dia 02/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.211.077/0001-07
Razão Social: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS
Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA 1836 SALA 1104/1107 /
BOSQUE DA SAÚDE / CUIABÁ / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/03/2024 a 26/04/2024

Certificação Número: 2024032819111924447920

Informação obtida em 02/04/2024 10:33:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 22030811/2024

Expedição: 02/04/2024, às 10:27:12

Validade: 29/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Interessada/Outorgada: Fundação Altamiro Galindo (Fundação Educa Mais)

CNPJ nº: 03.211.077/0001-07

Município: Cuiabá

Estado: MT

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 03/06/2016

Período da outorga a ser renovado: 16/07/2017 a 16/07/2032

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	Pedido Inicial SEI 1169104 fl.1 Rep. Francisco B. Galindo Netto Protocolado em: 03/06/2016 último Pedido: SEI 9951100 fls.2 e 3 Francisco B. Galindo Filho Protocolado em 02/06/2022	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	Outros pedidos realizados no decorrer do processo: SEI 1786468 SEI 1962952 Ano: 2017 SEI 4480765 Ano: 2019 SEI 5364794 Ano: 2020 SEI 7928038 Ano: 2021
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Sim () Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	() Sim () Não () Não se aplica		- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



<p>3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	<p>Estatuto SEI 1786468 fls. 4 a 13 Data: 04/05/2015</p> <p>SEI 5364799 fls.1 a 12 Data: 31/10/2017</p> <p>SEI 9951101 Data: 16/04/2020</p> <p>ATA Alteração da denominação (Fundação de Estrela de Davi) para Fundação Altamiro Galindo SEI 1169104 fls. 2 a 6 Data: 04/05/2015</p> <p>Ata de eleição e Alteração estatutária SEI 4480755 fls. 1 a 17 Data: 31/10/2017</p> <p>Ata de eleição e Alteração da denominação para Fundação Educa Mais SEI 9951103 Data: 17/09/2019</p> <p>Ata de Alteração estatutária (Inclusão de objeto social) SEI 5629712 fls.2 e 3 Data: 16/04/2020</p> <p>Ata de Eleição para recomposição do conselho Diretor SEI 10274564 fls.1 a 10 Data: 03/09/2021</p> <p>Previsão da vigência do mandato: 03/09/2025</p>	<p>- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	<p>- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.</p>
<p>4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p><input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica</p>	<p>SEI 7928041 fl.1 a 3 Data: 08/07/2021</p> <p>SEI 10169261 fl.1 a 4 Data: 07/07/2022</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	<p>-</p>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



5. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	SEI 7928045 Ano: 2020 -2021 SEI 9951112 e SEI 9951113 Data: Dez/2021	- Art. 113, inciso III do Decreto nº 52.795, de 1963.	- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.
6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	Não se aplica	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, não sendo aplicável os institutos da falência ou recuperação judicial (concordata) - art. 1º da Lei nº 11.101, de 2005.
7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	11452411 pg.1 Emitida em 02/04/2024	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
8. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	Federal 11452411 pg.2 Pendente	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
		Estadual 11452411 pg.3 Válida até 31/05/2024		
		Municipal 11452411 pg.4 Válida até 14/04/2024		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>pg. 296pg. 296

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11452411 pg.5 Válida até 02/05/2024	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11452411 pg.6 Válida até 26/04/2024	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11452411 pg.7 Válida até 29/09/2024	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951128 Francisco Bello Galindo Filho SEI 10274565 Emanuel Romeu de Caires Galindo SEI 10274566 Nicolas Elias Saab Neto SEI 7928042 José Roberto Bezerra SEI 10274567 Maria Aparecida Fernandes Mendonça	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10305812 Emitida em 23/07/2021 Validade da Rad. 16/07/2032	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	-

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11452415** e o código CRC **8688FD84**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 11452415



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento em PDF nº 53900.034929/2016-21 pg. 300

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 11446/2024/MCOM

Brasília, 02 de abril de 2024.

Ao Senhor

Francisco Bello Galindo Filho

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ nº 03.211.077/0001-07

Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

CEP: 78050-000 / Cuiabá - MT

Assunto: **Processo nº 53900.034929/2016-21. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informo que, após análise da documentação acostada ao processo em referência, que trata da renovação da outorga para o serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso, foi constatada a necessidade de saneamento das seguintes pendências, conforme *Checklist* (11452415):

- **Certidão Negativa da Receita Federal/PGFN** em relação à entidade, para comprovar a regularidade perante a Fazenda Federal, nos termos do art. 113, inciso VI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#). Obs.: Não foi possível atualizar.

2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** pelo Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>. Ressalto que, para fins de peticionamento no Sistema, é necessário possuir cadastro no Portal gov.br (caso não possua, é possível solicitá-lo em <https://acesso.gov.br/>).

3. Mais informações sobre o Protocolo Digital podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/protocolo-digital>.

4. **Na resposta, devem ser mencionados o número deste Ofício e do processo em referência (53900.034929/2016-21), condição para que o pleito seja analisado.**

5. Para atender esta notificação, fica estabelecido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação.

6. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, a entidade deverá se atentar a apresentar o pedido, devidamente fundamentado, antes do final do prazo concedido neste Ofício. Caso contrário, o pedido será considerado intempestivo e poderá resultar no arquivamento ou indeferimento do processo, conforme o caso, além de outras implicações legais.

Por fim, este Órgão permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.gov.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

necessários.

Atenciosamente,

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, térreo - Brasília/DF - CEP 70.044-902

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

*Documento assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2023.

Anexos:

Checklist (11452415).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Assistente, em 02/04/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11452445** e o código CRC **15397501**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11452445



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Data de Envio:

02/04/2024 13:53:44

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<copec@mcom.gov.br>

Para:

GALINDO.NETTO@GMAIL.COM
antonio@kopec.com.br
barcik@creapr.org.br
fbgf@globo.com
etecon.contabilidade@hotmail.com
sei@sistemaplug.com.br
FUNDACAOALTAMIROGALINDO@GMAIL.COM
tvmaisengenharia@tvmaisnews.com.br

Assunto:

Ministerio das Comunicações

Mensagem:

Ao Senhor

Francisco Bello Galindo Filho

Representante Legal da FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO

Inscrição no CNPJ nº 03.211.077/0001-07

Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1836 - Sala 1104/1107 - Bosque da Saúde

CEP: 78050-000 / Cuiabá - MT

Assunto: Processo nº 53900.034929/2016-21. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 11446/2024/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53900.034929/2016-21

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-mcom>).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-leg-br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

Anexos:

Checklist_11452415.html

Oficio_11452445.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Resposta da Comissão 12482672

05/03/2022 12:21 pg 3/4

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/1999
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO EDUCA MAIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO EDUCA MAIS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada		
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA	NÚMERO 1836	COMPLEMENTO ANDAR 14 SALA 1401
CEP 78.050-280	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ACLIMACAO	MUNICÍPIO CUIABA
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM		TELEFONE (65) 3025-4440/ (65) 3025-4444
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **23/04/2024** às **11:12:50** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS
CNPJ: 03.211.077/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:17:04 do dia 16/04/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/10/2024.

Código de controle da certidão: **8D1E.4E51.902B.20D7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND N° 0049091710

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **23/04/2024** Hora da emissão: **10:13:46**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **21/06/2024**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **T27TTBL2227MB2TA**





PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO

748340/2024

1587201

PROCESSO

EXERCÍCIO

GERAL

CONTRIBUINTE

380197

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

LANCAMENTOS DIVERSOS - 97666



1704202403211077000107001005657483402309330241587201

NOME

FUNDACAO EDUCA MAIS

CPF/CNPJ

03.211.077/0001-07

RG/INSCR. ESTADUAL

00000000000

ENDEREÇO

Av. RUBENS DE MENDONCA,HIST (ANT AV CPA), 1836 - ANDAR 14 SALA 1401 - JARDIM ACLIMACAO - CUIABA/MT

BAIRRO

JARDIM ACLIMACAO

FINALIDADE

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em dívida ativa da prefeitura municipal de Cuiabá. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer título, de dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, quarta-feira, 17 de abril de 2024

Lílian Paula Alves Modesto da Costa
Procuradora Fiscal do Município

Certidão válida até 16 de Julho de 2024.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-legisl/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Fundacao Educa Mais

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:13:41 do dia 06/06/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/07/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.211.077/0001-07
Razão Social: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS
Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA 1836 SALA 1104/1107 / BOSQUE DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/05/2024 a 22/06/2024

Certificação Número: 2024052419171208073646

Informação obtida em 06/06/2024 18:14:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 28308132/2024

Expedição: 23/04/2024, às 11:17:14

Validade: 20/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CPF/CNPJ: **03.211.077/0001-07**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 18:14:46 do dia 06/06/2024 , com validade até o dia 06/07/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: Nz d5Lf1TYe216PthIdcU

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Id solicitação: 57dbab9a0a0bf

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: Fundacao Educa Mais	
Nome Fantasia: Fundacao Educa Mais	
Telefone: (65) 30254440	E-mail: fundacaoeducamais@gmail.com
CNPJ: 03.211.077/0001-07	Número do Fistel: 50410936529
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/07/2002	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 16/07/2032	
Observações: Ato nº 1.768, de 28/03/2008, publicado no DOU. de 01/04/2008.	

Endereço Sede		
Logradouro: Av. Historiador Rubens de Mendonca	Complemento: Andar 14 Sala 1401	
Bairro: Jardim Aclimacao	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050280

Endereço Correspondência		
Logradouro: AV. BEIRA RIO, 3100 - SALA 105 - JARDIM EUROPA	Complemento:	
Bairro: JARDIM EUROPA	Numero: .	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78015480

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA	Complemento: 14º ANDAR, SALA 1408	
Bairro: BOSQUE DA SAÚDE	Numero: 1836	
Município: Cuiabá	UF: MT	CEP: 78050000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Cuiabá	UF: MT

Parâmetros Técnicos			
Canal: 18	Frequência: 497 MHz	Classe: A	ERP Máxima: 10.0324kW
HCI: 88.1 m	Pareamento: 31171	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



24/11/2017 14:47 eletronicamente, após conferência com original.

https://infopg-autenticidade-assinatura-demora-leg-br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2016-23-2pgpg1313

Informações Gerais	
Número da Estação: 1001843093	Número Indicativo: ZYQ729
Data Último Licenciamento: 23/07/2021	Número da Licença: 53500.034708/2021-22

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 15° 35' 6.50" S	Longitude: 56° 04' 47.32" W	Cota da base: 217.1 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 004571500352	Modelo: EC704HP (3400W)
Fabricante: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos SA	Potência de Operação: 1.183 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 1-5/8	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEM		
Comprimento da Linha: 62 m	Atenuação: 1.59 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ISDE81836UT	Fabricante: IDEAL ANTENAS				
Ganho: 10.77 dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: 240 °	Polarização: Elíptica	HCI: 88.14 m	ERP Máxima: 10.03 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	5°: 1.51	10°: 1.72	15°: 1.83	20°: 1.94	25°: 1.83	30°: 1.72	35°: 1.51	40°: 1.21	45°: 1.01	50°: 0.92	55°: 0.72
60°: 0.72	65°: 0.72	70°: 0.82	75°: 1.01	80°: 1.21	85°: 1.41	90°: 1.72	95°: 1.83	100°: 2.05	105°: 2.05	110°: 1.94	115°: 1.83
120°: 1.51	125°: 1.21	130°: 0.92	135°: 0.63	140°: 0.35	145°: 0.26	150°: 0.18	155°: 0.18	160°: 0.26	165°: 0.35	170°: 0.45	175°: 0.63
180°: 0.82	185°: 1.01	190°: 1.21	195°: 1.31	200°: 1.31	205°: 1.31	210°: 1.31	215°: 1.21	220°: 1.01	225°: 0.92	230°: 0.82	235°: 0.82
240°: 0.72	245°: 0.82	250°: 0.82	255°: 1.01	260°: 1.11	265°: 1.21	270°: 1.31	275°: 1.41	280°: 1.31	285°: 1.31	290°: 1.11	295°: 0.92
300°: 0.72	305°: 0.54	310°: 0.35	315°: 0.18	320°: 0.09	325°: 0	330°: 0	335°: 0.09	340°: 0.26	345°: 0.45	350°: 0.72	355°: 1.01

Coordenadas por radial											
0°: Lat 15°16'10.67" S Lon 56°4'47.32" W	5°: Lat 15°16'5.54" S Lon 56°3'3.84" W	10°: Lat 15°16'46.59" S Lon 56°1'26.27" W	15°: Lat 15°17'25.97" S Lon 56°5'58.34.82" W	20°: Lat 15°15'18'39.3" S Lon 56°5'58.34.82" W	25°: Lat 15°19'53.02" S Lon 56°5'58.34.82" W	30°: Lat 15°20'54.11" S Lon 56°5'58.34.82" W	35°: Lat 15°15'21'1.31" S Lon 56°5'58.34.82" W	40°: Lat 15°21'12.41" S Lon 56°5'58.34.82" W	45°: Lat 15°21'39.56" S Lon 56°5'58.34.82" W	50°: Lat 15°22'28.42" S Lon 56°5'58.34.82" W	55°: Lat 15°23'36.28" S Lon 56°5'58.34.82" W
60°: Lat 15°24'52.78" S Lon 56°4'47.32" W	65°: Lat 15°26'25.56" S Lon 56°3'3.84" W	70°: Lat 15°15'28'3.05" S Lon 56°1'26.27" W	75°: Lat 15°29'50.73" S Lon 56°5'58.34.82" W	80°: Lat 15°15'31'34.3" S Lon 56°5'58.34.82" W	85°: Lat 15°33'19.91" S Lon 56°5'58.34.82" W	90°: Lat 15°15'35'5.49" S Lon 56°5'58.34.82" W	95°: Lat 15°36'54.37" S Lon 56°5'58.34.82" W	100°: Lat 15°38'35.95" S Lon 56°5'58.34.82" W	105°: Lat 15°40'16.75" S Lon 56°5'58.34.82" W	110°: Lat 15°41'55.21" S Lon 56°5'58.34.82" W	115°: Lat 15°43'33.78" S Lon 56°5'58.34.82" W
120°: Lat 15°24'52.78" S Lon 56°4'47.32" W	125°: Lat 15°26'25.56" S Lon 56°3'3.84" W	130°: Lat 15°15'28'3.05" S Lon 56°1'26.27" W	135°: Lat 15°29'50.73" S Lon 56°5'58.34.82" W	140°: Lat 15°15'31'34.3" S Lon 56°5'58.34.82" W	145°: Lat 15°33'19.91" S Lon 56°5'58.34.82" W	150°: Lat 15°15'35'5.49" S Lon 56°5'58.34.82" W	155°: Lat 15°36'54.37" S Lon 56°5'58.34.82" W	160°: Lat 15°38'35.95" S Lon 56°5'58.34.82" W	165°: Lat 15°40'16.75" S Lon 56°5'58.34.82" W	170°: Lat 15°41'55.21" S Lon 56°5'58.34.82" W	175°: Lat 15°43'33.78" S Lon 56°5'58.34.82" W
180°: Lat 15°24'52.78" S Lon 56°4'47.32" W	185°: Lat 15°26'25.56" S Lon 56°3'3.84" W	190°: Lat 15°15'28'3.05" S Lon 56°1'26.27" W	195°: Lat 15°29'50.73" S Lon 56°5'58.34.82" W	200°: Lat 15°15'31'34.3" S Lon 56°5'58.34.82" W	205°: Lat 15°33'19.91" S Lon 56°5'58.34.82" W	210°: Lat 15°15'35'5.49" S Lon 56°5'58.34.82" W	215°: Lat 15°36'54.37" S Lon 56°5'58.34.82" W	220°: Lat 15°38'35.95" S Lon 56°5'58.34.82" W	225°: Lat 15°40'16.75" S Lon 56°5'58.34.82" W	230°: Lat 15°41'55.21" S Lon 56°5'58.34.82" W	235°: Lat 15°43'33.78" S Lon 56°5'58.34.82" W
240°: Lat 15°24'52.78" S Lon 56°4'47.32" W	245°: Lat 15°26'25.56" S Lon 56°3'3.84" W	250°: Lat 15°15'28'3.05" S Lon 56°1'26.27" W	255°: Lat 15°29'50.73" S Lon 56°5'58.34.82" W	260°: Lat 15°15'31'34.3" S Lon 56°5'58.34.82" W	265°: Lat 15°33'19.91" S Lon 56°5'58.34.82" W	270°: Lat 15°15'35'5.49" S Lon 56°5'58.34.82" W	275°: Lat 15°36'54.37" S Lon 56°5'58.34.82" W	280°: Lat 15°38'35.95" S Lon 56°5'58.34.82" W	285°: Lat 15°40'16.75" S Lon 56°5'58.34.82" W	290°: Lat 15°41'55.21" S Lon 56°5'58.34.82" W	295°: Lat 15°43'33.78" S Lon 56°5'58.34.82" W
300°: Lat 15°24'52.78" S Lon 56°4'47.32" W	305°: Lat 15°26'25.56" S Lon 56°3'3.84" W	310°: Lat 15°15'28'3.05" S Lon 56°1'26.27" W	315°: Lat 15°29'50.73" S Lon 56°5'58.34.82" W	320°: Lat 15°15'31'34.3" S Lon 56°5'58.34.82" W	325°: Lat 15°33'19.91" S Lon 56°5'58.34.82" W	330°: Lat 15°15'35'5.49" S Lon 56°5'58.34.82" W	335°: Lat 15°36'54.37" S Lon 56°5'58.34.82" W	340°: Lat 15°38'35.95" S Lon 56°5'58.34.82" W	345°: Lat 15°40'16.75" S Lon 56°5'58.34.82" W	350°: Lat 15°41'55.21" S Lon 56°5'58.34.82" W	355°: Lat 15°43'33.78" S Lon 56°5'58.34.82" W

Distância por radial											
0°: 35.1	5°: 35.4	10°: 34.5	15°: 33.9	20°: 32.4	25°: 31.1	30°: 30.4	35°: 31.9	40°: 33.6	45°: 35.2	50°: 36.4	55°: 37.1
60°: 37.9	65°: 38	70°: 38.2	75°: 37.6	80°: 37.6	85°: 37.4	90°: 37.9	95°: 38.6	100°: 37.4	105°: 37.1	110°: 37	115°: 37.1



120°: 37.9	125°: 38.6	130°: 39	135°: 39.9	140°: 40.2	145°: 40.5	150°: 40.8	155°: 40.6	160°: 41.1	165°: 41.5	170°: 42	175°: 42.3
180°: 42	185°: 41.7	190°: 41.5	195°: 41.1	200°: 40.5	205°: 40.2	210°: 39.9	215°: 39.5	220°: 39.5	225°: 39.6	230°: 39.6	235°: 38.6
240°: 38.7	245°: 39.3	250°: 39.6	255°: 39.2	260°: 38.9	265°: 39.5	270°: 39.8	275°: 39.8	280°: 38.6	285°: 40.2	290°: 40.9	295°: 40.6
300°: 40.6	305°: 40.2	310°: 39.3	315°: 39.5	320°: 39.3	325°: 39	330°: 38.9	335°: 38.3	340°: 38.3	345°: 37.3	350°: 36.7	355°: 36.7

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 10.03 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	688	Portaria	MC	03/06/2012	05/08/2013	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000296622008	7208	Ato	ORLE	28/11/2013	29/11/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	686	Despacho	SSCE	22/10/2014	10/06/2015	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
535000180672019	123	Despacho	ER07	30/05/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.046730/2019-09	7155	Ato	ORLE	13/11/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.211.077/0001-07									
FUNDACAO EDUCA MAIS											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EMANUEL ROMEU DE CAIRES GALINDO	277.645.488-04	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	257.563.678-70	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
JOSE ROBERTO BEZERRA	621.067.161-68	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONÇA	421.356.801-68	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
NICOLAS ELIAS SAAB NETO	290.948.968-00	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: -

Data: 23/04/2024

Hora: 12:11:32



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		277.645.488-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EMANUEL ROMEU DE CAIRES GALINDO	277.645.488-04	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (VICE-PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

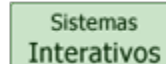
Usuário: -

Data: 23/04/2024

Hora: 12:12:33



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		257.563.678-70									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FRANCISCO BELLO GALINDO NETTO	257.563.678-70	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: -

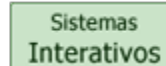
Data: 23/04/2024

Hora: 12:12:39



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-20210629/20210629/3108318>

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		621.067.161-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO BEZERRA	621.067.161-68	FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDACAO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (1º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: -

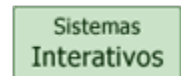
Data: 23/04/2024

Hora: 12:12:47



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41bb071e>

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

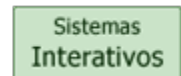
Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		421.356.801-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONÇA	421.356.801-68	FUNDAÇÃO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDAÇÃO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (2º TESOUREIRO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: - Data: 23/04/2024 Hora: 12:12:54



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-07aae41b071e>

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		290.948.968-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NICOLAS ELIAS SAAB NETO	290.948.968-00	FUNDAÇÃO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	TV	--	MT	Cuiabá
		FUNDAÇÃO EDUCA MAIS	03.211.077/0001-07	Diretor (SECRETÁRIO)	0	--	--	GTVD	--	MT	Cuiabá

Usuário: - Data: 23/04/2024 Hora: 12:13:02



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/cbj77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/Docamento%20Caj77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-SEI35553339-2024/2024-0216-21/321321.pdf>

Data de Envio:

23/04/2024 12:20:41

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<copec@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta - CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (televisão educativa)

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de cassação da outorga associada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC

2.2 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Heitor dos S. C. Pereira

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC

Anexos:

Correspondencia_Eletronica_10342893.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

RE: Consulta - CGFM

De: Marcio da Silva Barbosa marcio.barbosa@mcom.gov.br
Para: COPEC COPEC@mcom.gov.br, Heitor dos Santos C Pereira heitor.pereira@mcom.gov.br
Cc: Karina César da Silveira Santos Menezes karina.menezes@mcom.gov.br
Enviado: quarta-feira, 24 de abril 11:21

Senhor (a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<copec@mcom.gov.br>
Enviado: terça-feira, 23 de abril de 2024 12:20
Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
Assunto: Consulta - CGFM

Processo nº: [53900.034929/2016-21](#)

Assunto: Solicitação de informações de sanção (processo) de cassação de outorga (televisão educativa)

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de cassação da outorga associada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, que executa o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga em relação a interessada indicada acima; e

1.3 de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre ope



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticadigital.assintira.camara.leg.br/cd/cdb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>
Documento assinado em 2024/04/23 às 11:21:32.323

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC

2.2 heitor.pereira@mcom.gov.br - associado à(ao) servidor(a) Heitor dos S. C. Pereira

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Heitor dos S. C. Pereira

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadegraassinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA TELEVISÃO EDUCATIVA
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53900.034929/2016-21

Interessada/Outorgada: Fundação Altamiro Galindo (Fundação Educa Mais)

CNPJ nº: 03.211.077/0001-07

Município: Cuiabá

Estado: MT

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 03/06/2016

Período da outorga a ser renovado: 16/07/2017 a 16/07/2032

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	Pedido Inicial SEI 1169104 fl.1 Rep. Francisco B. Galindo Netto Protocolado em: 03/06/2016 último Pedido: SEI 9951100 fls.2 e 3 Francisco B. Galindo Filho Protocolado em 02/06/2022	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017 e Decreto nº 10.775/2021)	Outros pedidos realizados no decorrer do processo: SEI 1786468 SEI 1962952 Ano: 2017 SEI 4480765 Ano: 2019 SEI 5364794 Ano: 2020 SEI 7928038 Ano: 2021
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "d"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "e"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.2 item "f"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "g"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "h"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "i"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.leg.br/cdcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> 2019-2026 pg. 326

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "j"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951100 fl.3 item "l"	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	-
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	() Sim () Não (X) Não se aplica	Não se aplica	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	- A interessada/ outorgada tem natureza de fundação de direito privado, logo, ela não possui capital social - art. 62 e seguintes do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO);	() Sim () Não () Não se aplica		- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



<p>3. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	<p>Estatuto SEI 1786468 fls. 4 a 13 Data: 04/05/2015</p> <p>SEI 5364799 fls.1 a 12 Data: 31/10/2017</p> <p>SEI 9951101 Data: 16/04/2020</p> <p>ATA Alteração da denominação (Fundação de Estrela de Davi) para Fundação Altamiro Galindo SEI 1169104 fls. 2 a 6 Data: 04/05/2015</p> <p>Ata de eleição e Alteração estatutária SEI 4480755 fls. 1 a 17 Data: 31/10/2017</p> <p>Ata de eleição e Alteração da denominação para Fundação Educa Mais SEI 9951103 Data: 17/09/2019</p> <p>Ata de Alteração estatutária (Inclusão de objeto social) SEI 5629712 fls.2 e 3 Data: 16/04/2020</p> <p>Ata de Eleição para recomposição do conselho Diretor SEI 10274564 fls.1 a 10 Data: 03/09/2021</p> <p>Previsão da vigência do mandato: 03/09/2025</p>	<p>- Art. 113, inciso I do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	<p>- Revogado pelo art. 6º, inciso I, alínea "c" do Decreto nº 10.775, de 2021.</p>
<p>4. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p><input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica</p>	<p>SEI 7928041 fl.1 a 3 Data: 08/07/2021</p> <p>SEI 10169261 fl.1 a 4 Data: 07/07/2022</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	<p>-</p>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



9. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11489478 pg.5 Válida até 23/05/2024	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11489478 pg.6 Válida até 15/05/2024	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	-
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11489478 pg.7 Válida até 20/10/2024	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	-



12. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 9951128 Francisco Bello Galindo Filho SEI 10274565 Emanuel Romeu de Caires Galindo SEI 10274566 Nicolas Elias Saab Neto SEI 7928042 José Roberto Bezerra SEI 10274567 Maria Aparecida Fernandes Mendonça	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
13. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	SEI 10305812 Emitida em 23/07/2021 Validade da Rad. 16/07/2032	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	-

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 7428/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.034929/2016-21.

INTERESSADA: FUNDACAO EDUCA MAIS.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata de pedido formulado pela Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50410936529, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, para o período de 16/07/2017 a 16/07/2032.

2. Os autos foram instaurados em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento (1169104, pg. 1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado **intempestivo**, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da [Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016](#), publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na [Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017](#)), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

3. Posteriormente, em decorrência de alterações na legislação de radiodifusão, foram realizadas sucessivas notificações à Radiodifusora, com vistas à complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito, conforme expõe-se a seguir:

a) Nota Técnica 10499 (1877996) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#) e [Portaria nº 4.335, de 2015](#), vigente à época;

b) Nota Técnica 25302 (2354029) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 9.138, de 2017](#), e [Portaria nº 4.335, de 2015](#), vigente à época;

c) Nota Técnica 13107 (3039531) e Nota Técnica 7135 (5369639) - exigência relativa a análise técnica; aprovação conforme Despacho 3176520;

d) Nota Técnica 4471 (5232036), Nota Técnica 1613 (6505839) e Nota Técnica 4498 (7034791) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), [Portaria nº 3.238, de 2018](#), atualmente consolidada na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#), e [Portaria nº 6.843, de 10 de dezembro de 2019](#), publicada no DOU de 11/12/2019, atualmente incorporada na [Portaria SECOE/MCom nº 2, de 2 de junho de 2023](#), publicada no DOU de 5/6/2023;



e) Ofício 4692 (9517064) e Ofício 14932 (10082141) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e Portarias [nº 3.238, de 2018](#), e [nº 2.524, de 4 de maio de 2021](#), ambas atualmente consolidadas na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#);

f) Ofício 1313 (11315820) e Ofício 11446 (11452445) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

4. Por fim, emitiu-se o Checklist 11489464, no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".

5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

6. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 15 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por decreto, subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, posteriormente enviado ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 2º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).

7. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

8. De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/cdb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2021061211pg03334>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

9. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

10. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 06 de setembro de 2001, publicado no DOU de 10/09/2001 (8205742, pg. 9), e do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no DOU de 06/06/2002 (8205742, pg. 8). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/07/2022 (8205742, pgs. 4 a 7), data utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga, de acordo com o [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

11. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento (1169104, pg.1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado **intempestivo**, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da [Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016](#), publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na [Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017](#)), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

12. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 16/07/2017, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

13. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11489464).

14. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

15. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#) (9951100, pgs. 2 e 3). Acostou, também, certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10169261, pgs. 1 a 4).

16. Conforme art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 15 de janeiro de 2024](#), as radiodifusoras e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais poderão deter até 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora e 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

o país, dentro dos seguintes limites:

I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de: [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

- a) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- b) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- c) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- d) frequência modulada; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- e) ondas médias; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- f) ondas tropicais; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- g) ondas curtas; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens. [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (11489643), em 23/04/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 2024](#).

18. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (11352509, pgs. 3 a 5), atendendo-se, dessa forma, à legislação.

19. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11489524), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Nesse sentido, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11489663), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

20. Observa-se, ainda, que constam nos autos certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidões emitidas pela Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor. Ainda, consultou-se o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e verificou-se que não há restrição da pessoa jurídica ou dos dirigentes para celebrarem contratos com a Administração Pública (11489478).

21. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

22. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

25. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10305812), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 23/07/2021, com validade até 16/07/2032.

26. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

27. Oportunamente, destaca-se que, antes da assinatura do termo aditivo de renovação prevista pelo art. 115 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e o início dos efeitos legais decorrentes da deliberação do Conselho Nacional, deverá ocorrer a atualização dos documentos que certifiquem a situação regular da



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CONCLUSÃO

28. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) remessa dos autos à **Consultoria Jurídica** deste Ministério das Comunicações, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em tratamento, incluindo as minutas dos atos, na forma do art. 11 da [Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993](#);

b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

c) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

29. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

30. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 06/06/2024, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, **Assistente**, em 06/06/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/06/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/06/2024, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11489518** e o código CRC **E57881A2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53900.034929/2016-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº ____/____/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 06 de setembro de 2001, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado em 06/06/2002, e, conforme Contrato firmado com a União publicado em 16/07/2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura/camara-legis/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Minuta de Exposição de Motivos (Lei nº 14.066/2022)

2024-07-30 16:34:00

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 06/06/2024, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 06/06/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/06/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/06/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11489668** e o código CRC **7689A887**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11489668



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura/camara-leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Ministério da Comunicação (MCM) - Lei nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 - pg. 341

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE DECRETO PRESIDENCIAL

DECRETO Nº , DE DE 2024.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e o art. 223, **caput**, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 06 de setembro de 2001, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002 e, Contrato firmado com a União publicado em 16/07/2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

§ 1º A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de ; ° da Independência e ° da República.

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2024/2024-21/342342>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 06/06/2024, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 06/06/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/06/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/06/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11489676** e o código CRC **9C4722A4**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11489676



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2024/06/20/216-21/343343>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51923/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM (11489518)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM (11489518), a qual trata de pedido formulado pela Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50410936529, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, para o período de 16/07/2017 a 16/07/2032.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 27/06/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11585596** e o código CRC **7ED6F25D**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11585596



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADO: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

EMENTA: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. POSSIBILIDADE.

- I. O prazo de vigência de outorgas de radiodifusão de sons e imagens é de quinze anos, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos (art. 223, § 5º, da CF e art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962).
- II. A decisão a respeito da renovação de outorga de radiodifusão sonora é de competência do Presidente da República, que para produzir efeitos depende de deliberação do Congresso Nacional (art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972 e art. 223, § 3º, da CF).
- III. Pela ausência de óbices jurídicos ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de **renovação do prazo de vigência de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos** na localidade de **Cuiabá/MT**, vinculada ao FISTEL nº **50410936529** de titularidade da **Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)**, CNPJ nº **03.211.077/0001-07**, referente ao período compreendido entre **16 de julho de 2017 a 16 de julho de 2032**.

2. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela pessoa jurídica interessada em 03 de junho de 2016 (SEI **1169104**).

3. A outorga foi atribuída à requerente por meio do Decreto de 06 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de setembro de 2001 (SEI **8205742**), e ratificado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de junho de 2002 (SEI **8205742**).

4. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI **11489663**) e da **NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM** (SEI **11489518**), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida **NOTA TÉCNICA**:

(...)

21. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

5. É oportuno destacar o item da **NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM** que esclarece o seguinte:

(...)

2. Os autos foram instaurados em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento (1169104, pg. 1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da Lei nº 5.785, de 1972, que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado **intempestivo**, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016 publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

6. Constam ainda do processo minutas de decreto (SEI **11489676**) e de exposição de motivos (SEI **11489668**) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

É o relatório.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/docbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 345



cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

8. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a renovação de concessão de televisão

9. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

10. Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de decreto, a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (art. 6º, § 1º, e art. 31, § 2º, do RSR). Mas, após a deliberação favorável do Congresso Nacional, cabe ao Ministro das Comunicações firmar o correspondente contrato de concessão (art. 16, § 10 e art. 31-A, § 11, do RSR).

11. A própria CRFB estabelece que o prazo de outorgas de televisão é de quinze anos e que poderá ser renovado (art. 223, §§ 3º e 5º, da CRFB). Por sua vez, o § 3º do art. 33 do CBT, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que o prazo de vigência das concessões para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens é de dez anos, podendo ser renovado por períodos sucessivos e iguais. Do mesmo modo, o art. 111 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, preconiza que os prazos de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão podem ser renovados por períodos iguais e sucessivos.

12. No âmbito do Poder Executivo, a competência para decidir a respeito da renovação de concessão de televisão é do Presidente da República por meio de Decreto, mediante prévia instrução realizada pelo Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972^[1], e art. 165, Parágrafo único, do Decreto-lei nº 200, de 1967^[2]). Mas, conforme determina o § 3º do art. 223 da CFRB, para que tenha efeitos o ato de renovação de outorga de radiodifusão deve ser submetido à deliberação do Congresso Nacional. Portanto, assim como o ato de outorga original, a renovação do prazo de vigência de outorgas de radiodifusão decorre de um ato complexo, pois envolve decisões tanto do Poder Executivo como do Congresso Nacional. Sendo assim, o Decreto que aprove a renovação da concessão de radiodifusão deve ser submetido ao Congresso Nacional. Em caso de decisão favorável à renovação, cabe ao Ministro das Comunicações celebrar o correspondente termo aditivo ao contrato de concessão (art. 31-A, § 11 c/c art. 115 do RSR).

13. Para que a outorga de radiodifusão possa ser renovada, a concessionária deve cumprir uma série de requisitos a serem analisados pelo poder concedente. Nesse sentido, assim estabelece o parágrafo único do art. 67 do CBT:

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

14. De modo semelhante, o art. 2º da Lei nº 5.784, de 1972, prevê o seguinte:

Art. 2º A renovação da concessão ou permissão fica subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço.

15. É o que também dispõe o art. 110 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017:

Art. 110. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.

16. Não estando presente algum dos requisitos necessários ou caso julgue que a prorrogação da vigência da outorga é contrária ao interesse público, o Poder Executivo deve declarar a "perempção" da outorga (arts. 5º e 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A do RSR). Também é vedada a renovação da outorga quando tenha sido aplicada a pena de cassação por decisão inistrativa definitiva, ainda que esteja pendente de confirmação por decisão judicial^[3] (art. 158, II, da Portaria de Consolidação de 2023). Porém, para evitar abusos e riscos de violação à liberdade de radiodifusão, o § 2º do art. 223 da CRFB exige que a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2023062014092066-21> / pg. 346

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

decisão de indeferimento da renovação de outorga de radiodifusão seja confirmada pelo Congresso Nacional em deliberação com quórum de aprovação de dois quintos (art. 4º, § 4º, da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A, p. único, do RSR).

17. Nos termos do caput do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades detentoras de outorgas de radiodifusão que desejaram renová-las devem apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de outorga^[4]. Mas o § 3º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, incluído pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que, se não houver pedido tempestivo de renovação, o poder concedente deve notificar o outorgado “para que se manifeste no prazo de noventa dias, contado da data da notificação”.

18. O art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, estabeleceu que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos de renovação intempestivos que tenham sido protocolizados ou encaminhados até o dia 26 de maio de 2022^[5]. Além disso, o art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, também permitiu que as entidades titulares de outorgas já vencidas e que não houvessem apresentado requerimento de renovação até aquela data, teriam o prazo de noventa dias para se manifestarem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que esse prazo tenha terminado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022^[6].

19. A fim de evitar descontinuidade na prestação do serviço, se o prazo da outorga expirar sem que haja decisão definitiva a respeito do pedido de renovação, os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, dispõem que nesse caso “o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário” nas “mesmas condições dele decorrentes”.

20. É importante destacar que o requerimento de renovação de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Portanto, ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada^[7].

21. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea “a”, do CBT). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea “c” do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

22. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea “a”, do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

23. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea “g”, do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013). É recomendável que a observância a esses limites também seja checada durante o processo de renovação de outorga.

24. Considerando que a licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão (art. 31-A, I, do RSR), no processo de renovação da outorga o poder concedente deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida.

25. Além disso, a renovação do prazo de outorga de radiodifusão depende do pagamento integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

26. O requerimento de renovação de outorga deve ser apresentado ao Ministério das Comunicações acompanhado dos seguintes documentos: (i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (iii) prova de inscrição no CNPJ; (iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (vi) prova de regularidade relativa à seguridade social; (vii) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (viii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; (ix) declaração de que: (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (art. 113 do RSR).



27. Neste ponto, é importante destacar que, embora o inciso IV do art. 113 do RSR exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então, para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

28. É recomendável ainda que o Ministério das Comunicações consulte o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021) a fim de verificar se há algum empecilho à contratação com o poder público, o que inviabiliza a prorrogação do contrato de concessão.

29. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Nesse caso, deve-se considerar que o pedido de renovação referente ao período já esgotado perdeu seu objeto, devendo o Ministério das Comunicações limitar sua análise ao pedido de renovação referente ao período que ainda não tenha se encerrado^[8].

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido de renovação

30. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela interessada em em 03 de junho de 2016 (SEI **1169104**). Nesse ato, a requerente foi representada pelo **sr. Francisco Bello Gallindo Netto**, na condição de presidente da **Fundação Educa Mais**^[9].

31. De acordo com a certidão do 1º Serviço Notarial e Registral (SEI **10169261**), à época do requerimento o representante da pessoa jurídica interessada exercia a função de administrador da entidade que detém a outorga. Portanto, pode-se concluir que a requerente está adequadamente representada.

32. Embora não tenha sido observado o prazo previsto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, como o pedido de renovação foi apresentado antes de 26 de maio de 2022, deve ser devidamente processado com base no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017.

33. A pessoa jurídica interessada foi constituída sob a forma de fundação e apresentou instrumento jurídico sob a forma de convênio firmado com B.O CONCEIÇÃO E SILVA SERVIÇOS EDUCACIONAIS EIRELI CETEPS CENTRO DE TECNOLOGIA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (Faculdade Unificada de Ensino Superior), instituição de educação superior credenciada pelo MEC como Faculdade (SEI **11352509**), que lhe garante o fornecimento de suporte pedagógico para a produção de seus programas educacionais. Portanto, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, bem como a exigência de que tratam os §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

34. Em sua **NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM** (SEI **11489518**), a SECOE informou que a pessoa jurídica interessada possui licença de funcionamento **válida até 16 de julho de 2032**. Com isso se pode afirmar que está mantida a possibilidade técnica. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA**:

(...)

25. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10305812), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 23/07/2021, com validade até 16/07/2032.

35. Com base em pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), a SECOE também informou em sua Nota Técnica que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967:

(...)

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (11489643), em 23/04/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, alterado pela Lei nº 14.812, de 2024.

36. De acordo com as informações que constam da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI **11489464**), todos os dirigentes da pessoa jurídica que requereu a renovação da outorga são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

37. Em sua **NOTA TÉCNICA**, **no item 19**, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

38. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua **NOTA TÉCNICA** que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito	Base normativa	Forma de comprovação
-----------	----------------	----------------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoes-autenticidade-assinatura.camara-legislativa/77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/202406210621 / pg. 348

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

À consideração superior.

Brasília, 11 de julho de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

- ¹ Art. 6º Os pedidos de renovação de concessão serão instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta.
- ² Art. 165. (...) Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como Órgão Central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.
- ³ Vide o PARECER n. 00031/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.034031/2023-38).
- ⁴ É oportuno destacar que a regra vigente até a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).
- ⁵ Vide os §§ 29 a 32 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁶ Vide o § 33 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁷ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁸ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁹ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.
- ¹⁰ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556700764 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sapiens.agu.gov.br> / pg. 350

cd4bf77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01166/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADA: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

À DIADM, a fim de restituir os autos à SECOE.

Brasília, 11 de julho de 2024.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf



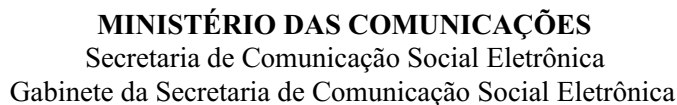
Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556812008 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:59. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 351

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Processo nº: 53900.034929/2016-21

Atenciosamente,



Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento n° 11633117



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/cbb77-e1e3-4059-bc38-b7a9e41b0071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CPF/CNPJ: **03.211.077/0001-07**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:05:41 do dia 10/09/2024 , com validade até o dia 10/10/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: sqDSDTYzA4PVVmuyweVv

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2026-2pg.pdf> 85353

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Certidão nº: 55230504/2024

Expedição: 12/08/2024, às 15:16:26

Validade: 08/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO EDUCA MAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.211.077/0001-07**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.tst.br/pdf/03211077-0001-07-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/2024-2026-20pg.854354>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.211.077/0001-07
Razão Social: FUNDACAO EDUCA MAIS
Endereço: AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA 1836 SALA 1104/1107 / BOSQUE DA SAUDE / CUIABA / MT / 78050-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/08/2024 a 25/09/2024

Certificação Número: 2024082704011208073624

Informação obtida em 10/09/2024 15:05:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/crf/bb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Fundacao Educa Mais

CNPJ: 03.211.077/0001-07

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:06:31 do dia 10/09/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/10/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/cdfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> 10/09/2024, 15:06:356



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO

772753/2024

1685021

PROCESSO

EXERCÍCIO

GERAL

CONTRIBUINTE

380197

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

LANCAMENTOS DIVERSOS - 97666



0808202403211077000107001005657727532425240241685021

NOME

FUNDACAO EDUCA MAIS

CPF/CNPJ

03.211.077/0001-07

RG/INSCR. ESTADUAL

000000000000

ENDEREÇO

Av. RUBENS DE MENDONCA,HIST (ANT AV CPA), 1836 - ANDAR 14 SALA 1401 - JARDIM ACLIMACAO - CUIABA/MT

BAIRRO

JARDIM ACLIMACAO

FINALIDADE

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em dívida ativa da prefeitura municipal de Cuiabá. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer título, de dívidas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, quinta-feira, 08 de agosto de 2024


Lilian Paula Alves
Procuradora Fiscal do Município

Certidão válida até 06 de Novembro de 2024.



idade da Certidão poderá ser confirmada em: <http://emissao.cuiaba.mt.gov.br/portal/>

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/pdf/b77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e-2026-2pg.pdf>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0051407265

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Data da emissão: **07/08/2024** Hora da emissão: **15:04:46**

Nome/denominação do sujeito passivo: **FUNDACAO EDUCA MAIS**

CNPJ: **03.211.077/0001-07**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidão válida até: **05/10/2024**.

Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TBT2LUL2UU29B2MB**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.


A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.


				REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.211.077/0001-07 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/1999	
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO EDUCA MAIS					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO EDUCA MAIS				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada					
LOGRADOURO AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA		NÚMERO 1836	COMPLEMENTO ANDAR 14 SALA 1401		
CEP 78.050-280	BAIRRO/DISTRITO JARDIM ACLIMACAO	MUNICÍPIO CUIABA		UF MT	
ENDEREÇO ELETRÔNICO FUNDACAOEDUCAMAI@GMAIL.COM		TELEFONE (65) 3025-4440/ (65) 3025-4444			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/08/2024** às **15:02:56** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS
CNPJ: 03.211.077/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:17:04 do dia 16/04/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/10/2024.

Código de controle da certidão: **8D1E.4E51.902B.20D7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53900.034929/2016-21.

Referência: Parecer nº 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11632843).

Interessado(a): Fundação Educa Mais (anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo).

Assunto: Serviço de radiodifusão de sons e imagens. Outorga educativa. Renovação. Atendimento às recomendações feitas pela Consultoria Jurídica. Envio dos autos ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

Ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (GACSE).

1. O processo trata de pedido formulado pela Fundação Educa Mais, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, objetivando a renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50410936529, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, referente ao período de 16 de julho de 2017 a 16 de julho de 2032.

2. Por meio da Nota Técnica 7428 (11489518), acompanhada do do Ofício Interno 51923 (11585596), esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, formulado pela Radiodifusora, e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídica.

3. A unidade consultiva, por sua vez, exarou o Parecer nº 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11632843), posicionando-se favoravelmente à renovação da outorga, desde que atendidas algumas recomendações, a saber:

39. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[10].

[...]

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga de radiodifusão de que trata o presente processo, desde que **atendida a ressalva contida no item 41 deste PARECER**. [grifo no original]

4. Em atenção ao parágrafo 39 da Manifestação Jurídica, esclarecemos que, em nova consulta às certidões vencidas, foi constatada a regularidade da Interessada (11786381).

5. Atendida(s) a(s) recomendação(ões), encaminhamos os autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para que, em caso de aprovação desta manifestação, sejam reenviados ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação.

Brasília, 10 de setembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/autenticacao/11632843/2024/09/10/2361pg.361>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 10/09/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 12/09/2024, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11786470** e o código CRC **49CB7F2F**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Decreto Presidencial (11489676);
- Minuta de Exposição de Motivos (11489668).

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11786470



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Documento assinado em 10/09/2024 às 15:39 por Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal. Documento nº 11786470. 2362pg. 362

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 13 de setembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.034929/2016-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 6 de setembro de 2001, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado em 6 de junho de 2002, e, conforme Contrato firmado com a União publicado em 16 de julho de 2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

DECRETO DE , DE DE 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e o art. 223, **caput**, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no Processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 6 de setembro de 2001, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002 e, Contrato firmado com a União publicado em 16 de julho de 2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> 0034929/pg16631 / pg. 363

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

§ 1º A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; º da Independência e º da República.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Juscelino Filho



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/09/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11872875** e o código CRC **062D90B6**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11872875



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 364

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 54912/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos nº 689/2024 (11872875)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho_MCOM (11786470), encaminho a Exposição de Motivos nº 698/2024 (11872875), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 19/09/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11872876** e o código CRC **AAD5F338**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11872876



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 55380/2024/MCOM

Brasília, 27 de setembro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11872875)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7428/2024 (11489518), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 689/2024 (11872875), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/09/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11895695** e o código CRC **06903E38**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11895695



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Brasília, 9 de Outubro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.034929/2016-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 6 de setembro de 2001, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado em 6 de junho de 2002, e, conforme Contrato firmado com a União publicado em 16 de julho de 2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Exposição de Motivos nº 0000024/2024-00/91426015350205020/2016-21/pt6-267/ pg. 367

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no Processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 6 de setembro de 2001, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002 e, Contrato firmado com a União publicado em 16 de julho de 2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

§ 1º A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-datenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfc0bb77e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e/Expostadocuments/BR0000074122241607914235115359305323/231629/2016-268/> pg. 368

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdficb077ce1e340559bc38cb7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADO: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

EMENTA: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM FINS
EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. POSSIBILIDADE.

I. O prazo de vigência de outorgas de radiodifusão de sons e imagens é de quinze anos, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos (art. 223, § 5º, da CF e art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962).

II. A decisão a respeito da renovação de outorga de radiodifusão sonora é de competência do Presidente da República, que para produzir efeitos depende de deliberação do Congresso Nacional (art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972 e art. 223, § 3º, da CF).

III. Pela ausência de óbices jurídicos ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de renovação do prazo de vigência de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na localidade de Cuiabá/MT, vinculada ao FISTEL nº 50410936529 de titularidade da Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo), CNPJ nº 03.211.077/0001-07, referente ao período compreendido entre 16 de julho de 2017 a 16 de julho de 2032.

2. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela pessoa jurídica interessada em 03 de junho de 2016 (SEI 1169104).

3. A outorga foi atribuída à requerente por meio do Decreto de 06 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de setembro de 2001 (SEI 8205742), e ratificado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de junho de 2002 (SEI 8205742).

4. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI 11489663) e da NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM (SEI 11489518), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida NOTA TÉCNICA:

(

21. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Exposição de motivos nº 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nº 53900.034929/2016-21 pg. 370

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

deferimento da renovação da outorga.

5. É oportuno destacar o item da NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM que esclarece o seguinte:

(...)

2. Os autos foram instaurados em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento 1(169104, pg. 1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado intempestivo, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

6. Constan ainda do processo minutas de decreto (SEI 11489676) e de exposição de motivos (SEI 11489668) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

É o relatório.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

7. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

8. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a renovação de concessão de televisão

9. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de



titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

10. Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de decreto, a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (art. 6º, § 1º, e art. 31, § 2º, do RSR). Mas, após a deliberação favorável do Congresso Nacional, cabe ao Ministro das Comunicações firmar o correspondente contrato de concessão (art. 16, § 10 e art. 31-A, § 11, do RSR).

11. A própria CRFB estabelece que o prazo de outorgas de televisão é de quinze anos e que poderá ser renovado (art. 223, §§ 3º e 5º, da CRFB). Por sua vez, o § 3º do art. 33 do CBT, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que o prazo de vigência das concessões para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens é de dez anos, podendo ser renovado por períodos sucessivos e iguais. Do mesmo modo, o art. 111 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, preconiza que os prazos de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão podem ser renovados por períodos iguais e sucessivos.

12. No âmbito do Poder Executivo, a competência para decidir a respeito da renovação de concessão de televisão é do Presidente da República por meio de Decreto, mediante prévia instrução realizada pelo Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972[1], e art. 165, Parágrafo único, do Decreto-lei nº 200, de 1967[2]). Mas, conforme determina o § 3º do art. 223 da CFRB, para que tenha efeitos o ato de renovação de outorga de radiodifusão deve ser submetido à deliberação do Congresso Nacional. Portanto, assim como o ato de outorga original, a renovação do prazo de vigência de outorgas de radiodifusão decorre de um ato complexo, pois envolve decisões tanto do Poder Executivo como do Congresso Nacional. Sendo assim, o Decreto que aprove a renovação da concessão de radiodifusão deve ser submetido ao Congresso Nacional. Em caso de decisão favorável à renovação, cabe ao Ministro das Comunicações celebrar o correspondente termo aditivo ao contrato de concessão (art. 31-A, § 11 c/c art. 115 do RSR).

13. Para que a outorga de radiodifusão possa ser renovada, a concessionária deve cumprir uma série de requisitos a serem analisados pelo poder concedente. Nesse sentido, assim estabelece o parágrafo único do art. 67 do CBT:

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

14. De modo semelhante, o art. 2º da Lei nº 5.784, de 1972, prevê o seguinte:

Art. 2º A renovação da concessão ou permissão fica subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço.

15. É o que também dispõe o art. 110 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado



pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017:

Art. 110. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.

16. Não estando presente algum dos requisitos necessários ou caso julgue que a prorrogação da vigência da outorga é contrária ao interesse público, o Poder Executivo deve declarar a "perempção" da outorga (arts. 5º e 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A do RSR). Também é vedada a renovação da outorga quando tenha sido aplicada a pena de cassação por decisão administrativa definitiva, ainda que esteja pendente de confirmação por decisão judicial[3] (art. 158, II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Porém, para evitar abusos e riscos de violação à liberdade de radiodifusão, o § 2º do art. 223 da CRFB exige que a

decisão de indeferimento da renovação de outorga de radiodifusão seja confirmada pelo Congresso Nacional em deliberação com quórum de aprovação de dois quintos (art. 4º, § 4º, da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A, p. único, do RSR).

17. Nos termos do caput do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades detentoras de outorgas de radiodifusão que desejaram renová-las devem apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de outorga[4]. Mas o § 3º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, incluído pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que, se não houver pedido tempestivo de renovação, o poder concedente deve notificar o outorgado “para que se manifeste no prazo de noventa dias, contado da data da notificação”.

18. O art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, estabeleceu que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos de renovação intempestivos que tenham sido protocolizados ou encaminhados até o dia 26 de maio de 2022[5]. Além disso, o art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, também permitiu que as entidades titulares de outorgas já vencidas e que não houvessem apresentado requerimento de renovação até aquela data, teriam o prazo de noventa dias para se manifestarem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que esse prazo tenha terminado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022[6].

19. A fim de evitar descontinuidade na prestação do serviço, se o prazo da outorga expirar sem que haja decisão definitiva a respeito do pedido de renovação, os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, dispõem que nesse caso “o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário” nas “mesmas condições dele decorrentes”.

20. É importante destacar que o requerimento de renovação de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Portanto, ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada[7].

21. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", do CBT). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade concessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum



dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

22. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

23. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013). É recomendável que a observância a esses limites também seja checada durante o processo de renovação de outorga.

24. Considerando que a licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão (art. 31-A, I, do RSR), no processo de renovação da outorga o poder concedente deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida.

25. Além disso, a renovação do prazo de outorga de radiodifusão depende do pagamento integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

26. O requerimento de renovação de outorga deve ser apresentado ao Ministério das Comunicações acompanhado dos seguintes documentos: (i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (iii) prova de inscrição no CNPJ; (iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (vi) prova de regularidade relativa à seguridade social; (vii) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (viii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; (ix) declaração de que: (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (art. 113 do RSR).

27. Neste ponto, é importante destacar que, embora o inciso IV do art. 113 do RSR exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a



existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então, para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

28. É recomendável ainda que o Ministério das Comunicações consulte o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021) a fim de verificar se há algum empecilho à contratação com o poder público, o que inviabiliza a prorrogação do contrato de concessão.

29. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Nesse caso, deve-se considerar que o pedido de renovação referente ao período já esgotado perdeu seu objeto, devendo o Ministério das Comunicações limitar sua análise ao pedido de renovação referente ao período que ainda não tenha se encerrado[8].

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido de renovação

30. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela interessada em em 03 de junho de 2016 (SEI 1169104). Nesse ato, a requerente foi representada pelo sr. Francisco Bello Gallindo Netto, na condição de presidente da Fundação Educa Mais[9].

31. De acordo com a certidão do 1º Serviço Notarial e Registral (SEI 10169261), à época do requerimento o representante da pessoa jurídica interessada exercia a função de administrador da entidade que detém a outorga. Portanto, pode-se concluir que a requerente está adequadamente representada.

32. Embora não tenha sido observado o prazo previsto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, como o pedido de renovação foi apresentado antes de 26 de maio de 2022, deve ser devidamente processado com base no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017.

33. A pessoa jurídica interessada foi constituída sob a forma de fundação e apresentou instrumento jurídico sob a forma de convênio firmado com B.O CONCEIÇÃO E SILVA SERVIÇOS EDUCACIONAIS EIRELI CETEPS CENTRO DE TECNOLOGIA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (Faculdade Unificada de Ensino Superior), instituição de educação superior credenciada pelo MEC como Faculdade (SEI 11352509), que lhe garante o fornecimento de suporte pedagógico para a produção de seus programas educacionais. Portanto, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, bem como a exigência de que tratam os §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

34. Em sua NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM (SEI 11489518), a SECOE informou que a pessoa jurídica interessada possui licença de funcionamento válida até 16 de julho de 2032. Com isso se pode afirmar que está mantida a possibilidade técnica. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da NOTA TÉCNICA:

$$(\dots)$$

25. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10305812), verificou-se



que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 23/07/2021, com validade até 16/07/2032.

35. Com base em pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), a SECOE também informou em sua Nota Técnica que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967:

(...)

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco 1(1489643), em 23/04/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, alterado pela Lei nº 14.812, de 2024.

36. De acordo com as informações que constam da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI 11489464), todos os dirigentes da pessoa jurídica que requereu a renovação da outorga são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

37. Em sua NOTA TÉCNICA, no item 19, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

38. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito

- (I) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica
- (II) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica
- (III) Certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não
- (IV) Prova de inscrição no CNPJ
- (V) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal
- (VI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual da sede da pessoa jurídica
- (VII) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica
- (VIII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel
- (IX) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social
- (X) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
- (XI) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- (XII) Declaração de que trata o inciso XI do art. 113 do RSR.

Base normativa

- Art. 113, II, do RSR.
- Art. 113, IV, do RSR.
- Art. 113, IV, c/c § 3º do RSR
- Art. 113, V, do RSR.
- Art. 113, VI, do RSR.
- Art. 113, VI, do RSR.
- Art. 113, VI, do RSR.
- Art. 113, VII, do RSR.
- Art. 113, VIII, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Art. 113, VIII, do RSR.

Art. 113, IX, do RSR.

Art. 113, XI, do RSR.

Forma de comprovação

Atendido (SEI 10169261)

Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)

Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)

Atendido (SEI 11489478)

Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 21/06/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 16/07/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 06/07/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024

Obs.: Mesmo documento do item V.

Atendido (SEI 11489478) Validade: 22/06/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 20/10/2024

Atendido (SEI 9951100)

Obs.: Consta do formulário de requerimento de renovação de outorga. verificar

39. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[10].

Da minuta de Decreto e de Exposição de Motivos

40. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República decidir a respeito do pedido de renovação por meio de Decreto, após instrução do Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113, § 2º, do RSR).

41. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos cumprem o disposto no Decreto nº 9.191, de 2017, e são adequadas e suficientes aos fins a que se destinam. Portanto, estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga de radiodifusão de que trata o presente processo, desde que atendida a ressalva contida no item 41 deste PARECER.

43. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas são adequadas aos fins a que se destinam e estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

44. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, aprove a renovação da outorga, caso em que o ato deverá ser encaminhado para deliberação do Congresso Nacional. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso favorável, deve ser providenciada a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão para formalizar a renovação da outorga (art. 115 do RSR).

45. Por fim, sugere-se o encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dela tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.
À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://p10leg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Brasília, 11 de julho de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

1. ^ Art. 6º Os pedidos de renovação de concessão serão instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta.
2. ^ Art. 165. (...) Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como Órgão Central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.
3. ^ Vide o PARECER n. 00031/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.034031/2023-38).
4. ^ É oportuno destacar que a regra vigente até a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).
5. ^ Vide os §§ 29 a 32 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12).
6. ^ Vide o § 33 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
7. ^ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
8. ^ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
9. ^ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.
10. ^ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556700764 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-deg-br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> 2024-07-11 14:47:53 53900034929201621 pg. 378

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01166/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADA: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

Aprovo o PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

À DIADM, a fim de restituir os autos à SECOE.

Brasília, 11 de julho de 2024.

TIAGO LINHARES DIAS
Advogado da União
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf

Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556812008 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:59. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33608/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.034929/2016-21.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 09/10/2024, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11914950** e o código CRC **2603137E**.

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

Documento nº 11914950



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Brasília, 9 de Outubro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.034929/2016-21, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta do Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 6 de setembro de 2001, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado em 6 de junho de 2002, e, conforme Contrato firmado com a União publicado em 16 de julho de 2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

DECRETO Nº , DE DE DE 2024.

Renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta no Processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 6 de setembro de 2001, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002 e, Contrato firmado com a União publicado em 16 de julho de 2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

§ 1º A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

Referendado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADO: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

EMENTA: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM FINS
EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. POSSIBILIDADE.

I. O prazo de vigência de outorgas de radiodifusão de sons e imagens é de quinze anos, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos (art. 223, § 5º, da CF e art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962).

II. A decisão a respeito da renovação de outorga de radiodifusão sonora é de competência do Presidente da República, que para produzir efeitos depende de deliberação do Congresso Nacional (art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972 e art. 223, § 3º, da CF).

III. Pela ausência de óbices jurídicos ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de renovação do prazo de vigência de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na localidade de Cuiabá/MT, vinculada ao FISTEL n.º 50410936529 de titularidade da Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo), CNPJ nº 03.211.077/0001-07, referente ao período compreendido entre 16 de julho de 2017 a 16 de julho de 2032.

2. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela pessoa jurídica interessada em 03 de junho de 2016 (SEI 1169104).

3. A outorga foi atribuída à requerente por meio do Decreto de 06 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de setembro de 2001 (SEI 8205742), e ratificado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de junho de 2002 (SEI 8205742).

4. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI 11489663) e da NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM (SEI 11489518), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida NOTA TÉCNICA:

(

21. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

5. É oportuno destacar o item da NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM que esclarece o seguinte:

(...)

2. Os autos foram instaurados em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento 1(169104, pg. 1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado intempestivo, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

6. Constam ainda do processo minutas de decreto (SEI 11489676) e de exposição de motivos (SEI 11489668) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

É o relatório.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

7. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

8. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a renovação de concessão de televisão

9. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de



sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

10. Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de decreto, a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (art. 6º, § 1º, e art. 31, § 2º, do RSR). Mas, após a deliberação favorável do Congresso Nacional, cabe ao Ministro das Comunicações firmar o correspondente contrato de concessão (art. 16, § 10 e art. 31-A, § 11, do RSR).

11. A própria CRFB estabelece que o prazo de outorgas de televisão é de quinze anos e que poderá ser renovado (art. 223, §§ 3º e 5º, da CRFB). Por sua vez, o § 3º do art. 33 do CBT, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que o prazo de vigência das concessões para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens é de dez anos, podendo ser renovado por períodos sucessivos e iguais. Do mesmo modo, o art. 111 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, preconiza que os prazos de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão podem ser renovados por períodos iguais e sucessivos.

12. No âmbito do Poder Executivo, a competência para decidir a respeito da renovação de concessão de televisão é do Presidente da República por meio de Decreto, mediante prévia instrução realizada pelo Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972[1], e art. 165, Parágrafo único, do Decreto-lei nº 200, de 1967[2]). Mas, conforme determina o § 3º do art. 223 da CFRB, para que tenha efeitos o ato de renovação de outorga de radiodifusão deve ser submetido à deliberação do Congresso Nacional. Portanto, assim como o ato de outorga original, a renovação do prazo de vigência de outorgas de radiodifusão decorre de um ato complexo, pois envolve decisões tanto do Poder Executivo como do Congresso Nacional. Sendo assim, o Decreto que aprobe a renovação da concessão de radiodifusão deve ser submetido ao Congresso Nacional. Em caso de decisão favorável à renovação, cabe ao Ministro das Comunicações celebrar o correspondente termo aditivo ao contrato de concessão (art. 31-A, § 11 c/c art. 115 do RSR).

13. Para que a outorga de radiodifusão possa ser renovada, a concessionária deve cumprir uma série de requisitos a serem analisados pelo poder concedente. Nesse sentido, assim estabelece o parágrafo único do art. 67 do CBT:

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

14. De modo semelhante, o art. 2º da Lei nº 5.784, de 1972, prevê o seguinte:

Art. 2º A renovação da concessão ou permissão fica subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço.



15. É o que também dispõe o art. 110 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017:

Art. 110. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.

16. Não estando presente algum dos requisitos necessários ou caso julgue que a prorrogação da vigência da outorga é contrária ao interesse público, o Poder Executivo deve declarar a "perempção" da outorga (arts. 5º e 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A do RSR). Também é vedada a renovação da outorga quando tenha sido aplicada a pena de cassação por decisão administrativa definitiva, ainda que esteja pendente de confirmação por decisão judicial[3] (art. 158, II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Porém, para evitar abusos e riscos de violação à liberdade de radiodifusão, o § 2º do art. 223 da CRFB exige que a decisão de indeferimento da renovação de outorga de radiodifusão seja confirmada pelo Congresso Nacional em deliberação com quórum de aprovação de dois quintos (art. 4º, § 4º, da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A, p. único, do RSR).

17. Nos termos do caput do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades detentoras de outorgas de radiodifusão que desejaram renová-las devem apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de outorga[4]. Mas o § 3º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, incluído pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que, se não houver pedido tempestivo de renovação, o poder concedente deve notificar o outorgado “para que se manifeste no prazo de noventa dias, contado da data da notificação”.

18. O art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, estabeleceu que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos de renovação intempestivos que tenham sido protocolizados ou encaminhados até o dia 26 de maio de 2022[5]. Além disso, o art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, também permitiu que as entidades titulares de outorgas já vencidas e que não houvessem apresentado requerimento de renovação até aquela data, teriam o prazo de noventa dias para se manifestarem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que esse prazo tenha terminado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022[6].

19. A fim de evitar descontinuidade na prestação do serviço, se o prazo da outorga expirar sem que haja decisão definitiva a respeito do pedido de renovação, os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, dispõem que nesse caso “o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário” nas “mesmas condições dele decorrentes”.

20. É importante destacar que o requerimento de renovação de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Portanto, ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada[7].

21. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou



indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", do CBT). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

22. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o §1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

23. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013). É recomendável que a observância a esses limites também seja checada durante o processo de renovação de outorga.

24. Considerando que a licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão (art. 31-A, I, do RSR), no processo de renovação da outorga o poder concedente deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida.

25. Além disso, a renovação do prazo de outorga de radiodifusão depende do pagamento integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

26. O requerimento de renovação de outorga deve ser apresentado ao Ministério das Comunicações acompanhado dos seguintes documentos: (i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (iii) prova de inscrição no CNPJ; (iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (vi) prova de regularidade relativa à seguridade social; (vii) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (viii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; (ix) declaração de que: (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas



“b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (art. 113 do RSR).

27. Neste ponto, é importante destacar que, embora o inciso IV do art. 113 do RSR exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então, para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

28. É recomendável ainda que o Ministério das Comunicações consulte o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021) a fim de verificar se há algum empecilho à contratação com o poder público, o que inviabiliza a prorrogação do contrato de concessão.

29. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Nesse caso, deve-se considerar que o pedido de renovação referente ao período já esgotado perdeu seu objeto, devendo o Ministério das Comunicações limitar sua análise ao pedido de renovação referente ao período que ainda não tenha se encerrado[8].

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido de renovação

30. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela interessada em em 03 de junho de 2016 (SEI 1169104). Nesse ato, a requerente foi representada pelo sr. Francisco Bello Gallindo Netto, na condição de presidente da Fundação Educa Mais[9].

31. De acordo com a certidão do 1º Serviço Notarial e Registral (SEI 10169261), à época do requerimento o representante da pessoa jurídica interessada exercia a função de administrador da entidade que detém a outorga. Portanto, pode-se concluir que a requerente está adequadamente representada.

32. Embora não tenha sido observado o prazo previsto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, como o pedido de renovação foi apresentado antes de 26 de maio de 2022, deve ser devidamente processado com base no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017.

33. A pessoa jurídica interessada foi constituída sob a forma de fundação e apresentou instrumento jurídico sob a forma de convênio firmado com B.O CONCEIÇÃO E SILVA SERVIÇOS EDUCACIONAIS EIRELI CETEPS CENTRO DE TECNOLOGIA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (Faculdade Unificada de Ensino Superior), instituição de educação superior credenciada pelo MEC como Faculdade (SEI 11352509), que lhe garante o fornecimento de suporte pedagógico para a produção de seus programas educacionais. Portanto, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, bem como a exigência de que tratam os §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

34. Em sua NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM (SEI 11489518), a SECOE informou que a pessoa jurídica interessada possui licença de funcionamento válida até 16 de julho de 2032. Com isso se pode afirmar que está mantida a possibilidade técnica. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da NOTA TÉCNICA:



(...)

25. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10305812), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 23/07/2021, com validade até 16/07/2032.

35. Com base em pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), a SECOE também informou em sua Nota Técnica que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967:

(...)

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco 1(1489643), em 23/04/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, alterado pela Lei nº 14.812, de 2024.

36. De acordo com as informações que constam da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI 11489464), todos os dirigentes da pessoa jurídica que requereu a renovação da outorga são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

37. Em sua NOTA TÉCNICA, no item 19, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

38. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito

- (I) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica
- (II) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica
- (III) Certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não
- (IV) Prova de inscrição no CNPJ
- (V) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal
- (VI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual da sede da pessoa jurídica
- (VII) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica
- (VIII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel
- (IX) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social
- (X) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
- (XI) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- (XII) Declaração de que trata o inciso XI do art. 113 do RSR.

Base normativa

Art. 113, II, do RSR.

Art. 113, IV, do RSR.

Art. 113, IV, c/c § 3º do RSR

Art. 113, V, do RSR.

Art. 113, VI, do RSR.

Art. 113, VI, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Art. 113, VI, do RSR.
Art. 113, VII, do RSR.
Art. 113, VIII, do RSR.
Art. 113, VIII, do RSR.
Art. 113, IX, do RSR.
Art. 113, XI, do RSR.

Forma de comprovação

Atendido (SEI 10169261)

Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)

Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)

Atendido (SEI 11489478)

Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 21/06/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 16/07/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 06/07/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024

Obs.: Mesmo documento do item V.

Atendido (SEI 11489478) Validade: 22/06/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 20/10/2024

Atendido (SEI 9951100)

Obs.: Consta do formulário de requerimento de renovação de outorga. verificar

39. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[10].

Da minuta de Decreto e de Exposição de Motivos

40. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República decidir a respeito do pedido de renovação por meio de Decreto, após instrução do Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113, § 2º, do RSR).

41. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos cumprem o disposto no Decreto nº 9.191, de 2017, e são adequadas e suficientes aos fins a que se destinam. Portanto, estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga de radiodifusão de que trata o presente processo, desde que atendida a ressalva contida no item 41 deste PARECER.

43. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas são adequadas aos fins a que se destinam e estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

44. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, aprove a renovação da outorga, caso em que o ato deverá ser encaminhado para deliberação do Congresso Nacional. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso favorável, deve ser providenciada a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão para formalizar a renovação da outorga (art. 115 do RSR).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

45. Por fim, sugere-se o encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dela tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 11 de julho de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

1. ^ Art. 6º Os pedidos de renovação de concessão serão instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta.
2. ^ Art. 165. (...) Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como Órgão Central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.
3. ^ Vide o PARECER n. 00031/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.034031/2023-38).
4. ^ É oportuno destacar que a regra vigente até a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).
5. ^ Vide os §§ 29 a 32 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12).
6. ^ Vide o § 33 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
7. ^ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
8. ^ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
9. ^ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.
10. ^ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556700764 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01166/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADA: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

Aprovo o PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

À DIADM, a fim de restituir os autos à SECOE.

Brasília, 11 de julho de 2024.

TIAGO LINHARES DIAS
Advogado da União
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf

Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556812008 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:59. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Assinado eletronicamente por: Felipe Nogueira Fernandes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADO: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

EMENTA: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. POSSIBILIDADE.

I. O prazo de vigência de outorgas de radiodifusão de sons e imagens é de quinze anos, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos (art. 223, § 5º, da CF e art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962).

II. A decisão a respeito da renovação de outorga de radiodifusão sonora é de competência do Presidente da República, que para produzir efeitos depende de deliberação do Congresso Nacional (art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972 e art. 223, § 3º, da CF).

III. Pela ausência de óbices jurídicos ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de **renovação do prazo de vigência de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos** na localidade de Cuiabá/MT, vinculada ao FISTEL nº 50410936529 de titularidade da **Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)**, CNPJ nº 03.211.077/0001-07, referente ao período compreendido entre **16 de julho de 2017 a 16 de julho de 2032**.

2. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela pessoa jurídica interessada em 03 de junho de 2016 (SEI 1169104).

3. A outorga foi atribuída à requerente por meio do Decreto de 06 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de setembro de 2001 (SEI 8205742), e ratificado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de junho de 2002 (SEI 8205742).

4. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI 11489663) e da **NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM** (SEI 11489518), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida **NOTA TÉCNICA**:

(...)

21. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

5. É oportuno destacar o item da **NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM** que esclarece o seguinte:

(...)

2. Os autos foram instaurados em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento 1(169104, pg. 1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da Lei nº 5.785, de 1972, que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado **intempestivo**, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

6. Constam ainda do processo minutas de decreto (SEI 11489676) e de exposição de motivos (SEI 11489668) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

É o relatório.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

7. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

8. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a renovação de concessão de televisão

9. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

10. Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de decreto, a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (art. 6º, § 1º, e art. 31, § 2º, do RSR). Mas, após a deliberação favorável do Congresso Nacional, cabe ao Ministro das Comunicações firmar o correspondente contrato de concessão (art. 16, § 10 e art. 31-A, § 11, do RSR).

11. A própria CRFB estabelece que o prazo de outorgas de televisão é de quinze anos e que poderá ser renovado (art. 223, §§ 3º e 5º, da CRFB). Por sua vez, o § 3º do art. 33 do CBT, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que o prazo de vigência das concessões para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens é de dez anos, podendo ser renovado por períodos sucessivos e iguais. Do mesmo modo, o art. 111 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, preconiza que os prazos de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão podem ser renovados por períodos iguais e sucessivos.

12. No âmbito do Poder Executivo, a competência para decidir a respeito da renovação de concessão de televisão é do Presidente da República por meio de Decreto, mediante prévia instrução realizada pelo Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972^[1], e art. 165, Parágrafo único, do Decreto-lei nº 200, de 1967^[2]). Mas, conforme determina o § 3º do art. 223 da CFRB, para que tenha efeitos o ato de renovação de outorga de radiodifusão deve ser submetido à deliberação do Congresso Nacional. Portanto, assim como o ato de outorga original, a renovação do prazo de vigência de outorgas de radiodifusão decorre de um ato complexo, pois envolve decisões tanto do Poder Executivo como do Congresso Nacional. Sendo assim, o Decreto que aprove a renovação da concessão de radiodifusão deve ser submetido ao Congresso Nacional. Em caso de decisão favorável à renovação, cabe ao Ministro das Comunicações celebrar o correspondente termo aditivo ao contrato de concessão (art. 31-A, § 11 c/c art. 115 do RSR).

13. Para que a outorga de radiodifusão possa ser renovada, a concessionária deve cumprir uma série de requisitos a serem analisados pelo poder concedente. Nesse sentido, assim estabelece o parágrafo único do art. 67 do CBT:

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

14. De modo semelhante, o art. 2º da Lei nº 5.784, de 1972, prevê o seguinte:

Art. 2º A renovação da concessão ou permissão fica subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço.

15. É o que também dispõe o art. 110 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017:

Art. 110. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.

16. Não estando presente algum dos requisitos necessários ou caso julgue que a prorrogação da vigência da outorga é contrária ao interesse público, o Poder Executivo deve declarar a "perempção" da outorga (arts. 5º e 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A do RSR). Também é vedada a renovação da outorga quando tenha sido aplicada a pena de cassação por decisão administrativa definitiva, ainda que esteja pendente de confirmação por decisão judicial^[3] (art. 158, II, da Portaria de Consolidação de 2023). Porém, para evitar abusos e riscos de violação à liberdade de radiodifusão, o § 2º do art. 223 da CRFB exige que a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

decisão de indeferimento da renovação de outorga de radiodifusão seja confirmada pelo Congresso Nacional em deliberação com quórum de aprovação de dois quintos (art. 4º, § 4º, da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A, p. único, do RSR).

17. Nos termos do caput do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades detentoras de outorgas de radiodifusão que desejaram renová-las devem apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de outorga^[4]. Mas o § 3º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, incluído pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que, se não houver pedido tempestivo de renovação, o poder concedente deve notificar o outorgado “para que se manifeste no prazo de noventa dias, contado da data da notificação”.

18. O art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, estabeleceu que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos de renovação intempestivos que tenham sido protocolizados ou encaminhados até o dia 26 de maio de 2022^[5]. Além disso, o art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, também permitiu que as entidades titulares de outorgas já vencidas e que não houvessem apresentado requerimento de renovação até aquela data, teriam o prazo de noventa dias para se manifestarem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que esse prazo tenha terminado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022^[6].

19. A fim de evitar descontinuidade na prestação do serviço, se o prazo da outorga expirar sem que haja decisão definitiva a respeito do pedido de renovação, os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, dispõem que nesse caso “o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário” nas “mesmas condições dele decorrentes”.

20. É importante destacar que o requerimento de renovação de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Portanto, ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada^[7].

21. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea “a”, do CBT). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea “c” do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

22. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o §1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea “a”, do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

23. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea “g”, do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013). É recomendável que a observância a esses limites também seja checada durante o processo de renovação de outorga.

24. Considerando que a licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão (art. 31-A, I, do RSR), no processo de renovação da outorga o poder concedente deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida.

25. Além disso, a renovação do prazo de outorga de radiodifusão depende do pagamento integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

26. O requerimento de renovação de outorga deve ser apresentado ao Ministério das Comunicações acompanhado dos seguintes documentos: (i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (iii) prova de inscrição no CNPJ; (iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (vi) prova de regularidade relativa à seguridade social; (vii) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (viii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; (ix) declaração de que: (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (art. 113 do RSR).



27. Neste ponto, é importante destacar que, embora o inciso IV do art. 113 do RSR exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então, para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

28. É recomendável ainda que o Ministério das Comunicações consulte o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021) a fim de verificar se há algum empecilho à contratação com o poder público, o que inviabiliza a prorrogação do contrato de concessão.

29. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Nesse caso, deve-se considerar que o pedido de renovação referente ao período já esgotado perdeu seu objeto, devendo o Ministério das Comunicações limitar sua análise ao pedido de renovação referente ao período que ainda não tenha se encerrado^[8].

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido de renovação

30. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela interessada em em 03 de junho de 2016 (SEI **1169104**). Nesse ato, a requerente foi representada pelo **sr. Francisco Bello Gallindo Netto**, na condição de presidente da **Fundação Educa Mais**^[9].

31. De acordo com a certidão do 1º Serviço Notarial e Registral (SEI **10169261**), à época do requerimento o representante da pessoa jurídica interessada exercia a função de administrador da entidade que detém a outorga. Portanto, pode-se concluir que a requerente está adequadamente representada.

32. Embora não tenha sido observado o prazo previsto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, como o pedido de renovação foi apresentado antes de 26 de maio de 2022, deve ser devidamente processado com base no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017.

33. A pessoa jurídica interessada foi constituída sob a forma de fundação e apresentou instrumento jurídico sob a forma de convênio firmado com B.O CONCEIÇÃO E SILVA SERVIÇOS EDUCACIONAIS EIRELI CETEPS CENTRO DE TECNOLOGIA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (Faculdade Unificada de Ensino Superior), instituição de educação superior credenciada pelo MEC como Faculdade (SEI **11352509**), que lhe garante o fornecimento de suporte pedagógico para a produção de seus programas educacionais. Portanto, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, bem como a exigência de que tratam os §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

34. Em sua **NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM** (SEI **11489518**), a SECOE informou que a pessoa jurídica interessada possui licença de funcionamento **válida até 16 de julho de 2032**. Com isso se pode afirmar que está mantida a possibilidade técnica. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA**:

(...)

25. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10305812), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 23/07/2021, com validade até 16/07/2032.

35. Com base em pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), a SECOE também informou em sua Nota Técnica que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967:

(...)

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco 1(1489643), em 23/04/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, alterado pela Lei nº 14.812, de 2024.

36. De acordo com as informações que constam da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI **11489464**), todos os dirigentes da pessoa jurídica que requereu a renovação da outorga são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

37. Em sua **NOTA TÉCNICA, no item 19**, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

38. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua **NOTA TÉCNICA** que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:



Requisito	Base normativa	Forma de comprovação
(I) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica	Art. 113, II, do RSR.	Atendido (SEI 10169261)
(II) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica	Art. 113, IV, do RSR.	Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)
(III) Certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não	Art. 113, IV, c/c § 3º do RSR	Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)
(IV) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 113, V, do RSR.	Atendido (SEI 11489478)
(V) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal	Art. 113, VI, do RSR.	Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024
(VI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual da sede da pessoa jurídica	Art. 113, VI, do RSR.	Atendido (SEI 11489478) Validade: 21/06/2024
(VII) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica	Art. 113, VI, do RSR.	Atendido (SEI 11489478) Validade: 16/07/2024
(VIII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 113, VII, do RSR.	Atendido (SEI 11489478) Validade: 06/07/2024
(IX) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social	Art. 113, VIII, do RSR.	Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024 Obs.: Mesmo documento do item V.
(X) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	Art. 113, VIII, do RSR.	Atendido (SEI 11489478) Validade: 22/06/2024
(XI) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho	Art. 113, IX, do RSR.	Atendido (SEI 11489478) Validade: 20/10/2024
(XII) Declaração de que trata o inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.	Atendido (SEI 9951100) Obs.: Consta do formulário de requerimento de renovação de outorga. verificar

39. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[10].

Da minuta de Decreto e de Exposição de Motivos

40. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República decidir a respeito do pedido de renovação por meio de Decreto, após instrução do Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113, § 2º, do RSR).

41. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos cumprem o disposto no Decreto nº 9.191, de 2017, e são adequadas e suficientes aos fins a que se destinam. Portanto, estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga de radiodifusão de que trata o presente processo, **desde que atendida a ressalva contida no item 41 deste PARECER.**

43. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas são adequadas aos fins a que se destinam e estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

44. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, aprove a renovação da outorga, caso em que o ato deverá ser encaminhado para deliberação do Congresso Nacional. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso favorável, deve ser providenciada a celebração de termo de contrato de concessão para formalizar a renovação da outorga (art. 115 do RSR).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Por fim, sugere-se o encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

para que dela tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

À consideração superior.

Brasília, 11 de julho de 2024.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

- ¹ Art. 6º Os pedidos de renovação de concessão serão instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta.
- ² Art. 165. (...) Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como Órgão Central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.
- ³ Vide o PARECER n. 00031/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.034031/2023-38).
- ⁴ É oportuno destacar que a regra vigente até a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).
- ⁵ Vide os §§ 29 a 32 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁶ Vide o § 33 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁷ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁸ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
- ⁹ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.
- ¹⁰ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556700764 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01166/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADA: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

À DIADM, a fim de restituir os autos à

SECOE. Brasília, 11 de julho de 2024.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556812008 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:59. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 7428/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.034929/2016-21.

INTERESSADA: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS. OUTORGA EDUCATIVA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo trata de pedido formulado pela Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, objetivando a renovação da outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, vinculado ao Fistel nº 50410936529, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, para o período de 16/07/2017 a 16/07/2032.

2. Os autos foram instaurados em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento (1169104, pg. 1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado **intempestivo**, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da [Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016](#), publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na [Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017](#)), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

3. Posteriormente, em decorrência de alterações na legislação de radiodifusão, foram realizadas sucessivas notificações à Radiodifusora, com vistas à complementação da documentação necessária ao deferimento do pleito, conforme expõe-se a seguir:

a) Nota Técnica 10499 (1877996) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#) e [Portaria nº 4.335, de 2015](#), vigente à época;

b) Nota Técnica 25302 (2354029) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 9.138, de 2017](#), e [Portaria nº 4.335, de 2015](#), vigente à época;

c) Nota Técnica 13107 (3039531) e Nota Técnica 7135 (5369639) - exigência relativa a análise técnica; aprovação conforme Despacho 3176520;

d) Nota Técnica 4471 (5232036), Nota Técnica 1613 (6505839) e Nota Técnica 4498 (7034791) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), [Portaria nº 3.238, de 2018](#), atualmente consolidada na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#), e [Portaria nº 6.843, de 10 de dezembro de 2019](#), publicada no DOU de 11/12/2019, atualmente incorporada na [Portaria SECOE/MCom nº 2, de 2 de junho de 2023](#), publicada no DOU de 5/6/2023;



e) Ofício 4692 (9517064) e Ofício 14932 (10082141) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e Portarias [nº 3.238, de 2018](#), e [nº 2.524, de 4 de maio de 2021](#), ambas atualmente consolidadas na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#);

f) Ofício 1313 (11315820) e Ofício 11446 (11452445) - legislação em referência: [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

4. Por fim, emitiu-se o Checklist 11489464, no qual se concluiu que a documentação "está em conformidade com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento".

5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

6. De acordo com o art. 33, § 3º da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o prazo da concessão para execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, pode ser renovado por períodos sucessivos e iguais de 15 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por decreto, subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, posteriormente enviado ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 2º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).

7. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na [Lei nº 4.117, de 1962](#), na [Lei nº 5.785, de 1972](#), no [Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

8. De acordo com os arts. 112 e 113 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros, a tempestividade do pleito e a colação, aos autos, dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Nota Técnica 7428 (1469518)

SEI 55900-034929/2016-21 / pg. 2

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

9. Além disso, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, nos processos de renovação será igualmente avaliado se há extrapolação dos limites de outorga, em atenção especial ao art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#).

10. No caso em apreço, conferiu-se à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, conforme Decreto de 06 de setembro de 2001, publicado no DOU de 10/09/2001 (8205742, pg. 9), e do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no DOU de 06/06/2002 (8205742, pg. 8). O Extrato do Contrato foi publicado no DOU de 16/07/2022 (8205742, pgs. 4 a 7), data utilizada como parâmetro de contagem do início do prazo de validade da outorga, de acordo com o [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

11. Como informado, a Radiodifusora apresentou o pedido de renovação, em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento (1169104, pg.1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, **caput** da [Lei nº 5.785, de 1972](#), que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os **seis e os três meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado **intempestivo**, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da [Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016](#), publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na [Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017](#)), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

12. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 16/07/2017, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 4º, § 1º da [Lei nº 5.785, de 1972](#).

13. A documentação apresentada pela Interessada, inclusive em relação aos seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais, está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (11489464).

14. Salienta-se, ainda, que a possibilidade de validação das certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações justifica-se pelo fato de que a entrada ocorreu no prazo de até 60 dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#).

15. Dito isso, a Interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), alterado pelo [Decreto nº 10.775, de 2021](#) (9951100, pgs. 2 e 3). Acostou, também, certidão simplificada ou outro documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica (10169261, pgs. 1 a 4).

16. Conforme art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 15 de janeiro de 2024](#), as radiodifusoras e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais poderão deter até 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora e 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> Nota Técnica 7428 (1469518) SER 55500-034929/2016-21 / pg. 3



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

o país, dentro dos seguintes limites:

I - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão sonora, que pode ser operada por meio de: [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

- a) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- b) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- c) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- d) frequência modulada; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- e) ondas médias; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- f) ondas tropicais; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)
- g) ondas curtas; [\(Incluído pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

II - 20 (vinte) outorgas de serviço de radiodifusão de sons e imagens. [\(Redação dada pela Lei nº 14.812, de 2024\)](#)

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco (11489643), em 23/04/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do [Decreto-Lei nº 236, de 1967](#), alterado pela [Lei nº 14.812, de 2024](#).

18. Ademais, para fins de comprovação da vinculação da Radiodifusora com instituição de ensino superior conforme previsto no art. 134, **caput** e §§ 4º e 5º da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo foi instruído com o respectivo instrumento jurídico (contrato, convênio, termo de parceria etc.) (11352509, pgs. 3 a 5), atendendo-se, dessa forma, à legislação.

19. Além disso, após pesquisa ao Sistema Mosaico (11489524), não foi verificada a aplicação de penalidade de cassação, no curso da prestação do serviço de radiodifusão, em desfavor da Outorgada. Nesse sentido, consultou-se a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM) (11489663), que informou não estar em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a de cassação.

20. Observa-se, ainda, que constam nos autos certidões emitidas pelos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento das obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidões emitidas pela Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), comprovando a ausência de irregularidades, respectivamente, perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor. Ainda, consultou-se o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e verificou-se que não há restrição da pessoa jurídica ou dos dirigentes para celebrarem contratos com a Administração Pública (11489478).

21. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

22. Salienta-se que, a partir da entrada em vigor do [Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#), que alterou o [Decreto nº 52.795, de 1963](#), deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões dos serviços de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> Nota Técnica 7428 (1465518) SEI 55500-034929/2016-21 / pg. 4



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isso significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a Entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, o qual será elaborado por profissional habilitado e deve permanecer na posse da Outorgada. Além disso, é obrigação da Radiodifusora possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado igualmente por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Neste momento, é válido ressaltar que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga. Assim, ao final desse prazo, caso haja interesse na renovação da outorga, é necessário que a Radiodifusora obtenha um novo licenciamento (art. 36, § 3º da [Lei nº 4.117, de 1962](#)). Para tanto, a Interessada terá o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação. Destaca-se que, para fins de renovação de outorga, a emissão da nova licença para funcionamento da estação comprova a regularidade técnica da emissora, conforme art. 67, parágrafo único, da [Lei nº 4.117, de 1962](#).

25. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10305812), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 23/07/2021, com validade até 16/07/2032.

26. Pelo exposto, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga.

27. Oportunamente, destaca-se que, antes da assinatura do termo aditivo de renovação prevista pelo art. 115 do [Decreto nº 52.795, de 1963](#), e o início dos efeitos legais decorrentes da deliberação do Conselho Nacional, deverá ocorrer a atualização dos documentos que certifiquem a situação regular da



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocamara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

Nota Técnica 7428 (1469518)

SEI 55900-034929/2016-21 / pg. 5

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

CONCLUSÃO

28. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) remessa dos autos à **Consultoria Jurídica** deste Ministério das Comunicações, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em tratamento, incluindo as minutas dos atos, na forma do art. 11 da [Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993](#);

b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º, da [Lei nº 5.785, de 1972](#); e

c) em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

29. Pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

30. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 06/06/2024, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, **Assistente**, em 06/06/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/06/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 17/06/2024, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11489518** e o código CRC **E57881A2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e> / pg. 6

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL
JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027- 6119/6915

PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21

INTERESSADO: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

EMENTA: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS COM
FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. POSSIBILIDADE.

- I. O prazo de vigência de outorgas de radiodifusão de sons e imagens é de quinze anos, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos (art. 223, § 5º, da CF e art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962).
- II. A decisão a respeito da renovação de outorga de radiodifusão sonora é de competência do Presidente da República, que para produzir efeitos depende de deliberação do Congresso Nacional (art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972 e art. 223, § 3º, da CF).
- III. Pela ausência de óbices jurídicos ao deferimento do pedido de renovação de outorga, desde que cumpridas as exigências indicadas neste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de renovação do prazo de vigência de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na localidade de Cuiabá/MT, vinculada ao FISTEL nº 50410936529 de titularidade da Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo), CNPJ nº 03.211.077/0001-07, referente ao período compreendido entre 16 de julho de 2017 a 16 de julho de 2032.
2. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela pessoa jurídica interessada em 03 de junho de 2016 (SEI 1169104).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

3. A outorga foi atribuída à requerente por meio do Decreto de 06 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 10 de setembro de 2001 (SEI 8205742), e ratificado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de junho de 2002 (SEI 8205742).

4. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI 11489663) e da NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM (SEI 11489518), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida NOTA TÉCNICA:

(

21. Portanto, com base nos documentos acostados, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, não se verifica qualquer óbice ao deferimento da renovação da outorga.

5. É oportuno destacar o item da NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM que esclarece o seguinte:

(...)

2. Os autos foram instaurados em 03/06/2016, quando da protocolização do requerimento 1(169104, pg. 1), objetivando a renovação da outorga. À época, vigia a redação original do art. 4º, caput da Lei nº 5.785, de 1972, que estabelecia que as entidades interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 16/01/2017 e 16/04/2017. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi considerado intempestivo, uma vez que protocolado fora do prazo legal. No entanto, com a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, publicada no DOU de 3/10/2016 (convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), os pedidos de renovação de outorga intempestivos, protocolizados ou postados até a data de publicação da MP, passaram a ser conhecidos pelo MCom, motivo pelo qual pode ser dado regular andamento ao pleito.

6. Consta ainda do processo minutas de decreto (SEI 11489676) e de exposição de motivos (SEI 11489668) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

É o relatório.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

7. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão

de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

8. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a renovação de concessão de televisão

9. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CRFB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp 1652588/STJ e MS 5307/STJ).

10. Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de decreto, a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (art. 6º, § 1º, e art. 31, § 2º, do RSR). Mas, após a deliberação favorável do Congresso Nacional, cabe ao Ministro das Comunicações firmar o correspondente contrato de concessão (art. 16, § 10 e art. 31-A, § 11, do RSR).

11. A própria CRFB estabelece que o prazo de outorgas de televisão é de quinze anos e que poderá ser renovado (art. 223, §§ 3º e 5º, da CRFB). Por sua vez, o § 3º do art. 33 do CBT, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que o prazo de vigência das concessões para a exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens é de dez anos, podendo ser



renovado por períodos sucessivos e iguais. Do mesmo modo, o art. 111 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, preconiza que os prazos de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão podem ser renovados por períodos iguais e sucessivos.

12. No âmbito do Poder Executivo, a competência para decidir a respeito da renovação de concessão de televisão é do Presidente da República por meio de Decreto, mediante prévia instrução realizada pelo Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972[1], e art. 165, Parágrafo único, do Decreto-lei nº 200, de 1967[2]). Mas, conforme determina o § 3º do art. 223 da CFRB, para que tenha efeitos o ato de renovação de outorga de radiodifusão deve ser submetido à deliberação do Congresso Nacional. Portanto, assim como o ato de outorga original, a renovação do prazo de vigência de outorgas de radiodifusão decorre de um ato complexo, pois envolve decisões tanto do Poder Executivo como do Congresso Nacional. Sendo assim, o Decreto que aprobe a renovação da concessão de radiodifusão deve ser submetido ao Congresso Nacional. Em caso de decisão favorável à renovação, cabe ao Ministro das Comunicações celebrar o correspondente termo aditivo ao contrato de concessão (art. 31-A, § 11 c/c art. 115 do RSR).

13. Para que a outorga de radiodifusão possa ser renovada, a concessionária deve cumprir uma série de requisitos a serem analisados pelo poder concedente. Nesse sentido, assim estabelece o parágrafo único do art. 67 do CBT:

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único. O direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.

14. De modo semelhante, o art. 2º da Lei nº 5.784, de 1972, prevê o seguinte:

Art. 2º A renovação da concessão ou permissão fica subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço.

15. É o que também dispõe o art. 110 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017:



Art. 110. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.

16. Não estando presente algum dos requisitos necessários ou caso julgue que a prorrogação da vigência da outorga é contrária ao interesse público, o Poder Executivo deve declarar a "perempção" da outorga (arts. 5º e 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A do RSR). Também é vedada a renovação da outorga quando tenha sido aplicada a pena de cassação por decisão administrativa definitiva, ainda que esteja pendente de confirmação por decisão judicial[3] (art. 158, II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Porém, para evitar abusos e riscos de violação à liberdade de radiodifusão, o § 2º do art. 223 da CRFB exige que a

decisão de indeferimento da renovação de outorga de radiodifusão seja confirmada pelo Congresso Nacional em deliberação com quórum de aprovação de dois quintos (art. 4º, § 4º, da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113-A, p. único, do RSR).

17. Nos termos do caput do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, as entidades detentoras de outorgas de radiodifusão que desejaram renová-las devem apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de outorga[4]. Mas o § 3º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, incluído pela Lei nº 13.424, de 2017, estabelece que, se não houver pedido tempestivo de renovação, o poder concedente deve notificar o outorgado "para que se manifeste no prazo de noventa dias, contado da data da notificação".

18. O art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022, estabeleceu que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos de renovação intempestivos que tenham sido protocolizados ou encaminhados até o dia 26 de maio de 2022[5]. Além disso, o art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, também permitiu que as entidades titulares de outorgas já vencidas e que não houvessem apresentado requerimento de renovação até aquela data, teriam o prazo de noventa dias para se manifestarem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que esse prazo tenha terminado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022[6].

19. A fim de evitar descontinuidade na prestação do serviço, se o prazo da outorga expirar sem que haja decisão definitiva a respeito do pedido de renovação, os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, dispõem que nesse caso "o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário" nas "mesmas condições dele decorrentes".



20. É importante destacar que o requerimento de renovação de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. Portanto, ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada[7].

21. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", do CBT). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

22. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o §1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade outorgada devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

23. Cabe ainda destacar que as pessoas jurídicas que prestam serviços de radiodifusão, seus sócios, administradores e gerentes devem respeitar certos limites quantitativos de outorgas (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013). É recomendável que a observância a esses limites também seja checada durante o processo de renovação de outorga.

24. Considerando que a licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão (art. 31-A, I, do RSR), no processo de renovação da outorga o poder concedente deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida.



25. Além disso, a renovação do prazo de outorga de radiodifusão depende do pagamento integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

26. O requerimento de renovação de outorga deve ser apresentado ao Ministério das Comunicações acompanhado dos seguintes documentos: (i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (iii) prova de inscrição no CNPJ; (iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (vi) prova de regularidade relativa à seguridade social; (vii) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (viii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; (ix) declaração de que: (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (art. 113 do RSR).

27. Neste ponto, é importante destacar que, embora o inciso IV do art. 113 do RSR exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então, para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

28. É recomendável ainda que o Ministério das Comunicações consulte o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas



– CNEP (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021) a fim de verificar se há algum empecilho à contratação com o poder público, o que inviabiliza a prorrogação do contrato de concessão.

29. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Nesse caso, deve-se considerar que o pedido de renovação referente ao período já esgotado perdeu seu objeto, devendo o Ministério das Comunicações limitar sua análise ao pedido de renovação referente ao período que ainda não tenha se encerrado[8].

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido de renovação

30. O requerimento de renovação de outorga foi apresentado pela interessada em em 03 de junho de 2016 (SEI 1169104). Nesse ato, a requerente foi representada pelo sr. Francisco Bello Gallindo Netto, na condição de presidente da Fundação Educa Mais[9].

31. De acordo com a certidão do 1º Serviço Notarial e Registral (SEI 10169261), à época do requerimento o representante da pessoa jurídica interessada exercia a função de administrador da entidade que detém a outorga. Portanto, pode-se concluir que a requerente está adequadamente representada.

32. Embora não tenha sido observado o prazo previsto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972, como o pedido de renovação foi apresentado antes de 26 de maio de 2022, deve ser devidamente processado com base no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017.

33. A pessoa jurídica interessada foi constituída sob a forma de fundação e apresentou instrumento jurídico sob a forma de convênio firmado com B.O CONCEIÇÃO E SILVA SERVIÇOS EDUCACIONAIS EIRELI CETEPS CENTRO DE

TECNOLOGIA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (Faculdade Unificada de Ensino Superior), instituição de educação superior credenciada pelo MEC como Faculdade (SEI 11352509), que lhe garante o fornecimento de suporte pedagógico para a produção de seus programas educacionais. Portanto, está atendida a regra do caput do art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 1967, bem como a exigência de que tratam os §§ 4º a 6º do art. 138 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

34. Em sua NOTA TÉCNICA nº 7428/2024/SEI-MCOM (SEI 11489518), a SECOE informou que a pessoa jurídica interessada possui licença de funcionamento válida até 16 de julho de 2032. Com isso se pode afirmar que está mantida a possibilidade técnica. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da NOTA TÉCNICA:



(...)

25. Nesse contexto, em consulta ao Sistema Mosaico (10305812), verificou-se que a Interessada obteve a licença para funcionamento da estação, emitida em 23/07/2021, com validade até 16/07/2032.

35. Com base em pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), a SECOE também informou em sua Nota Técnica que estão atendidos os limites de outorga previstos no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 1967:

(...)

17. Em consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - Siacco 1(1489643), em 23/04/2024, observou-se que a Radiodifusora e seus dirigentes, diretores e/ou responsáveis legais estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, alterado pela Lei nº 14.812, de 2024.

36. De acordo com as informações que constam da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI 11489464), todos os dirigentes da pessoa jurídica que requereu a renovação da outorga são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Está assim demonstrado o cumprimento do § 1º do art. 222 da Constituição.

37. Em sua NOTA TÉCNICA, no item 19, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

38. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com a legislação. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Requisito

- (I) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica
- (II) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica
- (III) Certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não
- (IV) Prova de inscrição no CNPJ
- (V) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública federal
- (VI) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública estadual da sede da pessoa jurídica



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

- (VII) Prova de regularidade perante a Fazenda Pública municipal da sede da pessoa jurídica
- (VIII) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel
- (IX) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social
- (X) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
- (XI) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- (XII) Declaração de que trata o inciso XI do art. 113 do RSR.

Base normativa

Art. 113, II, do RSR.

Art. 113, IV, do RSR.

Art. 113, IV, c/c § 3º do RSR

Art. 113, V, do RSR.

Art. 113, VI, do RSR.

Art. 113, VI, do RSR.

Art. 113, VI, do RSR.

Art. 113, VII, do RSR.

Art. 113, VIII, do RSR.

Art. 113, VIII, do RSR.

Art. 113, IX, do RSR.

Art. 113, XI, do RSR.

Forma de comprovação

Atendido (SEI 10169261)

Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)

Não se aplica (quando for pessoa de direito público, associação ou fundação)

Atendido (SEI 11489478)

Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 21/06/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 16/07/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 06/07/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 13/10/2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

Obs.: Mesmo documento do item V.

Atendido (SEI 11489478) Validade: 22/06/2024

Atendido (SEI 11489478) Validade: 20/10/2024

Atendido (SEI 9951100)

Obs.: Consta do formulário de requerimento de renovação de outorga. verificar

39. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[10].

Da minuta de Decreto e de Exposição de Motivos

40. Tratando-se de serviço de radiodifusão de sons e imagens, compete ao Presidente da República decidir a respeito do pedido de renovação por meio de Decreto, após instrução do Ministério das Comunicações (art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e art. 113, § 2º, do RSR).

41. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos cumprem o disposto no Decreto nº 9.191, de 2017, e são adequadas e suficientes aos fins a que se destinam. Portanto, estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de renovação de outorga de radiodifusão de que trata o presente processo, desde que atendida a ressalva contida no item 41 deste PARECER.

43. As minutas de Decreto e de Exposição de Motivos que foram apresentadas são adequadas aos fins a que se destinam e estão aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

44. A proposta de Decreto deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o Presidente da República, se for o caso, aprove a renovação da outorga, caso em que o ato deverá ser encaminhado para deliberação do Congresso Nacional. Após a deliberação do Congresso Nacional, caso favorável, deve ser providenciada a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão para formalizar a renovação da outorga (art. 115 do RSR).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

45. Por fim, sugere-se o encaminhamento desta manifestação à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dela tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 11 de julho de 2024.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

1. ^ Art. 6º Os pedidos de renovação de concessão serão instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, a quem compete a decisão, renovando a concessão ou declarando-a perempta.
2. ^ Art. 165. (...) Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações passa a integrar, como Órgão Central (art. 22, inciso II), o Ministério das Comunicações.
3. ^ Vide o PARECER n. 00031/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.034031/2023-38).
4. ^ É oportuno destacar que a regra vigente até a edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).
5. ^ Vide os §§ 29 a 32 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12).
6. ^ Vide o § 33 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
7. ^ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).
8. ^ Vide o PARECER n. 124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 01250.002830/2019-19) e o § 45 do PARECER REFERENCIAL n. 10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

9. ^ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

10. ^ Nesse sentido, vide a NOTA n. 417/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e o DESPACHO n. 2446/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.025170/2023-71).

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556700764 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF
FONE: (61) 2027- 6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01166/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53900.034929/2016-21



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

INTERESSADA: Fundação Educa Mais (Fundação Altamiro Galindo)

ASSUNTO: Radiodifusão. TV educativa. Renovação de outorga.

Aprovo o PARECER n. 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

À DIADM, a fim de restituir os autos à SECOE.

Brasília, 11 de julho de 2024.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900034929201621 e da chave de acesso 779cd4bf

Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1556812008 e chave de acesso 779cd4bf no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 11-07-2024 14:59. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 18 de outubro de 2024..

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 724 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 18/10/2024, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6175659** e o código CRC **2AD7AE1C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 18 de outubro de 2024.

Referência: Exposição de Motivos nº 724/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

CAMILA MACHADO PIRES
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Coordenador(a)**, em 18/10/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6176593** e o código CRC **40478320** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Nota SAG nº 83/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SUPER Nº: 53900.034929/2016-21.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00724/2024 MCOM, de 9 de Outubro de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta de Decreto que renova a outorga de concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Cuiabá/MT.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00724/2024 MCOM (6175639), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.034929/2016-21, acompanhada da minuta de Decreto que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, outorga da concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital^[1], com fins exclusivamente educativos, para a Fundação Educa Mais, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto Legislativo nº 106, de 2002, no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, frequência 497 MHz, FISTEL nº 50410936529, de acordo com o disposto no § 2º do art. 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações^[2], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[3].
2. A concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é de competência do Presidente da República, com a instrução processual efetivada pelo Ministério das Comunicações (MCOM) e sendo precedida de procedimento licitatório, observada as disposições legais e regulamentares, cujas propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. No âmbito do MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE^[4] detém a competência de formular e avaliar a execução de políticas públicas, diretrizes, objetivos e metas relativas aos serviços de radiodifusão e de seus ancilares, bem como propor a regulamentação e a alteração normativa dos mencionados serviços.
3. Observa-se, ainda, que a concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital com fins exclusivamente educativos que se destina à transmissão de programas educativos-culturais que atuam em conjunto com os sistemas de ensino pode ser outorgada às pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), observando a [Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018](#)^[5].
4. As fundamentações técnicas e jurídicas para a proposta estão descritas nos documentos indicados a seguir:
 - I - Parecer de Mérito I (6175650) – Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM, de 17/06/2024, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM) que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - II - Parecer Jurídico nº 00442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 11/07/2024 (6175655), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - VI - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Televisão Educativa, de 06/06/2024 (6173742, p. 325-332), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

II - ANÁLISE

5. Inicialmente, cumpre esclarecer que à Secretaria Especial de Análise Governamental (SAG) compete, com fundamento art. 24, II, do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 48, I, do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#), proceder à análise do mérito, da oportunidade, da conveniência e da compatibilidade das propostas de atos normativos submetidas ao Presidente da República com as políticas e as diretrizes governamentais.
6. Assim sendo, a presente manifestação analisa a proposta de Decreto referente à renovação da outorga de concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens em destaque. Consoante já exposto, por meio da EM nº 00724/2024 MCOM (6175639), o Decreto proposto está organizado em três artigos:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, inscrita no CNPJ nº 03.211.077/0001-07, nos termos do Decreto 6 de setembro de 2001,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

chancelado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 2002 e, Contrato firmado com a União publicado em 16 de julho de 2022, vinculada ao Fistel nº 50410936529, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, no canal 18, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso.

§ 1º A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

7. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#)^[5]; e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro](#)^[6], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).

8. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.211.077/0001-07
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO EDUCA MAIS
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSE ROBERTO BEZERRA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	MARIA APARECIDA FERNANDES MENDONCA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	FRANCISCO BELLO GALINDO FILHO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/11/2024 às 14:56 (data e hora de Brasília).

9. Nesse sentido, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do processo de renovação de outorga do canal, considerando que:

- a) As manifestações dos órgãos técnico e jurídico são favoráveis à renovação da outorga de concessão;
- b) A documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação;
- c) Os registros administrativos sob a responsabilidade do MCOM podem ser atualizados enquanto o processo tramitar; e
- d) A documentação probatória de manutenção da situação de regularidade da entidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do instrumento de renovação da concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

10. Pelo exposto acima, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices** ao prosseguimento do feito, e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

III - CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, conclui-se que a proposta é viável quanto ao mérito, à oportunidade e à conveniência, bem como compatível com as diretrizes de Governo.

Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



cdcfbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] [Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006](#), dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[4] Conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[5] Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

[6] O SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[7] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 16/12/2024, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 16/12/2024, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 16/12/2024, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6224690** e o código CRC **003D9F0E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.034929/2016-21

Nota SAJ - Radiodifusão nº 1061 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS (anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO)

EM nº 0724/2024-MCOM

Anexos: II

Renovação de concessão de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos (TV Educativa).

Assunto: Decreto que renova a concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos**, em favor de FUNDAÇÃO EDUCA MAIS, na localidade de Cuiabá/MT.

Pelo expedição do Decreto e posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

Processo: 53900.034929/2016-21

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.034929/2016-21, que apresenta a Exposição de Motivos nº **0724/2024-MCOM** (doc. SEI nº 6175639), com minuta de Decreto, cuja proposta é a **renovação**, por mais quinze anos, contados a partir de 16 de julho de 2017, da outorga de concessão para execução do serviço de **radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos**, em favor de **FUNDAÇÃO EDUCA MAIS (anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO)**, inscrita no CNPJ sob nº 03.211.077/0001-07, na localidade de Cuiabá/MT.
- Tanto a área técnica competente (Nota Técnica nº 7428/2024/SEI-MCOM - doc SEI nº 6175650) quanto a Consultoria Jurídica (Parecer nº 0442/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU - doc. SEI nº 6175645) do Ministério das Comunicações - MCOM, analisaram o mérito e legalidade da outorga, com manifestações favoráveis.
- Em sua análise, a Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil – SAG/CC/PR apresentou Nota SAG nº 0083/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR (doc. SEI 6224690), sem oposição à proposta.

II - ASPECTOS TÉCNICOS DA RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

- Embora o principal instrumento regulador da atividade de radiodifusão de sons e imagens permaneça sendo o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT – Lei nº 4.117/1962), alterado ao longo de quase cinquenta anos por decretos e leis, a Constituição de 1988 estabeleceu competências, regras, procedimentos e princípios relativos às concessões de rádio e TV, criando um capítulo específico sobre a Comunicação Social, prevendo, ainda, em seu artigo 223, a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal:

"Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão."

- De acordo com a legislação vigente, denomina-se serviço de **radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos** aquela radiodifusão de sons e imagens (TV aberta), destinada à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional [\[1\]](#).
- O serviço de radiodifusão de sons e imagens é compreendido como o conjunto de atividades encadeadas, outorgado mediante "**concessão**" e realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação de serviço que consiste na oferta de conteúdos e obras audiovisuais em grades horárias específicas, por difusão linear, segundo linha editorial própria, ofertados ao consumidor final de forma gratuita. Nos termos da legislação, o prazo da outorga para serviços de radiodifusão de sons e imagens é de 15 (quinze) anos, prorrogáveis por períodos sucessivos e iguais (art. 33 § 3º da Lei nº 4.117/1962 e art. 27 do Decreto nº 52.795/1963).
- As emissoras podem ser comerciais ou de finalidade educativa/cultural. As comerciais possuem seus serviços financiados predominantemente por venda de espaços publicitários. Já as emissoras educativas e culturais se caracterizam por serviços financiados substancialmente por recursos públicos, prestação de serviços ou publicidade institucional, sendo que sua outorga pode ser executada pela União, estados, municípios, universidades e fundações públicas. Assim, para atendimento da finalidade exclusivamente educativa do serviço, as outorgas desta modalidade não podem possuir caráter comercial ou fins lucrativos.
- Aponta-se ainda que, para as emissoras educativas, o tempo destinado à emissão dos "**programas educativos-culturais**" será integral, entendendo-se como tais aqueles que [\[2\]](#):

- respeitam os princípios e objetivos de **(a)** cooperação com processos educacionais e de formação crítica do cidadão; **(b)** exercício da cidadania e democracia, em especial mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates; **(c)** promoção a cultura nacional e regional, bem como a produção independente e a produção local; **(d)** respeito aos direitos humanos e valores éticos e sociais da pessoa e da família; e **(e)** não discriminação religiosa, político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- atuam conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visando à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho;
- abrangem atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional; e
- veiculam conteúdos de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva, desde que presentes em sua apresentação elementos instrutivos ou enfoques educativos-culturais.

- Como todo e qualquer serviço público, o serviço de radiodifusão de sons e imagens deve ser continuamente avaliado pelo Poder Público – no caso, pela União – sempre na perspectiva de prestação à coletividade. Da mesma forma, sendo serviço público prestado mediante concessão, incumbe ao poder concedente – no caso, a União – a devida fiscalização e de sua prestação pelo concessionário.

Cabe à União (Poder Executivo no ato de outorga e de renovação da concessão e Poder Legislativo na sua apreciação) verificar, sobretudo, o regular cumprimento, pelas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

III - ANÁLISE JURÍDICA

11. Examinados os autos, não se vislumbram ilegalidades ou inconstitucionalidades a maculá-los. O ato tem fundamento no art. 223 da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, e com o Decreto nº 52.795/1963.
12. No que tange à competência, o Poder Executivo é competente para renovar a outorga [3], por meio da expedição de Decreto presidencial, que “*entrará em vigor após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, publicada em ato competente*”. Portanto, cabe à União (Poder Executivo no ato de outorga e de renovação da concessão e Poder Legislativo na sua posterior apreciação) verificar, sobretudo, o regular cumprimento, pelas concessionárias, dos requisitos de legalidade e dos princípios constitucionais da produção e programação, nos termos do art. 221 da Constituição.
13. Assim, do ponto de vista jurídico, a Constituição de 1988 criou uma sistemática diferenciada para a outorga e renovação dos serviços de radiodifusão, expressando um procedimento que pode ser entendido como um *ato administrativo complexo*, ou seja, uma conjugação de vontades diversas, na medida em que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades. Com efeito, para que a outorga dos serviços de radiodifusão seja concedida, renovada ou mesmo encerrada, torna-se necessária: **(a)** análise técnica, da documentação e dos requisitos objetivos e subjetivos, por parte do MCOM; **(b)** encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, por Mensagem do Presidente da República (nos casos de TV, com expedição de Decreto pelo Chefe do Executivo); e **(c)** deliberação do Congresso Nacional sobre o ato de outorga, sua renovação ou perempção, nos termos do art. 223 da Constituição.
14. Destaca-se que, em regra, é necessária a realização de licitação previamente à outorga dos serviços de radiodifusão. No entanto, nos casos de execução dos serviços de *radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, a licitação é dispensável*, por força do §1º do artigo 13 do Decreto nº 52.795/1963.
15. O requerimento de renovação, devidamente subscrito pelos diretores da entidade, foi apresentado tempestivamente. Ademais, os autos do processo trazem os documentos exigidos pela legislação pertinente para a renovação (conforme arts. 112 e 113 do mesmo Decreto nº 52.795/1963). Todavia, a completa análise e aceitação de referidos documentos, bem como sua subsunção às normas vigentes, foi previamente realizada pelo Ministério, no uso de suas atribuições e competências, com posição favorável à renovação, conforme se verifica pelo Parecer de sua Consultoria Jurídica.
16. Desta forma, com relação à documentação apresentada, esta Subchefia de Assuntos Jurídicos – SAJ verificou apenas a juntada dos documentos previstos em normas vigentes à época do protocolo do pedido de renovação da outorga, sem se ater ao mérito ou análise técnica da documentação, conforme check-list anexo à presente Nota SAJ.
17. Necessário ainda indicar que, no caso concreto, durante o trâmite processual foi observado que a entidade apresentou diversos nomes durante sua existência (Fundação Estrela de Davi, Fundação Altamiro Galindo e, atualmente, Fundação Educa Mais). Todavia, observa-se que, em todos os momentos, o número do CNPJ 03.211.077/0001-07 continua o mesmo, o que demonstra se tratar sempre da mesma entidade, individualizando-a.
18. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram ou tenham ocorrido durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a renovação da outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga (seja decorrente de atualizações legislativas, seja por decurso do prazo) acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do MCOM.
19. Por este motivo, será verificada apenas a entrega daqueles documentos exigíveis à época do protocolo do requerimento da renovação, ou seja, em 03/06/2016.
20. Nesse sentido, conclui-se pela pertinência da expedição de Decreto em favor de FUNDAÇÃO EDUCA MAIS, com o consequente encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional para a adoção das providências cabíveis, em observância ao § 2º do art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

IV - CONCLUSÃO

21. Diante de todo o exposto, cumpridas as exigências legais e regulamentares, não se vislumbra óbice jurídico à proposição, razão pela qual se opina pela expedição de Decreto presidencial e posterior encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.
22. Estas são as considerações sobre a proposta encaminhada pela EM nº 0724/2024-MCOM processo nº 53900.034929/2016-21, objeto de apreciação, sujeitas à consideração superior.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)

[1] Podem pleitear a outorga para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos:

* As pessoas jurídicas de direito público interno (art. 41 do Código Civil Brasileiro). Ex.: a União; os Estados e o Distrito Federal; os Municípios; as Universidades Federais; os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; as autarquias; e as demais entidades de caráter público criadas por lei;

* As instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação (art. 12 do Decreto nº 5.773/2006). Ex.: as Universidades; os Centros Universitários; e as Faculdades; e

* As fundações de direito privado (inciso III do art. 44 do Código Civil Brasileiro), cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.

É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

[2] Nos termos da Portaria MCTIC nº 3.238/2018.

[3] Decreto nº 52.795/1963 (redação atualizada pelo Decreto nº 9.138/2017):

“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constará, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

(...)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.”



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdcfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

[minuta de Decreto]

DECRETO Nº , DE DE DE 2024

Renova a concessão outorgada à Fundação Educa Mais para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, caput e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.211.077/0001-07, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, conforme o disposto no Decreto de 6 de setembro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 106, de 5 de junho de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 18, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, de de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

[lista de documentação]

Processo nº: 53900.034929/2016-21
EM nº: 0724/2024-MCOM
Entidade: FUNDAÇÃO EDUCA MAIS (anteriormente denominada FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO)
CNPJ nº: 03.211.077/0001-07
Localidade: Cuiabá/MT
Data do protocolo do pedido de renovação da outorga: 03/06/2016
OUTORGA: renovação de concessão de serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos (TV Educativa).

A lista de documentação a seguir considera o Decreto nº 52.795/1963, com redação vigente entre 17/janeiro/2012 (Decreto nº 7.670/2012) e 23/agosto/2017 (Decreto nº 9.138/2017), bem como outras legislações aplicáveis à época do protocolo do pedido de renovação.

HABILITAÇÃO JURÍDICA DA ENTIDADE	
1. Ato constitutivo da entidade e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, entre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (art. 15, § 1º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)	Sim (X) Não aplicável () Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()
2. Comprovante de que a entidade obteve o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver em faixa de fronteira (até 150km de distância de fronteira com outros países); (Lei nº 6.634/1979; art. 15, § 1º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)	Sim () Não aplicável (X) Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()
3. Declaração de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto do edital e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967. (art. 15, § 1º, "c", item 1 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Decreto-Lei nº 236/1967)	Sim (X) Não aplicável () Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()



cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

<p>4. Declaração de que nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade em que a concessão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/1967;</p> <p>(art. 15, § 1º, "c", item 2 e § 4º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>5. Declaração de inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011.</p> <p>(art. 15, § 1º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 5º, § 1º da Lei nº 12.485/2011)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input checked="" type="checkbox"/>)</p>
<p>6. Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas do Anexo ao Decreto nº 88.066/1983, que passarão a regular as relações da concessionária com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido.</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "a" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor até agosto de 2017)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	
<p>7. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura);</p> <p>(art. 15, § 2º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input checked="" type="checkbox"/>)</p>
<p>8. Certidão negativa de falência ou concordata (atual recuperação judicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(art. 15, § 2º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>9. Comprovante de recolhimento de caução, nos termos do edital;</p> <p>(art. 15, § 2º, "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>10. Pareceres de 2 auditores independentes, demonstrando capacidade econômica da empresa de realizar os investimentos necessários à prestação do serviço pretendido, quando o edital assim exigir;</p> <p>(art. 15, § 2º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>11. Projeto de investimento que demonstre a origem dos recursos a serem aplicados no empreendimento;</p> <p>(art. 15, § 2º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
REGULARIDADE FISCAL	
<p>12. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC (atual Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ);</p> <p>(art. 15, § 3º, "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, I c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993)</p>	<p>Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "b" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, II c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993)</p>	<p>Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>14. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(art. 15, § 3º, "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 27, "c" da Lei nº 8.036/90 – FGTS; art. 29, IV c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>15. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;</p> <p>(art. 15, § 3º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 29, III c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Ato Normativo n.º 01/2007, da CCTCI, da Câmara dos Deputados)</p>	<p>Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>16. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel;</p> <p>(art. 15, § 3º, "e" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>17. Prova de regularidade relativa ao INSS</p> <p>(art. 29, IV c/c art. 55, XIII da Lei nº 8.666/1993; Portaria MC nº 329, de 04/07/2012)</p>	<p>Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input type="checkbox"/>)</p>
<p>18. Certificado de quitação com a Contribuição Sindical, relativo ao empregador e empregados, ou comprovantes de recolhimento referentes aos últimos 5 (cinco) anos</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "b" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor até agosto de 2017)</p>	<p>Sim (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Não aplicável (<input type="checkbox"/>)</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (<input checked="" type="checkbox"/>)</p>
HABILITAÇÃO DOS SÓCIOS E DIRIGENTES	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>


cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e

<p>19. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios que representem, ao menos, 70% do capital social total ou votante, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) título de eleitor; (d) carteira profissional ou de identidade; ou (e) comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses.</p> <p>Após setembro/2015, também são aceitos como documentos comprovantes: (f) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou (h) passaporte;</p> <p>A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.</p> <p>(art. 15, § 4º "a" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; art. 222, § 1º da Constituição de 1988; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>20. Certidões negativas cíveis, criminais, das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral, e certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;</p> <p>Em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.</p> <p>(art. 15, § 4º, "b" e "c" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>21. Declaração dos sócios e dirigentes, de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial;</p> <p>(art. 15, § 6º, item 2 do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017; Portaria MC nº 4.335, de 17/09/2015 - em vigor até junho/2018)</p>	<p>Sim (X)</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo ()</p>
<p>22. prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;</p> <p>(art. 15, § 4º, "d" do Decreto nº 52.795/1963 - em vigor até setembro/2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>
<p>23. Fichas de cadastramento relativas aos sócios que detenham 5% (cinco por cento) ou mais das quotas ou ações representativas do capital social, assim como a todos os dirigentes da entidade.</p> <p>(art. 3º, § 1º, alínea "c" do Decreto nº 88.066/1983 - em vigor até agosto de 2017)</p>	<p>Sim ()</p> <p>Não aplicável ()</p> <p>Necessária verificação pelo MCOM, no momento de assinatura do Termo (X)</p>


Portaria MC nº 4.335/2015, disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-4-335-de-17-de-setembro-de-2015-32861729> .

Portaria MC nº 329/2012, disponível em: <https://sogit8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro49346/portaria%20n%C2%BA%20329,%20de%2004-07-2012.pdf> .


Ato Normativo nº 01/2007, da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-4-335-de-17-de-setembro-de-2015-32861729> .




Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 06/12/2024, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/12/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 09/12/2024, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6285696** e o código CRC **44C07D6A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 6285696

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/12/2024 | Edição: 242 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.315, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Renova a concessão outorgada à Fundação Educa Mais para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.211.077/0001-07, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, conforme o disposto no Decreto de 6 de setembro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 106, de 5 de junho de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 18, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

DECRETO Nº 12.315, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Renova a concessão outorgada à Fundação Educa Mais para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.211.077/0001-07, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, conforme o disposto no Decreto de 6 de setembro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 106, de 5 de junho de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 18, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 2024; 203º da Independência e 136º da República.



ODIFUSÃO FUNDAÇÃO EDUCA MAIS (EM 724 MCOM)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



DECRETO Nº 12.315, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

Renova a concessão outorgada à Fundação Educa Mais para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, *caput*, inciso IV, e o art. 223, *caput*, da Constituição, tendo em vista o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e no art. 14, *caput* e § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.034929/2016-21 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de julho de 2017, a concessão outorgada à Fundação Educa Mais, entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 03.211.077/0001-07, anteriormente denominada Fundação Altamiro Galindo, conforme o disposto no Decreto de 6 de setembro de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 106, de 5 de junho de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 18, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.


Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

→ MCOM



RADIOFUSÃO FUNDAÇÃO EDUCA MAIS (EM 724 MCOM)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data de assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6326548) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 26/12/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6326789** e o código CRC **20DE200B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.034929/2016-21

SEI nº 6326789



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e>

cdfcbb77-e1e3-4059-bc38-b7aae41b071e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 18 de dezembro de 2024.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.034929/2016-21.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura do Decreto nº 12.315/2024 pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.034929/2016-21, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 18/12/2024, às 22:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6314493** e o código CRC **0372360A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

